

MARCELA DE ALMEIDA SILVA

**PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL DESENVOLVIDA NOS ASSENTAMENTOS DA
REGIÃO SUDOESTE MATO-GROSSENSE E A ATIVIDADE DE TURISMO RURAL**

**TANGARÁ DA SERRA/MT- BRASIL
2014**

MARCELA DE ALMEIDA SILVA

**PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL DESENVOLVIDA NOS ASSENTAMENTOS DA
REGIÃO SUDOESTE MATO-GROSSENSE E A ATIVIDADE DE TURISMO RURAL**

Dissertação apresentada à Universidade do Estado de Mato Grosso, como parte das exigências do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Ambiente e Sistemas de Produção Agrícola para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Ronaldo José Neves

**TANGARÁ DA SERRA/MT- BRASIL
2014**

MARCELA DE ALMEIDA SILVA

**PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL DESENVOLVIDA NOS ASSENTAMENTOS DA
REGIÃO SUDOESTE MATOGROSSENSE E A ATIVIDADE DE TURISMO RURAL**

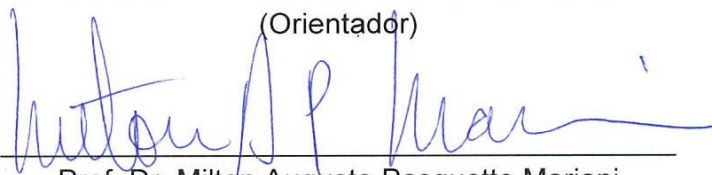
Dissertação apresentada a Universidade do Estado de Mato Grosso, como parte das exigências do programa de Pós-Graduação em Ambiente e Sistemas de Produção Agrícola, para obtenção do título de Mestre.

APROVADA em 24 de fevereiro de 2014.



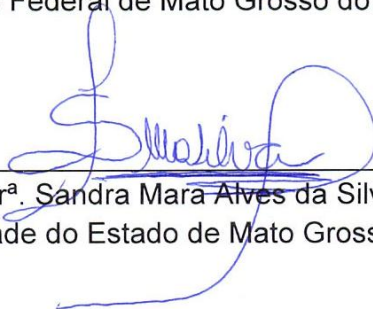
Prof. Dr. Ronaldo José Neves

Universidade do Estado de Mato Grosso-UNEMAT
(Orientador)



Prof. Dr. Milton Augusto Pasquotto Mariani

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul-UFMS/MS



Prof. Dr.^a Sandra Mara Alves da Silva Neves
Universidade do Estado de Mato Grosso-UNEMAT

WALTER CLAYTON DE OLIVEIRA CRB 1/2049

Silva, Marcela de Almeida.

S5861p Produção agroindustrial desenvolvida nos assentamentos da região sudoeste Mato-Grossense e a atividade de turismo rural / Marcela de Almeida Silva. – Tangará da Serra , 2014

81 f.; 30 cm. il.

Dissertação (Mestrado em Ambiente e Sistemas de Produção Agrícola) Universidade do Estado de Mato Grosso.

Bibliografia: f. 17-18, 36-38, 55-56, 78-80

Orientador: Ronaldo José Neves

1. Agricultura familiar. 2. Agroindustrial. 3. Turismo rural.
I. Autor. II. Título.

CDU 631.145+338.48:631(817.2)

DEDICATÓRIA

Dedico a minha família,
que é meu porto seguro.

As mulheres extrativistas da
região sudoeste de Mato Grosso.

E aos consumidores dos
produtos da agroindústria familiar.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que é minha força motriz, pela dádiva da vida e por sempre colocar pessoas maravilhosas na minha vida.

Ao meu pai Marciano e a minha avó Ana Jorgina, meus maiores exemplos, por cada incentivo e orientação, pelas orações e pela preocupação comigo para que eu sempre estivesse trilhando pelos caminhos corretos, me apoiado para que eu não desistisse de caminhar nunca; ainda que em passos lentos, é preciso caminhar para chegar a algum lugar. Obrigada por estarem sempre ao meu lado!

A Emilaine, com quem sempre divido meus temores e alegrias.

As minhas irmãs, ainda pequeninas, Anna Graziella, Alexandra Camilla pelas alegrias. A minha irmã Mônica, por ser a expressão de nossa mãe Maria Gonçalves (*in memória*), pela amizade, pelo incentivo; ainda que de longe, obrigada pelas suas orações, pelas palavras de ânimo e pelo ombro sempre pronto.

Ao Thiago, por todo amor, carinho, paciência que tem me dedicado, por sempre me incentivar, pela compreensão, companheirismo e por estar sempre orando e me apoiando nas minhas decisões.

A minha família, tios e tias, primos e primas, que tanto torceram para que este dia chegasse.

Aos meus amigos eternos e colegas do Laboratório de Geotecnologias dos quais, se nossos caminhos não mais se cruzarem, jamais os esquecerei: Laís, Marcel, Miriam Raquel, Maurício, Tamires, Stephanie, Sophia, Renata, Wustania, Junior, Antonio, Jucimar, Jucélio, Jesã, Camila, Larissa, Christian, Tiago e Charles; uns mais recentes e outros que há anos fazem parte da minha vida, pois nossa amizade se transformou num vínculo familiar!

As mulheres do Grupo Amigas do Cerrado: Cleonice, Maria Aparecida, Judith, Maria Elsa, Wanda, Ceneide e Auxilene; as mulheres do Grupo das Margarida: Ana Angélica, Eny, Ivonete, Luzia, Sueli, Rita Julia, Maria Rosa, Santana, Ivone e Lena; as mulheres do Grupo Amigas da Fronteira: Rosimeire, Renata, Lucia, Luzia, Prudência, Maria e Margarete, que com sua simplicidade e alegria, me acolheram para a realização deste estudo, grata a todas!

Ao meu Orientador professor Dr. Ronaldo José Neves, por todo apoio, atenção, direcionamentos, paciência e dedicação para me orientar neste trabalho.

As professoras que compuseram as bancas de qualificação e de defesa Dr.^a. Solange Kimie Ikeda Castrillon, Dr.^a. Sandra Mara Alves da Silva Neves e ao professor Dr. Milton Augusto Pasquotto Mariani, grata a vocês pela fundamental contribuição intelectual ao trabalho.

Aos colegas de mestrado Talitha, Thays, Elizangela, Elizane, Francieli, Henrique, Décio, Anthero, em especial a Rafaella. A Wanessa e Ricardo que não continuaram, mas que deixaram saudades.

A Universidade do Estado de Mato Grosso, através do Programa de Pós-graduação *stricto sensu* em Ambiente e Sistemas de Produção Agrícola. Aos professores do Programa de Pós-graduação que contribuíram para a construção do conhecimento.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal em Nível Superior - CAPES, pela concessão de bolsa e incentivo a pós-graduação.

Ao Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Cáceres - STTR e a Federação de Assistência Social e Educacional - FASE, que contribuiu para a realização deste estudo.

Obrigada a todos que, mesmo não estando citados aqui, tanto contribuíram para a conclusão de mais esta etapa. Todos vocês fazem parte dessa vitória!

Meu eterno agradecimento!

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	13
LISTA DE QUADROS	14
LISTA DE SIGLAS	15
RESUMO GERAL.....	17
ABSTRACT	18
INTRODUÇÃO GERAL.....	12
REFERÊNCIAS.....	17
ARTIGO 1 ASSENTAMENTOS RURAIS NA FRONTEIRA BRASIL/BOLÍVIA: DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO E PRODUTIVO NA REGIÃO SUDOESTE MATO-GROSSENSE	19
RESUMO	19
ABSTRACT	20
INTRODUÇÃO	20
Material e Método.....	24
Área de estudo.....	24
Procedimentos metodológicos	25
RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	26
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
REFERÊNCIAS.....	36
ARTIGO 2: .. Agricultura familiar e políticas públicas na região Sudoeste Mato- grossense: realidade e perspectivas	40
RESUMO	40
ABSTRACT	40
Introdução	41
Área de investigação.....	43
Procedimentos Metodológicos	45

Políticas públicas que beneficiam a agricultura familiar: realidade e perspectivas de acesso para assentamentos da região Sudoeste Mato-grossense.....	46
Produção das unidades de processamento da região Sudoeste Mato-grossense: da coleta do fruto a comercialização dos produtos	50
Considerações finais.....	56
Referência.....	56
ARTIGO 3..... Possibilidades de incorporação da produção alimentícia do assentamento Facão/ Furna São José, na atividade turística local: estudo de caso na fronteira Brasil/Bolívia.....	59
Resumo	59
Abstract.....	60
Résumé	61
Resumen	61
Introdução	62
Desenvolvimento Local e a Atividade Turística Na Região Sudoeste	66
Área De Estudo.....	68
Procedimentos Metodológicos	69
Produção Alimentícia Feita Com O Fruto Do Cumbaru: Estudo Realizado No Assentamento Facão/ Furna São José.....	71
Aprimoramento Do Sistema De Produção Do Assentamento Facão/ Furna São José Para Incorporação Na Atividade Turística	75
Considerações Finais	80
Referência Bibliográfica	81
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	85

LISTA DE FIGURAS

ARTIGO 1

- Figura 01. Localização dos municípios da região Sudoeste Mato-grossense. 24
- Figura 02.... Localização dos assentamentos nos municípios da região Sudoeste Mato-grossense. Fonte: Base dos assentamentos INCRA, 2013..... 28

ARTIGO 2

- Figura 01. Localização dos assentamentos e suas respectivas unidades de processamento. 44
- Figura 02. Processo produtivo observado nas unidades de processamentos dos frutos do Cerrado, dos grupos Amigas do Cerrado (Cumbaru), Amigas da Fronteira (Pequi) e Margaridas (Babaçu). Org.: SILVA, 2013..... 52
- Figura 03.....Produção de bolachas na Unidade de produção das Amigas do Cerrado. 54
- Figura 04.....Entrega da merenda escolar aos alunos, produto recebido da unidade das Amigas da Fronteira. 54
- Figura 05. Registro da feira cultural que acontece anualmente no dia do produtor rural, realizada pelo Sindicato dos trabalhadores e trabalhadoras rurais de Cáceres..... 54
- Figura 06..Registro da comercialização realizada pelas representantes dos grupos das mulheres da associação ARPEP. Fonte: Site do Grupo de Intercambio em Agricultura Sustentável - GIAS, 2013..... 54

ARTIGO 3

- Figura 1. Fatores que possibilitam o desenvolvimento do local. Fonte: Adptado de Ribeiro (2003). 66
- Figura 2. Localização da área de estudo. Fonte: LABGEO UNEMAT, 2013..... 69
- Figura 3. Fluxograma da produção realizada pelas mulheres do Grupo Amigas do Cerrado. Org.: Autor, 2013. 71
- Figura 4..... Produção de pães feita pelo Grupo de Mulheres Amigas do Cerrado no Assentamento Facão Furna/São José. Fotos: Autor, 2013..... 73
- Figura 5.. Produção de bolachas realizada pelo Grupo de Mulheres Amigas do Cerrado no Assentamento Facão Furna/São José. Fotos: Autor, 2013. 73
- Figura 6.....Alguns dos produtos diferenciados gerados pela agroindústria das Amigas do Cerrado. Foto: Autor, 2013..... 74

LISTA DE QUADROS

ARTIGO 1

Quadro 01. Estrutura para a criação de assentamentos em Mato Grosso 27

Quadro 02. Nomes dos assentamentos por município 29

ARTIGO 2

Quadro 01. Programas do Ministério do Desenvolvimento Agrário, que podem beneficiar a agricultura familiar e suas finalidades..... 47

Quadro 02. Demonstrativo da produção atual e consumidores..... 53

ARTIGO 3

Quadro 1. Avaliação dos critérios que envolvem a produção de alimentos produzidos na unidade de processamento assentamento Facão/ Furna São José. 76

LISTA DE SIGLAS

- AMM** - Associação Mato-grossense dos Municípios
- ARPEP** - Associação Regional das Produtoras (es) Extrativistas do Pantanal
- BID** - Banco Interamericano de Desenvolvimento
- CAPES** - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CONAB** - Companhia Nacional de Abastecimento
- COOPFAMI** - Cooperativa da Agricultura Familiar de Cáceres
- DAP** - Declaração de Aptidão ao Pronaf
- EMPAER** - Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural
- FAO** - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
- FASE** - Federação de Assistência Social e Educacional
- GPS** - Sistema de Posicionamento Global
- IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IDHM** - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
- INCRA** - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- INTERMAT** - Instituto de Terras de Mato Grosso
- ISPN** - Instituto Sociedade, População e Natureza
- LABGEO** - Laboratório de Geotecnologias
- MDA** - Ministério do Desenvolvimento Agrário
- MST** - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
- MT** - Mato Grosso
- ONG** - Organização não governamental
- PA** ou **PA's** - Projetos de Assentamentos
- PAA** - Programa de Aquisição de Alimentos
- PIB** - Produto Interno Bruto
- PIN** - Plano de Integração Nacional
- PNAE** - Programa Nacional de Alimentação Escolar
- PNTRAF** - Programa Nacional de Turismo Rural para Agricultura Familiar
- PNUD** - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
- POLOAMAZÔNIA** - Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia
- POLOCENTRO** - Programa de Desenvolvimento dos Cerrados
- POLONOROESTE** - Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil
- PRONAF** - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PROTERRA - Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste

REDE TRAF - Rede de Turismo Rural na Agricultura Familiar

SEFAZ - Secretaria de Estado de Fazenda

SEPLAN - Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral

STTR - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

TRAF - Turismo Rural na Agricultura Familiar

UNEMAT - Universidade do Estado de Mato Grosso

RESUMO GERAL

Esta dissertação teve como objetivo investigar a produção agroindustrial da agricultura familiar, desenvolvida nos assentamentos da região Sudoeste de Mato Grosso, e as possibilidades de sua incorporação na atividade turística. Em um primeiro momento, fez-se a revisão bibliográfica de temas relacionados à pesquisa, a saber: Agricultura Familiar no Brasil, Turismo Rural, Questões Fronteiriças - Brasil/Bolívia, Economia Solidária, entre outros. Posteriormente, através de informações de órgãos oficiais e bibliografias específicas, realizou-se a identificação e a caracterização dos projetos de assentamento (PA's) da região sudoeste mato-grossense: quanto ao histórico de formação, produção, infraestrutura existente, entre outras características. A partir de então, foi possível selecionar os PA's utilizados como amostras para execução desse estudo, quais sejam: Facão/Furna São José, Corixo e Margarida Alves. Por fim, realizaram-se visitas a campo, nos 03 (três) assentamentos selecionados, com o intuito de coletar informações, por meio de entrevista, utilizando-se de um formulário com questões semiestruturadas, para a seleção dos itens diferenciados da produção agroindustrial. Esta dissertação encontra-se estruturada em três artigos. O artigo 1 refere-se a um diagnóstico socioeconômico e produtivo dos PA's da região sudoeste mato-grossense, como forma de entender o universo que inserem as agroindústrias. O artigo 2 trata-se de um estudo amostral dos assentamentos Facão/Furna São José, Corixo e Margarida Alves, que apresentam características quanto à produção agroindustrial (produtos diferenciados), que interessam a atividade de turismo rural. E, por fim, o artigo 3 refere-se a um estudo de caso no assentamento Facão/Furna São José, que versa sobre a possibilidade de incorporação dos produtos agroindustriais diferenciados na cadeia produtiva do turismo.

Palavras-chave: assentamentos; produção agroindustrial; agricultura familiar; turismo rural.

ABSTRACT

This dissertation aims to investigate the agro-industrial production of family farming agriculture, developed in settlements at the Southwest Region of Mato Grosso, and the possibilities of its incorporation in tourist activity. In a first moment, the bibliographic review of topics related to the research was done, namely: Family Farming in Brazil, Rural Tourism, Border Issues - Brazil/Bolivia, Solidarity Economy, among others. Later, through information of official bodies and specific bibliographies, took place the identification and characterization of settlement projects (PA's) at the reported region: regarding the training history, production, existing infrastructure, among other characteristics. From then, it was possible to select the PA's used as samples for the implementation of this study, which are: Facão/Furna São José, Corixo and Margarida Alves. Finally, we visited the field, in 03 (three) selected settlements, with the intention of collecting information through an interview, using a form with semi-structured questions, for the selection of different items of agro-industrial production. This thesis is structured in three articles. The first article refers to a socioeconomic diagnostic and productive of PA's at the Southwest Region of Mato-Grosso, as a way to understand the universe that fall within the agribusiness. The second is a study sample of settlements Facão/Furna São José, Corixo e Margarida Alves, which present characteristics regarding the agroindustrial production (differentiated products), that are interested in the activity of rural tourism. And, finally, the third article refers to a case study at the Facão/Furna São José settlement that line about possibilities of an incorporation of the agro-industrial products differed in the tourism productive chain.

Key-words: settlement, agro-industrial production, family farming agriculture, rural tourism.

INTRODUÇÃO GERAL

A reforma agrária hoje é tida como uma questão eminentemente política, que não visa somente aumentar a produção, embora isto também seja desejável, tratando-se de uma expressão da reivindicação dos trabalhadores rurais pela apropriação dos frutos do seu trabalho (SCHNEIDER, 2003).

Esse processo se deu criando uma demanda por expansão e gerando duas vertentes. De um lado, criou-se um processo simultâneo de ampliação da fronteira agrícola e de urbanização da população – que anteriormente se dedicava às atividades agropecuárias tradicionalistas – e, de outro, transformou-se a forma de conceber a própria agricultura, moldando-a numa “indústria”, que emprega e compra certos insumos (adubos e máquinas) para produzir outros insumos (matérias-primas para as indústrias de alimentos, tecidos e etc.) (GRAZIANO DA SILVA, 1981).

Entretanto, Viegas (2007) salienta que a agricultura familiar sempre teve e tem um papel importante na produção agrícola brasileira, com destaque principalmente na produção de alimentos, sendo responsável por cerca de 40% de tudo que é produzido em todo território nacional.

Alentejano (1999), Schneider (2003) e Sacco dos Anjos (2001) afirmaram que para os agricultores familiares se manterem no campo, utiliza-se da pluriatividade como estratégia de sobrevivência no meio rural, com objetivo de obter uma remuneração através da exploração e da venda da força de trabalho familiar, da prestação de serviços a outros agricultores ou de iniciativas tais como: industrialização da propriedade, turismo rural, agroturismo, produção de artesanato, diversificação produtiva, aproveitamento das potencialidades existentes na propriedade e no seu entorno.

Graziano da Silva (1981) ressalta que o processo de tecnificação da pequena produção representou uma completa modificação na sua estrutura de custos. Antes, o pequeno produtor de subsistência utilizava-se quase que exclusivamente da terra e da mão de obra familiar não remunerada para produzir seus “excedentes”. Agora, entretanto, o pequeno produtor mercantil tem custos monetários elevados, devido aos insumos modernos que necessita utilizar para aumento da produção e assim, ofertar com certa competitividade no mercado.

As recentes discussões acerca do espaço rural brasileiro têm destacado cada vez mais a importância das atividades não agrárias na composição da renda de

milhares de agricultores familiares, apresentando-se como possibilidades que se manifestam no espaço rural e que possibilitam a complementação de renda nas unidades familiares de produção. Nestas, encontramos também, as atividades associadas à prática do turismo rural, que vem se expandindo gradativamente no território brasileiro (MARAFFON e RIBEIRO, 2006).

Lamera (2008) expõe que as políticas de reforma agrária ganharam força nas últimas décadas, devido às discussões sobre o espaço rural produtivo. Neste contexto, o turismo rural surge como processo agregador ao desenvolvimento socioeconômico e político da agricultura familiar, disposto a valorizar, respeitar e compartilhar seu modo de vida, o patrimônio cultural e natural, ofertando produtos e serviços de qualidade e proporcionando bem estar aos envolvidos. Esta atividade ocorre na unidade de produção dos agricultores, enquadrando-se como atividades não agrícolas, sendo desenvolvidas paralelamente as atividades econômicas típicas da agricultura familiar.

Viegas (2007) expõe que para aproveitar o potencial da agricultura familiar, o Governo Federal, por meio do Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA, em 2004, lançou o Programa Nacional de Turismo Rural para Agricultura Familiar-PNTRAF, com apoio da Rede TRAF. Buainain et al. (2003) descrevem que esse programa tem como objetivo promover o desenvolvimento rural, ofertando instrumentos como crédito para investimento, capacitação, assistência técnica e extensão rural, que favoreça assentados de reforma agrária e de créditos rurais, extrativistas florestais, ribeirinhos, etc., bem como todos os beneficiários do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF.

A partir de então, a agricultura familiar tornou-se um importante tema para a elaboração de políticas econômicas e sociais, o que incentivou no MDA a criação do PNTRAF, que tem como objetivo promover o desenvolvimento regional e fomentar as atividades turísticas entre agricultores familiares, sempre integrados aos arranjos produtivos locais (BRASIL, 2006).

As pesquisas têm evidenciado, como principal contribuição da agricultura familiar, a redução das desigualdades sociais, pela valorização da produção e consumo, pela garantia da diversificação das atividades agrícolas e pela fixação das famílias no campo (MENDES, 2012).

Diante disto, sabe-se que em Mato Grosso há predomínio do agronegócio, tanto na pecuária quanto na agricultura. Esse modelo de desenvolvimento

agropecuário é marcado pelo uso intensivo de capital e máquinas modernas. No caso da região sudoeste de Mato Grosso, a pecuária tem sido desenvolvida próxima das populações dos assentamentos da reforma agrária e das populações tradicionais. Essas últimas vêm ao longo dos tempos acumulando saberes e aperfeiçoando seus sistemas agrícolas, aproveitamento de frutos na alimentação, das propriedades medicinais e nutritivas da vegetação, bem como a dinâmica do Cerrado como um todo.

Castelo (2000) afirma que a agricultura familiar extrativista, nos últimos anos, tem sido alvo de importantes debates entre a comunidade científica e a sociedade, sendo apontada como proposta alternativa para as regiões, no entanto, o autor ressalta que, se não houver investimentos do governo e políticas públicas para essa atividade, todo esse potencial pode desaparecer.

Mendes (2005) e Mendes (2012) destacaram que na região sudoeste mato-grossense os agricultores familiares têm se utilizado do extrativismo para garantir a diversificação da produção e do consumo, o que tem valorizado as atividades agrícolas das famílias do campo, reduzindo as desigualdades sociais e inserindo as mulheres no mercado de trabalho, condicionando-os ao crescimento e a rentabilidade da pluriatividade desenvolvida.

A agricultura familiar é vista como a guardiã da diversidade biológica nacional e responsável pela introdução de novas espécies de produtos da biodiversidade nativa nos circuitos comerciais do sistema agroalimentar e nas indústrias de cosméticos e de medicamentos, assim como, no artesanato. Dessa forma, importante reconhecer esse fenômeno e, a partir daí, realizar ações que favoreçam essas cadeias produtivas, seja com o uso dos recursos genéticos ou a partir do conhecimento a eles associado, visando à geração de renda para os agricultores familiares (MEDAETS, 2007).

No caso específico da atividade turística, ressalta-se que esta vem sendo conhecida como uma atividade capaz de gerar emprego e renda, possibilitando a agregação de valor à produção rural ou artesanal, conservação do meio ambiente e valorização das culturas locais, por meio do resgate do modo de vida rústico e diminuição da saída do homem do campo, tendo em vista que estas são características de produto do turismo rural, trazendo consigo significados culturais.

Nesse sentido, o desenvolvimento desta pesquisa, permite produzir e difundir conhecimentos necessários ao desenvolvimento científico e tecnológico da

região sudoeste mato-grossense, numa estreita correspondência com as necessidades e exigências locais, respeitando as características socioambientais de forma a contribuir para o melhor uso dos recursos naturais.

Assim, tendo como universo de estudo a região sudoeste mato-grossense, objetivou-se investigar a produção agroindustrial, da agricultura familiar, desenvolvida nos assentamentos da região sudoeste de Mato Grosso e as possibilidades de sua incorporação na atividade turística.

Face ao exposto, pressupõe-se neste estudo que os produtos gerados pela agricultura familiar podem; quando incorporados pelo turismo, enquanto uma atividade econômica; agregar valor à atividade rural realizada, contribuindo para a melhoria das condições de vida dos assentados.

Dessa forma, teve-se como objetivos específicos para a execução deste estudo:

- Caracterizar os assentamentos da região Sudoeste mato-grossense, que é o universo de investigação, identificando os itens da produção geral e agroindustrial familiar com possibilidades de ser incorporados à atividade turística;
- Investigar as possibilidades de inserção dos produtos gerados a partir da produção agroindustrial familiar na cadeia comercial do turismo, visando à geração de renda complementar aos assentados e que contribua no desenvolvimento local e da atividade turística municipal;
- Socializar com a comunidade dos projetos de assentamento investigados e agentes públicos a proposta elaborada, visando à possibilidade de contribuir no desenvolvimento local.

Para tanto, a problemática de pesquisa consiste em: Quais as possibilidades de incorporar os produtos diferenciados, gerados pela agroindústria familiar dos projetos de assentamentos localizados na região sudoeste de Mato Grosso – na cadeia produtiva do turismo local?

Visando ao atendimento do objetivo geral proposto, realizaram-se pesquisa exploratória, bibliográfica e levantamento de dados secundários (artigo 1); trabalhos de campo para acompanhamento da produção dos alimentos nas unidades de produção; coleta de dados por meio de formulários (apêndices I e II), registro via fotografia das etapas de produção (artigo 2). E estudo de caso explanatório, como forma de compreensão dos fenômenos individuais, organizacionais e sociais dos grupos (artigo 3). Os dados foram analisados via matriz SWOT, para verificação das

possibilidades da incorporação dos produtos diferenciados, gerados pela agroindústria familiar, na cadeia do turismo.

Esta dissertação encontra-se estruturada em três capítulos, em forma de artigos, que apresentam estruturas conforme os periódicos selecionados para submissão (Anexos I, II e III): o artigo 1 refere-se a um diagnóstico socioeconômico e produtivo dos assentamentos da região Sudoeste Mato-grossense, como forma de entender o universo que se encontram as agroindústrias. O artigo 2 trata-se de um estudo amostral dos assentamentos Facão/Furna São José, Corixo e Margarida Alves, os quais apresentam características quanto à produção agroindustrial (produtos diferenciados), que interessam a atividade de turismo rural. E por fim, o artigo 3 refere-se a um estudo de caso no assentamento Facão/Furna São José, versando a possibilidade de incorporação dos produtos agroindustriais diferenciados na cadeia comercial do turismo.

REFERÊNCIAS

- ALENTEJANO, P. R. R. Pluriatividade: uma noção válida para a análise da realidade agrária brasileira? In: TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: EdiUPF, 1999. p. 147-173.
- BRASIL. **Cartilha de orientação ao agricultor familiar: turismo**. Ministério do Desenvolvimento Agrário/Rede TRAF. 2006. Disponível em: <<http://www.territoriosdacidadania.gov.br/o/880284>>. Acesso em: 20 abr. 2013.
- BUAINAIN, A. M.; ROMEIRO, A. R.; GUANZIROLI, C. Agricultura familiar e o novo mundo rural. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 5, n. 10, p. 312-347, 2003.
- CASTELO, C. E. F. Avaliação econômica da produção familiar na reserva extrativista Chico Mendes no estado do Acre. **Caderno de Pesquisas em Administração**, São Paulo, v. 1, n. 11, p. 58-64, 2000.
- GRAZIANO DA SILVA, J. **O que é questão agrária?** 4. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981. 45 p.
- LAMERA, J. A. **Análise da eficiência dos assentamentos rurais em Mato Grosso**. 2008. 149 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Programa de Pós-graduação em Agronegócios e Desenvolvimento Regional, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2008.
- MARAFON, G. J.; RIBEIRO, M. Â. Agricultura familiar, pluriatividade e turismo rural: reflexões a partir do território fluminense. **Revista Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n. 18-19, p. 111-130, jan./dez. 2006.
- MEDAETS, J. P. P. **Agricultura familiar e uso sustentável da agrobiodiversidade nativa**. 1. ed. Brasília: Programa Biodiversidade Brasil-Itália, 2007. 167 p.
- MENDES, M. F. **Agricultura familiar extrativista de frutos do Cerrado na região sudoeste mato-grossense - Brasil: produção e manejo ecológico**. 2012. 73 f. Dissertação (Mestrado em Ambiente e Sistemas de Produção Agrícola) - Programa de Pós-graduação em Ambiente e Sistemas de Produção Agrícola. Universidade do Estado de Mato Grosso, Tangará da Serra/MT, 2012.
- MENDES, R. R. **Manejo e uso da vegetação nativa por agricultores tradicionais da comunidade de Santana, região da Morraria, Cáceres/MT**. 2005. 104 f. Dissertação (Mestrado em Agricultura Tropical) - Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2005.

SACCO DOS ANJOS, F. Agricultura Familiar, Pluriactividad y Desarrollo Rural en el Sur de Brasil. **Revista Internacional de Sociología**, España, v. 28, p. 173-205, jan./abr. 2001.

SCHNEIDER, S. O Desenvolvimento Agrícola e as Transformações da Estrutura Agrária nos Países Desenvolvidos: a pluriatividade. **Revista Reforma Agrária**, Campinas, v. 24, n. 03, p.106-132, 1994.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade, **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 51, p. 99-121, 2003.

VIEGAS, J. M. O turismo rural na agricultura familiar em Pernambuco. Um caminho à autonomia? A pluriatividade como ferramenta para o turismo solidário. **Global Tourism**, Presidente Prudente, v. 3, n.1, s/n., mai. 2007.

ARTIGO 1:**ASSENTAMENTOS RURAIS NA FRONTEIRA BRASIL/BOLÍVIA:
DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO E PRODUTIVO NA REGIÃO
SUDOESTE MATO-GROSSENSE*****RURAL SETTLEMENTS BORDERING BRAZIL/ BOLIVIA: SOCIOECONOMIC
AND PRODUCTIVE DIAGNOSIS IN SOUTHWESTERN MATO GROSSO***

[Preparado de acordo com as normas da revista *Ra'ega*: O espaço geográfico em análise - Anexo I].

RESUMO

Estado de Mato Grosso, abordando os aspectos sociais, econômicos e produtivos dos pequenos produtores. O tema escolhido apresenta uma particularidade, pois quando se fala de economia no Mato Grosso são abordados apenas os latifúndios e o agronegócio. Nesse sentido, esse estudo teve como objetivo diagnosticar as atividades socioeconômicas e produtivas realizadas nos assentamentos da região Sudoeste mato-grossense, visando à geração de informações que contribuam para o seu fortalecimento, o acesso às políticas públicas e a geração de emprego e renda. Para tanto, os procedimentos metodológicos adotados foram: pesquisa exploratória, bibliográfica e dados secundários. Os resultados mostram que a base econômica desses assentamentos pauta-se na pluriatividade, com comercialização de excedentes. Organizam-se em grupos como forma de fortalecimento da produção e comercialização. Recebem assistência técnica do sindicato municipal, de órgãos não governamentais e outras instituições. Conclui-se que – apesar da falta de disponibilidade de infraestrutura e investimentos que fomentem ações para a melhoria das condições de vida – as famílias assentadas têm conseguido permanecer e sobreviver na terra conquistada, por meio de estratégias de sobrevivência criadas pelas famílias no processo de consolidação dos assentamentos, como é o caso dos grupos

ligados a associações, sendo essa forma alternativa para continuar sua vida no campo, encontrando sua função na economia local.

Palavras-chave: agricultura familiar, pluriatividade, economia solidária.

ABSTRACT

In this article are characterized settlements located in the southwest region of Mato Grosso, approaching the social, economic and productive aspects of small producers. The theme presents a particularity, because when it comes to economy in Mato Grosso are handled only the estates and agribusiness. Thus, this study aimed to diagnose the socioeconomic and productive activities in the settlements of Mato Grosso Southwest region, in order to generate information that contributes to their empowerment, the access to public policies and the generation of employment and income. For both, the methodological procedures established were: exploratory research, literature and secondary data research. The results show that the economic base of these settlements is guided in pluriactivity with trade surpluses. They are organized into groups as a way of strengthening the production and marketing. Receive technical assistance from the municipal unions, non-governmental and other institutions. It is concluded that - despite the lack of availability of infrastructure and investments to encourage actions to improve living conditions - the settled families have managed to remain and survive in the conquered land, through survival strategies created by families in consolidation settlements, as is the case of groups linked with associations, with this alternative way to continue his life in the field, finding its role in the local economy.

Keywords: family farming, pluriactivity, solidarity economy.

INTRODUÇÃO

A política de reforma agrária no Brasil direcionou famílias que antes estavam à margem da sociedade para o campo, essa ação teve por interesse buscar melhoria das condições produtivas, sociais e econômicas do País. Essas famílias, através da posse da terra poderiam contribuir para o desenvolvimento e produção de alimentos, por meio da agricultura familiar, fato

ainda necessário em um país com a expressão continental como o Brasil (MORENO e HIGA, 2005, p. 38).

Melgarejo (2001, p. 60) em estudo sobre a reforma agrária no Brasil, relata que em vários momentos da história brasileira houve diversas alterações em sua estrutura fundiária, no entanto, esses foram marcados pela concentração de terras, de poder e de oportunidades de acesso às realizações humanas.

No Centro-Oeste brasileiro, a expansão demográfica no último século, exerceu uma pressão considerável sobre o crescimento da produção, o que motivou os movimentos em prol da reforma agrária, visando à divisão igualitária de terras no intuito de ocupar para produzir, buscando atender o consumo interno através da incorporação de novas áreas ao processo produtivo. Essas estratégias provocaram um movimento na história econômica do Estado, rompendo com padrões da estrutura econômica e garantido o acesso necessário à expansão das atividades econômicas (CAMPANHOLA e GRAZIANO DA SILVA, 2004, p. 72 e 76).

Em 1989, foram criados programas de reforma agrária nacional, ocasionando o fim de regularizações fundiárias, que ocorriam de forma desenfreada, beneficiando grandes proprietários rurais, isso forçou a desapropriação de terras no intuito de instituir a propriedade devida (MORENO, 2007, p. 23).

Entre 1980 e 1992, em Mato Grosso, foram implantados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA 59 (cinquenta e nove) projetos de colonização oficial, destes 09 (nove) grandes projetos foram denominados como projetos de assentamento rápido. Estes foram realizados em áreas com infraestrutura implantada, por meio de apoio dos governos estadual e municipal, correspondendo a um total de 269.948 hectares, ocupados por 4.542 famílias (GUANZIROLI, 2004, p. 20).

Desde a criação da autarquia federal INCRA, pelo Decreto nº 1.110 de 1970, no território brasileiro, foram assentadas cerca de 690.000 famílias. Anos mais tarde em 1999, instituíram-se 48 (quarenta e oito) novos projetos de

assentamento, do qual grande parte foi para fins de ocupação do espaço e de colonização (INCRA, 2000, p. 107).

Feliciano (2006, p. 43) diz que no Mato Grosso os movimentos de reforma agrária se deram de diversas formas: através de políticas de incentivo a ocupação das terras, créditos fundiários, mobilização de recursos destinados ao financiamento de empresas, obras de infraestrutura viária, estímulos ao desenvolvimento regional e loteamentos particulares.

Os autores Medeiros e Leite (2009, p. 69) e Fabrini (2001, p. 28) afirmam que da luta camponesa brasileira derivaram os assentamentos rurais como processo contínuo à sobrevivência e luta com fins agrícolas, agropecuários e agroextrativistas, em que um grupo de trabalhadores sem terra ou com pouca terra obteve a posse de propriedades em forma de lotes, sendo este processo resultante de desapropriação ou arrecadação de Reforma Agrária.

No período correspondente as décadas de 1970 e 1980, Campanhola e Graziano da Silva (2004, p. 29) expõem que houve o processo de incorporação territorial do Mato Grosso na economia brasileira, intensificado devido à abertura de rodovias e implantação de novos centros de colonização. Nesse ínterim, grande parte dos municípios mato-grossenses foram fundados, sobretudo, na porção Norte e Sudoeste do Estado.

Nesse contexto, surge em 1985 o Movimento dos Trabalhadores sem Terra - MST e outros movimentos em prol da reforma agrária. Esses movimentos de trabalhadores rurais reivindicavam alternativas para o meio rural, como uma forma de se tornarem proprietários de seu lote de terra, derivando em algumas localidades na ampliação dos investimentos públicos nas áreas sociais, modernização da legislação, fortalecimento dos direitos do cidadão comum, da autonomia cultural e a dinamização econômica. Nesse período, verificou-se uma grande ocorrência de migração para a região Centro-Oeste do Brasil (BRASIL, 2010, p. 12; OLIVEIRA, 2010, p. 15).

Ianni (2005, p. 30) afirma que mais expressivamente a partir das décadas de 1980, na região sudoeste mato-grossense, ocorreu a consolidação de antigas cidades, dentre elas se destacaram: Cáceres e Vila Bela da

Santíssima Trindade. Surgiram ainda novos núcleos urbanos, principalmente nas regiões norte e central, com fluxo intenso de outras regiões do estado e bem como de outras regiões do País.

Essa migração ocorreu em grande parte estimulada pela implantação de infraestrutura incentivada pelo Governo que reordenou o território brasileiro, através de planos de desenvolvimento e ocupação dos chamados “espaços vazios”, impulsionando a expansão e modernização agropecuária, implantando o novo modelo de crescimento econômico (PRADO JUNIOR, 1996, p. 32).

Castro (1994, p. 27) observa que o movimento de ocupação desses espaços explica-se não como mobilidade de pessoas, mas como mobilidade de força de trabalho, isto é, como a necessidade e a possibilidade de reprodução da pequena produção familiar, que fez frente ao processo de exploração e expropriação no qual o pequeno produtor vai historicamente transformando seu trabalho individual em trabalho coletivo, sobretudo quanto às questões contrárias ao capital e não apenas na luta pela propriedade da terra.

Poli (1999, p. 26) destaca que dessa resultante, deu-se a possibilidade de camponeses se tornarem pequenos proprietários, independentes da grande propriedade, no sentido de produzir alimentos e assim abastecer os centros urbanos em formação. Esse processo contribuiu para que os agricultores investissem em atividades de cunho não agrícola, e fez com que obtivessem uma renda média maior que as do que trabalhavam apenas com atividades agropecuárias.

Neste sentido, visando entender o papel que desenvolvem os assentamentos para a economia local dos municípios da região VII de planejamento de Mato Grosso, este estudo objetivou diagnosticar as atividades socioeconômicas e produtivas realizadas nos assentamentos da região sudoeste de Mato Grosso, visando gerar informações que sirva de subsídios para a elaboração de políticas públicas, a geração de emprego e renda, considerando a realidade e a possibilidade de desenvolvimento local.

Este estudo parte do pressuposto de que, quando se trata das questões sociais, econômicas e produtivas no Estado, as discussões permeiam apenas os aspectos do agronegócio, os latifúndios e grandes culturas, ocultando dos

levantamentos todas as questões que envolvem produção e a organização da agricultura familiar, que representa uma parte da economia e organização social, que cada vez vem se apresentando mais forte e articulada.

Material e Método

Área de estudo

A região sudoeste do estado de Mato Grosso é composta por 22 municípios (Figura 01). Nesta região, estão presentes duas importantes bacias hidrográficas: a do Alto Paraguai e a Amazônica, totalizando uma área de 117.075,21 km², constituindo a maior região em área territorial de Mato Grosso, correspondendo a aproximadamente 12,6% do território estadual.

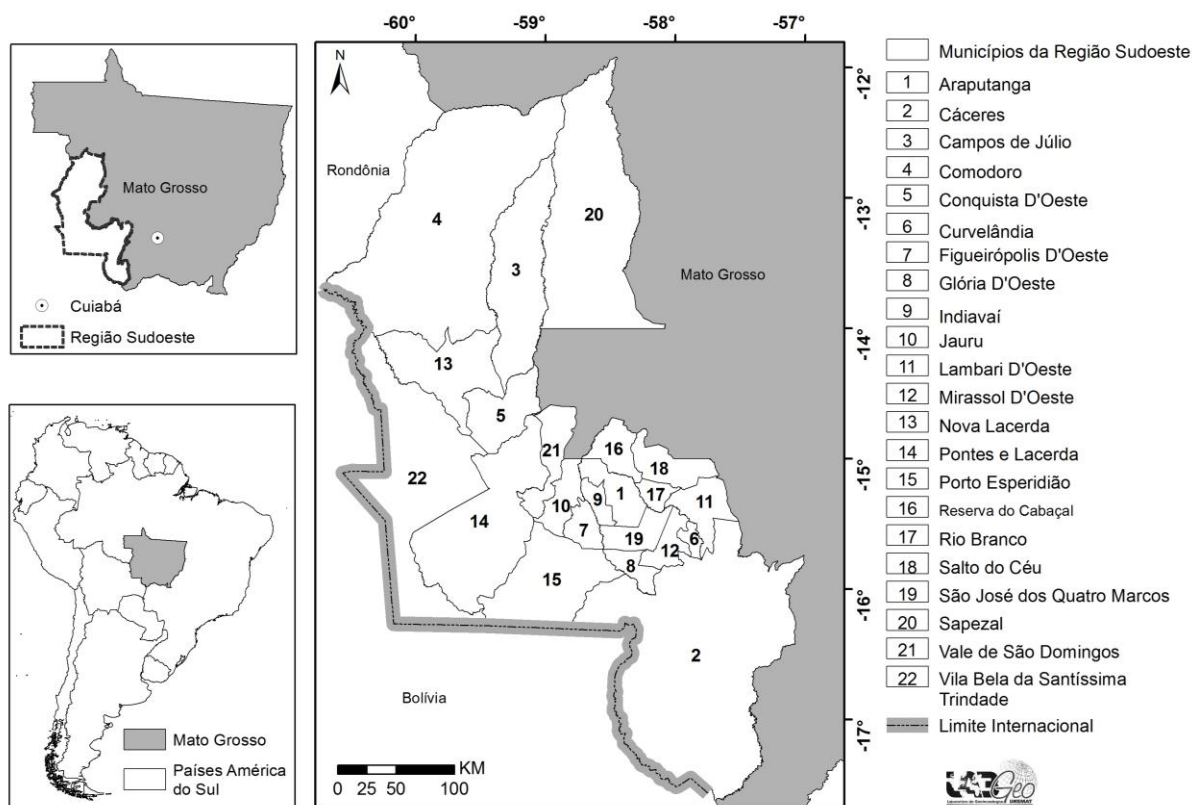


Figura 01. Localização dos municípios da região Sudoeste Mato-grossense.

Sua população é a terceira maior dentre as regiões de planejamento do Estado, com 309.442 habitantes (IBGE, 2010. s/p.) e densidade demográfica de 2,64 hab./km². De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-PNUD, referente ao ano 2010 (BRASIL, 2013, s/p), o Índice

de Desenvolvimento Humano-IDH desta Região variou entre o médio e alto, sendo que o município de Lambari D'Oeste teve o menor valor de IDHM 0,627 e o município de Campos de Júlio apresentou o maior índice, com IDHM 0,744.

O forte da economia regional pauta-se na pecuária e na agricultura, contribuindo respectivamente com 39,4% e 17,86% do PIB para esta região. No que tange a pecuária para o Estado, representa 9,4% da produção estadual, a qual abastece os laticínios, curtumes e frigoríficos; no que se refere à agricultura é composta por áreas de assentamentos rurais, médios e pequenos produtores familiares, característica marcada pela atribuição de terras em glebas destinadas a colonização agrícola e/ou aquisição de terras por meio de incentivos fiscais públicos e privados. Entretanto, cabe salientar que na porção nordeste da região, especificamente nos municípios de Sapezal e Campos de Júlio, há predomínio do agronegócio (exportação), marcado por grandes lavouras de soja (grãos), algodão herbáceo (caroço) e milho na entre safra.

No que tange a atividade turística na região, é eminentemente pautada na pesca, tendo como principais focos da atividade pesqueira, o rio Paraguai e o Pantanal. Essas atividades atualmente desenvolvidas não se articulam com questões socioambientais, sendo basicamente de cunho econômico (NEVES et al., 2012). Entretanto, a política de planejamento do estado de Mato Grosso aponta para desenvolvimento das potencialidades naturais, expansão da atividade do turismo com base nas belezas cênicas, o fortalecimento e diversificação da pequena e média produção; e desenvolvimento de atividades ligadas a comunidades rurais e assentamentos de agricultura familiar (MATO GROSSO, 2012).

Procedimentos metodológicos

Os procedimentos metodológicos adotados foram: pesquisa do tipo bibliográfica, exploratória e levantamento de dados secundários sobre o objeto de estudo, visando subsidiar teoricamente as análises efetuadas e resgatar informações do processo de organização dos assentamentos rurais da região sudoeste mato-grossense.

Inicialmente, a pesquisa exploratória consistiu em familiarizar-se com o fenômeno investigado, de modo que o estudo pudesse ser melhor compreendido, esta permeou o estudo visando a formulação de abordagens posteriores.

Foram feitas leituras, fichamentos e análises de materiais bibliográficos sobre os temas: Formação do Território Brasileiro; Ocupação do Centro Oeste Brasileiro; Formação Histórica de Mato Grosso; Políticas de Incentivo e Criação dos Assentamentos Mato-grossense e Assentamentos da região Sudoeste Mato-grossense.

Em um segundo momento, procedeu-se o levantamento de dados secundários em materiais impressos (anúários, censos e catálogos) e em arquivos eletrônicos de órgãos como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE-MT); Secretaria de Planejamento do Estado de Mato Grosso (SEPLAN-MT); Secretaria da Fazenda do Estado de Mato Grosso (SEFAZ-MT); Federação de Assistência Social e Educacional (FASE-MT), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA-MT), Cooperativa da Agricultura Familiar de Cáceres (COOPFAMI), entre outros.

Posteriormente, organizou através do Banco de Dado Geográfico - BDG, os dados catalogados dos assentamentos rurais da região sudoeste mato-grossense.

Por fim, efetuou-se o tratamento dos dados: feitos de forma qualitativa, visando à compreensão das informações levantadas, orientadas para a compreensão de processos subjetivos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O estado de Mato Grosso recebeu a influência de diversos programas de Governo no decorrer de seu processo histórico de desenvolvimento e construção de território, a exemplo destes programas citam-se o Plano de Integração Nacional – PIN; Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste – PROTERRA; Programa de Desenvolvimento dos Cerrados – POLOCENTRO; Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia - POLAMAZÔNIA e Programa

Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil - POLONOROESTE. Esses, de uma forma ou de outra, ditaram as regras para a definição da estrutura fundiária e do uso e ocupação do espaço mato-grossense até a atualidade.

De acordo com Sparovek (2003, p. 29), no total foram 332 projetos de assentamento, criados entre 1981 e 2002, no estado de Mato Grosso. Moreno (2007, p. 33) afirma que serviram *a priori* como patrocínio ao acesso a terra nas regiões Mato-grossenses, pelos grandes grupos econômicos, financiados pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE e Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID.

A região Sudoeste de Mato Grosso tem como polo regional o município de Cáceres, definido no MT+20 como região VII de planejamento do Estado (MATO GROSSO, 2012, p. 23). Composta por 22 municípios (legenda figura 01) a região possui aproximadamente 11.786 famílias assentadas, distribuídas em 64 áreas catalogadas pelo INCRA. Apresentam um Coeficiente de GINI de 0,800, e representa 14% dos assentamentos concretizados no estado de Mato Grosso (AMM, 2010, p. 25).

Lamera e Figueiredo (2008, s/p.) destacam que áreas destinadas aos projetos de assentamentos eram subdivididas em áreas de preservação permanente, de reserva legal e áreas destinadas à produção coletiva e à individual. O Quadro 01 apresenta os dados das estruturas estabelecidas para a criação dos projetos de assentamentos no âmbito das primeiras destinações de terras para assentamento em Mato Grosso.

Quadro 01. Estrutura para a criação de assentamentos em Mato Grosso

Área do PA*	Máximo (ha)	Mínimo (ha)	Média (ha)
Total	34.827	80	6.900
Área de Preservação	6.400	0	552
Área de Reserva Legal	16.348	0	2.181
Destinada à produção coletiva	1.189,32	0	13,69
Média de lotes	201	2	50

*PA: Projeto de Assentamentos. **Fonte:** INCRA, 2000.

Lamera e Figueiredo (2008, s/p.) e Sparovek (2003, p. 42) afirmaram que alguns dos assentamentos não possuíam área de produção coletiva, sendo estes casos em geral, constatados em projetos de assentamentos mais antigos, onde os autores citam os casos de dois, no município de Cáceres (assentamentos Laranjeira I e Laranjeira II); dois, no município de Vila Bela da Santíssima Trindade (assentamentos Santa Helena e Seringal) e um, no município de Araputanga (assentamento São Benedito). Entretanto, mesmo apresentando áreas de produção individual, a produção é equivalente aos assentamentos que possuem áreas coletivas.

Os municípios estão ligados via BR 070 e BR 174 e encontram-se distribuídos heterogeneamente em 20 dos 22 municípios que compõem a região sudoeste de Mato Grosso (Figura 02).

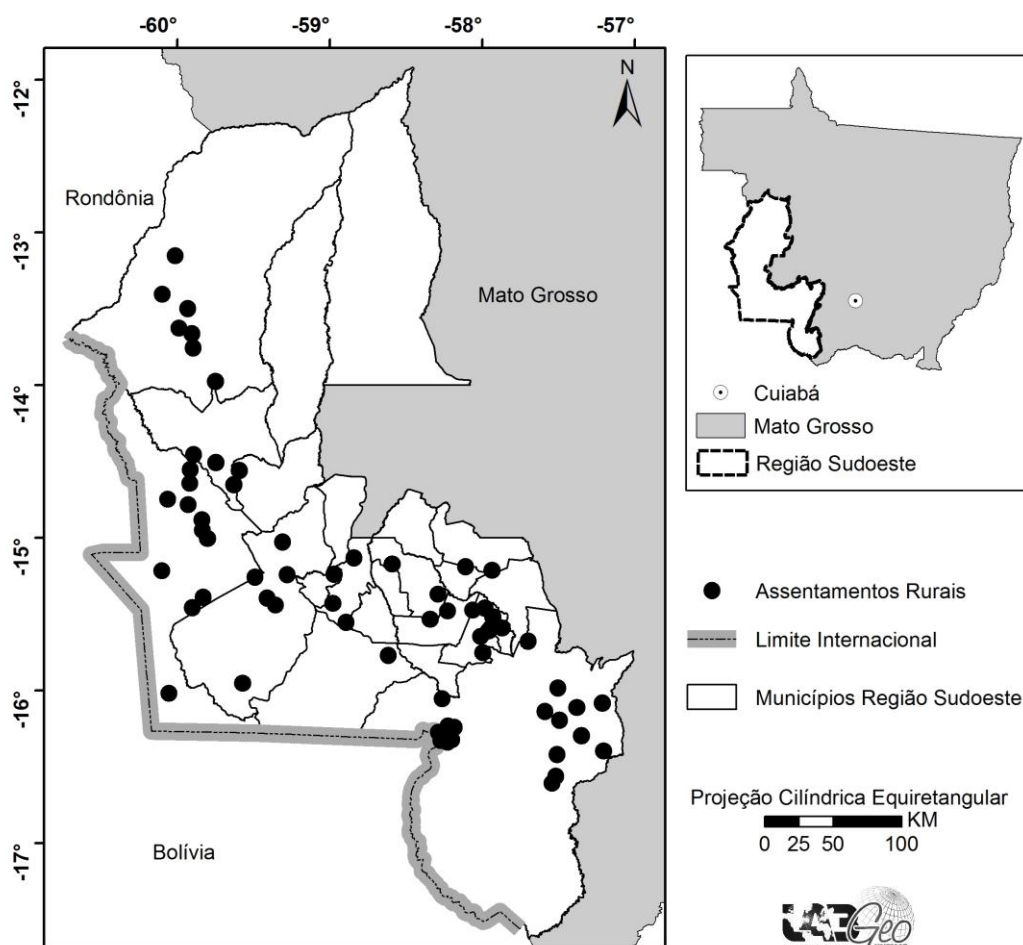


Figura 02. Localização dos assentamentos nos municípios da região Sudoeste Mato-grossense. Fonte: Base dos assentamentos INCRA, 2013.

O quadro 02 apresenta uma lista com o nome dos projetos de assentamentos contidos nos municípios que compõem a região Sudoeste Mato-grossense, de acordo com os dados dos relatórios da Associação Mato-grossense dos Municípios - AMM do ano de 2010, onde apresentam nomes de assentamentos superiores ao encontrado na base de dados do INCRA.

Quadro 02. Nomes dos assentamentos por município

Município	Nomes do PA's
Araputanga	Vereda, São Benedito, Florestan Fernandes e Floreta.
Cáceres	Tarumã, Rancho da Saudade, Alegria, Água Boa, São Lucas, Limoeiro, Barranqueira, Paiol, Vale do Mangaval, Mata Comprida, Ipê Roxo, Vida Nova, Sapiquá, Corixo, São Luiz, Facão (Furnas Bom Jardim, São José, Boa Esperança), Cinturão Verde, Nova Esperança, Katira, Bom Sucesso, Laranjeira I, Laranjeira II, Nova Esperança, Jatobá, Arraial Santana, Flexas, Sadia/Vale Verde e Flor da Mata.
Campos de Júlio	Não possui assentamento.
Comodo	Noroagro, Miranda Estância, Granja, Colônia dos Mineiros, Cabixi e Macuco.
Conquista D'Oeste	Nova Conquista, Sararé, Providência III e Tupã.
Curvelândia	...
Figueirópolis D'Oeste	Vila Rural São Pedro
Glória D'Oeste*	...
Indiavaí*	...
Jauru	Mirassolzinho, Mirassolzinho II e Corgão.
Lambari D'Oeste*	...
Mirassol D'Oeste	Providência I, Margarida Alves, Santa Helena II, São Saturnino, Roseli Nunes, Vila Rural Modelo Fitoterápicos.
Nova Lacerda	Saráre, Nova Conquista, São Judas e Santa Elina.
Pontes e Lacerda	Renascer I, Triunfo, Lagoa Rica, 1.500 Alqueires, Coronel Ari, Córrego da Onça, Rio Alegre, Aerorrancho, Barra do Marco, Miura, Lourival D'Abic e Alegre
Porto Esperidião	Vão Grande, Voltinha, Recanto Alegre, Santa Cecília I, Santa Cecília II, Domingos José de Moraes, Papiro, Aproara, Sete Galhos, São Pedro, Morada do Sol, São Jorge, Alegrete I, Alegrete II e Pau a Pique.
Reserva do Cabaçal	Mulher.
Rio Branco	Montechi.
Salto do Céu	Cecília Antunes, Alteza, Salto das Nuvens e Roncador.
São José dos Quatro Marcos	Santa Rosa I.

Sapezal	Não possui assentamento.
Vale de São Domingos*	...
Vila Bela da Santíssima Trindade	Formosa, Santa Helena, Bocaina, São Sebastião, Morrinho do Tarumã, Guaporé, Ritinha, Seringal, Marambi e São Pedro/ Cambara.

(*) não há informação (assentamento sem nome definido). Fonte: AMM, 2010. Org. Autor, 2013.

Cabe salientar que há discordância entre os dados e informações do INCRA e da AMM, pois na base do INCRA; usada para a geração do mapa correspondente a figura 02, são identificados 64 (sessenta e quatro) assentamentos. Porém, nos documentos da AMM, utilizado no quadro 02, é apresentada uma quantidade superior de assentamentos, todavia, em ambas são citadas como fontes de pesquisa o INCRA, o Instituto de Terras de Mato Grosso - INTERMAT e o Crédito Fundiário. Para tanto, apesar da discrepância dos dados, não foram descartadas nenhuma das informações, julgando ambas as fontes informativas como confiáveis para estudo, tendo em vista que as informações se complementam.

Com relação ao número de PA's no quadro 02, nota-se que há uma maior concentração de assentamentos nos Municípios de Cáceres, Comodoro, Mirassol D'Oeste, Porto Esperidião, Pontes e Lacerda, Vila Bela da Santíssima Trindade. Verificou-se ainda que os municípios de Campos de Júlio e Sapezal, não possuem assentamentos, pois apresentam estrutura fundiária diferenciada, caracterizada por latifúndios.

É importante salientarmos também que, apesar de grande parte dos municípios terem sua fundação posteriormente aos projetos de colonização das décadas de 60 e 70, o povoamento desta região data do século XVIII, com a fundação dos municípios de Vila Bela da Santíssima Trindade, como capital da então província de Mato Grosso e do município de Cáceres.

De modo geral os municípios da região apresentam 25% de ruralidade em sua área territorial, diferindo da média estadual e nacional que atingem o percentual de 18,1% e 15,64% de ruralidades no âmbito territorial, respectivamente.

Segundo INCRA (2000, p. 40), os assentamentos catalogados em documentos oficiais, localizados nos municípios da região sudoeste de Mato

Grosso, possuem suas próprias características históricas: influenciadas pela forma de ocupação, origem dos fluxos migratórios, por programas e estratégias governamentais; e se assemelham em seu modo de produção pautado na pluriatividade e encontram-se em diferentes estágios de desenvolvimento.

Lamera e Figueiredo (2008, p. 34) afirmam que é necessário conhecer as deficiências dos assentamentos rurais deste Estado, de modo a gerar informações que ordenem às políticas estaduais em favor dos mesmos, devido suas peculiaridades e a regionalização.

Para Silva et al. (2012, p. 72), estas famílias, em sua maioria, residem a mais de 06 anos na área, sendo composta em sua maior parte do gênero masculino, com atividades e ocupações anteriores sempre ligadas ao meio rural, possuindo baixa escolaridade e idade média de 58 anos de idade. A mão-de-obra é familiar e utilizam também o emprego de mecanização e o uso de animal nas tarefas de campo (aragem, transporte, etc.).

No tocante a qualidade de vida dos assentados, Sparovek (2003, p. 103 - 106) e Pinheiro e Silva (2010, p. 543) afirmam que alguns indicadores, tais como: saneamento básico, saúde e educação, contribuem para a estagnação dos assentamentos.

Nesses quesitos, verificou-se de fato que é inexistente a coleta de lixo, restando como alternativa queimar, enterrar ou jogar em um terreno designado de comum acordo entre os assentados, para destinação dos resíduos produzidos.

Quanto à saúde, mesmo o assentamento que possui posto de saúde familiar, não difere dos demais da região; faltam médicos e enfermeiros para atendimento de enfermidades, urgência e emergência; fazendo que os assentados recorram aos postos médicos das cidades.

Referente à educação: poucos assentamentos possuem instituições de ensino básico, no caso dos estudantes em níveis avançados de educação, os municípios disponibilizam transporte para deslocamentos destes para as escolas nas cidades. Nesse sentido, os filhos de assentados vão para as cidades para cursarem outros níveis de escolaridade.

Contraopondo a esses indicadores, pesquisas realizadas pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura - FAO, em assentamentos, em diversas regiões do Brasil, mostraram que mesmo que haja situações adversas, muitas vezes, por burocracia ou distância, são comprovadas melhorias substanciais nos indicadores sociais, saneamento, educação, saúde, mortalidade infantil e lazer, pois há incentivos e projetos realizados por ONG's, programas do governo federal e pastorais de igrejas (ROMEIRO, 1991, p. 20).

No que tange as atividades produtivas dos assentamentos, há uma diferença significativa entre os assentamentos mais próximos à fronteira com a Bolívia dos assentamentos localizados mais próximos aos núcleos urbanos mato-grossenses. Cabendo ressaltar que os assentamentos localizados mais próximos à fronteira há a predominância da criação bovina, sendo o acesso à água, um dos gargalos enfrentado pelos assentados.

A produção de modo geral é subdividida em: pecuária, agricultura diversificada, extrativista e artesanal.

De acordo com INCRA/FAO (1999, s/p.) podem ser desenvolvidos diversos sistemas produtivos no âmbito da agricultura familiar, como uma junção organizada, onde áreas são parceladas, para o cultivo de diversas culturas e são cultivados, conjuntamente, com a criação de vários grupos de animais, e eventualmente em conjunto com o extrativismo e/ou de processamento de produtos.

Mendes (2012, p. 18) versou sobre esses sistemas de produção, afirmando que na escala de um estabelecimento agrícola, podem ser definidos como uma combinação dos recursos disponíveis para obtenção das produções vegetais, animais, extrativas e artesanais, como forma de rentabilidade do espaço. Onde agricultores que praticam consorciadamente o extrativismo, agricultura e pecuária representaram 50%; 30% correspondendo aos que praticavam extrativismo e agricultura; e 13,67% corresponderam aos que praticavam apenas extrativismo e pecuária.

Na pecuária Silva et al. (2012, p. 75) destacaram que em média 70% das áreas dos assentamentos são de pastagens, prevalece à criação bovina de

corte e leiteiro, há ainda a criação de pequenos animais tais como suíno, caprinos, ovinos e apicultura.

Na agricultura, os autores *op. cit.* afirmaram que apenas 27% das áreas dos assentamentos destinam-se as atividades agrícolas, com exploração de culturas temporárias do milho, arroz, feijão, mandioca, banana, amendoim, coco, abacaxi, café, frutos diversos e hortaliças (alguns em moldes agroecológico).

No extrativismo, 3% dos assentamentos praticam a extração do araticum, jatobá, bocaiuva, macaúba, cajazinho, cagaita, ipê roxo, borracha, cumbaru, babaçu, pequi para produção de sucos, polpas, doces, licores, bombons, conservas, geleias, sorvetes e enriquecimento de bolos, bolachas, pães, em fins homeopáticos, terapêuticos e produção artesanal e agroindustrial.

No que se refere à produção artesanal, são gerados doces, conservas, farinhas, artesanato de madeira, de palha, de corte e costura, para a comercialização em feiras e em outros eventos ligados aos trabalhadores rurais, em feiras de eventos locais, regionais e nacionais.

Cabe ressaltar que dos 22 municípios que formam a região Sudoeste de planejamento de Mato Grosso, Sapezal e Campos de Júlio possuem estrutura fundiária e condições edafoclimáticas diferenciadas, apresentando predomínio de grandes produtores de algodão, soja e milho, sendo ainda, expressiva a tendência à expansão das áreas para plantio, para atender a demanda do agronegócio (IBGE, 2010, p. 30).

Os 20 demais municípios são formados por pequenos e médios produtores familiares, mais ligadas às atividades de agricultura familiar com ocupação antiga, pecuária de corte em modelo extensivo (Silva et al., 2012, p. 74). Estes são cercados de potencialidades naturais, dos quais podem ser planejados conjuntamente, sendo repensado em bases de um novo tipo de desenvolvimento local, nos modos de estilo de vida comunitário, estabelecendo-se na prestação de bens e serviços no mercado turístico.

Aproveitar todo o potencial produtivo e natural dessa comunidade é um tanto quanto desafiador. Moscardo (2008, p. 58 e 100), nesse sentido, versou

que é uma barreira para o desenvolvimento local e/ou turístico de comunidades devido à falta de conhecimento sobre o que seja a atividade do turismo para estas comunidades, e em geral pelo desconhecimento também de todo o potencial que estas possuem, construindo através de mecanismos desses novos arranjos a construção de capacidades da comunidade para o turismo.

Brun e Fuller (1991, p. 25 e 36) diz que a agricultura familiar tem sua produção pautada na pluriatividade, como elemento de diversificação (atividades agrícolas e não agrícolas), funcionando como estratégia de sobrevivência e fonte de renda extra, que ao longo do tempo se modificam ou se adequam ao próprio local e aos novos arranjos produtivos os quais foram se desenhando onde se encontram assentados.

Corroborando com essa afirmativa, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (BRASIL, 2003, p. 14 e 21) apresentou dados que confirmaram a produção dos assentamentos de agricultura familiar no âmbito brasileiro; sendo responsável por cerca 87% da produção de mandioca, 71% da produção de feijão, 47% do milho, 39% do café, 33,9% do arroz, 22% do trigo e, na pecuária, 58,1% do leite de vaca e 67% do leite de cabra, 59% do plantel de suínos, 50% e 30% das aves e dos bovinos, respectivamente, e tem despontado na economia com a oferta de bens e de serviços. Esses dados mostram a importância da agricultura familiar, realizada em assentamentos, não só para o Mato Grosso como para o Brasil.

A agricultura familiar da região, certamente gera excedente para a comercialização, porém, os produtos muitas vezes não se apresentam tão competitivos em outros mercados, devido às dificuldades de acesso, principalmente, o transporte para os centros urbanos, tornando os custos atuais de produção e escoação quase que inviáveis.

O censo da reforma agrária de 2006 (BRASIL, 2006, p. 28), expõe que em um panorama geral referente às condições das estradas de acesso e escoação da produção, afirma que são gastos cerca de 2 horas dos assentamentos até a sede municipal, podendo atribuir esse fator talvez as condições das estradas, onde 50% destas se encontram em más condições, dificultando o escoamento do excedente da produção.

No que tange a comercialização, produção e assistências, estas parcerias são estabelecidas com diversas instituições, que prestam serviços sociais e de infraestrutura. Conforme Sparovek (2003, p. 6 e 93), destes serviços cerca 52,9% competem às prefeituras; 26,2% ficam por conta do governo do Estado e 20,9 cabem ao INCRA, sociedade civil e Ong's. Quanto a educação, saúde e lazer, as prefeituras e Estado se encarregam de cerca de 75% com projetos de educação no campo e 25% estão por conta de outras instituições.

Quanto ao crédito rural, Silva et al. (2012, p. 80) verificaram que há diversos programas de crédito e de fomento para a reforma agrária, porém, a burocracia faz com que se torne quase que inviável o acesso a esse crédito para as famílias assentadas, pois estas reclamam das dificuldades no trato com os bancos para o acesso ao crédito.

Outra preocupante é a questão de assistência técnica, devido o capital humano nas instituições públicas serem reduzido e possuírem as dificuldades para atendimento de todos os assentamentos. Sendo, portanto, apontado como principais fatores que dificultam ainda mais a assistência técnica: os problemas de estrutura de atendimento, a falta de veículos e meios de transporte para executar as atividades junto aos assentamentos.

Mendes (2012, p. 9) afirma que a assistência técnica na região sudoeste mato-grossense é mínima, entretanto é feita pela Federação de Assistência Social e Educacional (FASE-MT), pela Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural (EMPAER-MT) e pelo Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR-MT), que os norteiam em relação ao manejo, produção, capacitação, transferência de tecnologias, dentre outros.

De modo geral, Abramovay (2003, p. 42 - 44) define que a maioria dos projetos de assentamento se encontra em situação estável, porém, inadequada, decorrente da existência de uma política agrária falha.

Havendo ainda a falta de infraestrutura adequada à produção e à comercialização dos produtos cultivados, assim como pela deficiência na oferta de serviços de saúde e de escolas de ensino médio, o que condiciona a

necessidade de mudanças dos jovens para os centros das cidades, promovendo continuamente o êxodo rural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos constituem-se em evidências de que mesmo sem condições de infraestrutura e grandes investimentos, os assentados por meio de grupos ligados a associações, encontram alternativas para continuar sua vida no campo, ampliando e diversificando a produção e comercialização.

De forma simples, os assentados empregam criatividade no seu modo de vida, diversificam seus sistemas produtivos com atividades não agrícolas (pluriatividades), encontrando sua função na economia local.

Outro fator importante é visto a partir da integração da comunidade em grupos e associações, o que tem gerado resultados socioeconômicos positivos e tem fortalecido à coletividade do assentamento.

A assistência técnica, embora com seu capital humano reduzido, tem papel fundamental na transferência de tecnologia, capacitação para melhoria dos meios produtivos e orientação quanto à elaboração de projetos, com fins de capacitação de recursos para desenvolvimento de assentamentos.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: UFRGS, 2003. 149 p.

AMM - Associação Mato-grossense dos Municípios. **Dados municipais**. Cuiabá, 2010.

BRASIL. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Rio de Janeiro, PNUD, IPEA, Fundação João Pinheiro, 2013. Disponível em: http://www.pnud.org.br/IDH/Atlas2013.aspx?indiceAccordion=1&li=li_Atlas2013#. Acesso em: 12 mai. 2013.

BRASIL. Secretaria Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **MST: Lutas e Conquistas**. 2. ed. São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www.mst.org.br/sites/default/files/MST%20Lutas%20e%20Conquistas%20PD>

F.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2013.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Referências para o desenvolvimento territorial sustentável**. MDA/Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA. Brasília: Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável/Condraf e Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural - NEAD, 2003. 36 p. (Textos para Discussão, 4).

BRUN, Andre; FULLER, Anthony Michael. **Farm Family Pluriactivity in Western Europe**. United Kingdom, The Arkleton Research, 1991. 76 p.

CAMPANHOLA, Clayton; GRAZIANO DA SILVA, José. **O novo rural brasileiro: novas atividades rurais**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2004. v. 6.

FABRINI, João Edmilson. **Assentamentos de trabalhadores sem-terra: experiências de lutas no Paraná**. Cascavel/PR: Edunioeste, 2001. 139 p.

CASTRO, Sueli Pereira. **A colonização oficial em Mato Grosso: a nata e a borra da Sociedade**. Cuiabá: EdUFMT, 1994. 290 p.

FELICIANO, Carlos Alberto. **Movimento camponês rebelde: a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2006, 205 p.

FERREIRA, João Carlos Vicente. **Mato Grosso e seus municípios**. Cuiabá: Editora Buriti, 2001. 660 p.

IANNI, Octávio. **A sociedade global**. 12. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. 191 p.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Populacional 2010**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=51&dados=8>>.

Acesso em: 05 abr. 2013.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/agropecuario.pdf>>. Acesso em: 05 abr. 2013.

INCRA - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Relatório de Atividades: INCRA 30 anos**. Brasília, 2000. Disponível em: <www.incra.gov.br/arquivos/0172500473.pdf>. Acesso em 20 mai. 2013.

INCRA/ FAO - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e a Organização Das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura. **Guia metodológico:** diagnóstico de sistemas agrários. Brasília: Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO, 1999. 65 p.

LAMERA, Janice Alves; FIGUEIREDO, Adriano Marcos Rodrigues. Os assentamentos rurais em Mato Grosso. In: CONGRESSO SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 46., 2008, Rio Branco. **Anais...** Rio Branco: Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2008. s/p.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de; LEITE, Sérgio (orgs.). **A Formação dos assentamentos rurais no Brasil:** processos sociais e políticas públicas. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 286 p.

MELGAREJO, Leonardo. O desenvolvimento e a reforma agrária e os assentamentos: espaços para a contribuição de todos. **Agroecol. e Desenv. Rur. Sustent.**, Porto Alegre, v. 2, n. 4, p. 58-68, out./dez. 2001.

MENDES, Maurício Ferreira; FERNANDES, Rosilainy Surubi; NEVES, Sandra Mara Alves Silva; NEVES, Ronaldo José; SILVA, Elvis Frazão; KREITLOW, Jesã Pereira; NEVES, Laís Fernandes Souza. Extrativismo e geração de renda nos assentamentos rurais Facão/Furna São José e Margarida Alves, região Sudoeste Mato-grossense, Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 21., 2012, Uberlândia-MG. **Anais...** Uberlândia/MG: Universidade Federal de Uberlândia, 2012. p. 1-11.

MORENO, Gislaene. **Terra e Poder em Mato Grosso:** política e mecanismos de burla: 1892-1992. Cuiabá: Entrelinhas - EdUFMT, 2007. 312 p.

MORENO, Gislaene; HIGA, Tereza Cristina Cardoso Souza; **Geografia de Mato Grosso:** território, sociedade e ambiente. Cuiabá: Entrelinhas, 2005. 295 p.

MOSCARDO, Gianna. **Building Community Capacity for Tourism Development.** Wallingford: CABI, 2008. 338 p.

OLIVEIRA, Mara Edilara Batista de. **Terra, trabalho e escola:** a luta do MST por uma educação do/no campo na Paraíba. 2010. 142 f. Dissertação

(Mestrado em Geografia) - Centro de Ciências Exatas e da Natureza, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

PINHEIRO, Maria Iracema de Arruda; SILVA, Tânia Paula da. Agricultura camponesa em Cáceres, MT: análise do assentamento Facão, Comunidade Bom Jardim. In: SIMPÓSIO DE GEOTECNOLOGIAS NO PANTANAL, 3., 2010, Cáceres-MT. **Anais...** Cáceres: Embrapa Informática Agropecuária/INPE, 2010. p. 533 -544.

POLI, Odilon. **O campesinato no Brasil: leituras em movimentos sociais.** Chapecó: Griffos, 1999. 42 p.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo.** São Paulo: Ed. Brasiliense, 1996. 446 p.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Reforma agrária e distribuição de renda. **Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, Campinas, v. 21, n. 11, jan./abr. 1991.

SILVA, Tânia Paula; ALMEIDA, Rosimeire Aparecida; KUDLAVICZ, Mieceslau. Os assentamentos rurais em Cáceres/MT: espaço de vida e luta camponesa. **Orbital: Revista Eletrônica da AGB - Seção Três Lagoas/MS**, Três Lagoas, ano 8, n.15, p. 62-82, mai. 2012. Disponível em: <http://www.orbital.ufms.br/index.php/revgeo-tl/article/view/412>. Acesso em: 20 abr. 2013.

SPAROVEK, Gerd. (org.). **A Qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira.** São Paulo: Páginas e Letras, 2003. 167 p.

ARTIGO 2:**Agricultura familiar e políticas públicas na região Sudoeste Mato-grossense: realidade e perspectivas**

[Preparado de acordo com as normas da revista *Acta Scientiarum Human and Social* - Anexo II].

RESUMO

A presente pesquisa objetivou investigar as possibilidades de acesso às políticas públicas que beneficiam a agricultura familiar e o turismo rural, considerando os produtos diferenciados, produzidos nas unidades de processamento dos assentamentos Facão/Furna São José, Corixo e Margarida Alves, localizados na região sudoeste mato-grossense. Os procedimentos metodológicos utilizados foram: revisão bibliográfica referente ao tema; levantamento de dados secundários em órgãos oficiais; pesquisa de campo para realização de entrevista com uso de formulário; georeferenciamento das unidades de processamento e registro fotográfico. Por fim, fez-se a interpretação dos dados coletados, utilizando-se de uma abordagem qualitativa. Das políticas públicas do Governo Federal elencadas pela pesquisa, as unidades de produção acessam o PRONAF, PAA e PNAE, por meio de compra direta com doação simultânea via CONAB dos produtos agroindustriais, hortaliças e frutos produzidos no assentamento. Quanto à assistência técnica, os agricultores dos assentamentos investigados são auxiliados pelos técnicos do STTR de Cáceres e pela FASE, que orientam os grupos na elaboração de projetos para angariar fundos, acesso a documentações e transferência de tecnologias para melhorias de suas produções. Os resultados indicaram que o acesso aos programas de Governo, bem como a assistência técnica ofertada pelo Sindicato e pela FASE, promoveu mudanças na estrutura familiar dos assentados, propiciando inclusão e autonomia das mulheres no mercado de trabalho, geração de renda e melhoria nas condições de vida.

Palavras-chave: políticas sociais; arranjos produtivos; integração comercial; turismo rural.

Family farming and public policies on the southwest of Mato Grosso: reality and prospects

ABSTRACT

The present study aimed to investigate the possibilities of access to public policies that benefit family farms and rural tourism, considering the differentiated products produced in the

35 processing units of the settlements Facão/Furna São José, Corixo e Margarida Alves, located
36 in the southwest region of Mato Grosso. The methodological procedures were used: literature
37 review on the topic; collection of secondary data from government department; fieldwork to
38 conduct interviews using a form; georeferencing of the processing units and photographic
39 record. Finally, there was the interpretation of the data collected, using a qualitative approach.
40 From the public policy of the Federal Government listed in the research, the production units
41 access PRONAF, PAA and PNAE Programs, through direct purchase with simultaneous
42 donation via CONAB of agro products, vegetables and fruits produced in the settlement. For
43 technical assistance, farmers from the settlements investigated are assisted by the staff of
44 STTR from Cáceres and by FASE, guiding groups in developing proposals to raise funds,
45 access to documentation and transfer of technologies for improvement of their productions.
46 The results indicated that access to government programs, as well as technical assistance
47 offered by the Union and by FASE, promoted changes in the family structure of the settlers,
48 providing inclusion and empowerment of women in the labor market, income generation and
49 improvement in life conditions.

50

51 **Keywords:** social policies; production arrangements; trade integration, rural tourism.

52

53 **Introdução**

54 As transformações ocorridas no espaço rural brasileiro, bem como em suas regiões e
55 microrregiões, que ocorreram a partir da década de 1970, dinamizaram os modos de trabalho,
56 de produção e os meios de vida dos agricultores familiares, possibilitando a diversificação e o
57 aumento da renda nos assentamentos de reforma agrária e de crédito fundiário, criando novas
58 vertentes e reformulando o espaço produtivo rural, apontando para a consolidação,
59 principalmente, de atividades de cunho não agrícola.

60 As recentes discussões acerca do espaço rural brasileiro têm destacado cada vez mais a
61 importância das atividades não agrárias na composição da renda de milhares de agricultores
62 familiares. No caso específico da atividade turística, ressalta-se que esta, além de sua
63 reconhecida capacidade de geração de emprego e renda, possibilita agregação de valor à
64 produção rural ou artesanal e promove a conservação do meio ambiente e a valorização das
65 culturas locais, por meio do resgate do modo de vida rústico dos agricultores, diminuindo
66 assim, a saída do homem do campo.

67 Buianain et al.. (2003) relataram que a agricultura familiar é composta por famílias
68 pluriativas e compreende um modelo de agricultura no qual as atividades de gestão e trabalho

69 estão relacionadas à própria família ou pessoas associadas; sendo esta a principal responsável
70 pelo processo produtivo.

71 Cabe salientar também que, segundo o INCRA/FAO (1999), a agricultura familiar é
72 responsável por 80% da produção de alimentos e matérias-primas que abastecem todo o
73 território brasileiro. Neste contexto, a agricultura familiar se apresenta como um segmento
74 que tem sérias dificuldades para sua reprodução social, ao mesmo tempo em que representa a
75 forma de organização mais adequada para potencializar o desenvolvimento agrícola e rural.

76 Nos últimos anos, de acordo com Abromavay (1998), as políticas públicas
77 direcionadas para a agricultura familiar têm revelado um crescimento considerável do setor,
78 redefinindo os usos e remodelando novos produtos.

79 Nesse sentido, as políticas públicas para o meio rural vêm ao encontro dessas novas
80 necessidades que estes espaços reformulados expressam. Diante disto, Santos (2008) afirma
81 que estas políticas se efetivam para nortear o desenvolvimento do meio rural sob a
82 contextualização de “novo momento rural”, que se caracteriza pelo incremento das atividades
83 agrícolas com outras agregadas, gerando novas alternativas socioeconômicas.

84 Fernandes (2008) expõe que as políticas públicas para a agricultura familiar, pautam-
85 se na reprodução do processo histórico de desenvolvimento econômico, como ações
86 estratégicas que preconizam as formas de acesso à renda e as oportunidades de crescimento
87 pelo viés da reprodução do capital.

88 O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar PRONAF foi criado
89 pelo Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996, com a finalidade de promover o
90 desenvolvimento sustentável do segmento rural, constituído pelos agricultores familiares, de
91 modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a
92 melhoria da qualidade de vida e de renda. Nesse sentido, o programa apresenta-se como
93 instrumento de acesso às várias políticas públicas em escala nacional, estadual e municipal,
94 contribuindo para o arrefecimento do êxodo rural.

95 Nos últimos anos a agricultura familiar tem se tornando um importante tema para a
96 elaboração de políticas econômicas e sociais. No âmbito do Ministério do Desenvolvimento
97 Agrário - MDA, criou-se o Programa Nacional de Turismo na Agricultura Familiar -
98 PNTRAF, que teve como objetivo promover o desenvolvimento regional e fomentar as
99 atividades turísticas entre agricultores familiares, sempre os integrando aos arranjos
100 produtivos locais, haja vista que as atividades econômicas em assentamento de agricultura
101 familiar são marcadas por serem pluriativas.

102 Mediante isto, o turismo rural tem seu crescimento explicado por duas razões: a
103 necessidade que o produtor rural tem de diversificar sua fonte de renda, agregando valor aos
104 seus produtos, e a vontade dos moradores urbanos de reencontrar suas raízes, de conviver com
105 a natureza, com os modos de vida, tradições, costumes e com as formas de produção das
106 populações do interior.

107 As razões ganham mais expressividade a partir dos primeiros projetos de
108 assistencialismo e extensão rural que, associados às atividades de lazer e entretenimento,
109 esporte, cultura, gastronomia, fortaleceram o trabalho dos agricultores familiar; a partir de
110 então, diversos segmentos do turismo foram surgindo e/ou se adequando às novas demandas
111 de mercado no sentido de fomentar e agregar valor para o desenvolvimento dos assentamentos
112 (ARAÚJO et al., 2011).

113 Nesse contexto, surge a ideia de desenvolvimento do turismo na agricultura familiar;
114 como a atividade turística que ocorre na unidade de produção das propriedades rurais, visando
115 manter as atividades econômicas típicas dos agricultores, dispostos a valorizar, respeitar e
116 compartilhar seu modo de vida, o patrimônio cultural e natural, ofertando produtos e serviços
117 de qualidade e proporcionando bem estar aos envolvidos.

118 No universo dos 64 (sessenta e quatro) assentamentos da região Sudoeste Mato-
119 grossense, foram selecionados, para esse estudo, os assentamentos rurais Facão/Furna São
120 José, Corixo e Margarida Alves, por apresentarem características que atendem aos princípios
121 básicos do turismo rural. Conforme disposto em Araújo (2000), essas características são:
122 possuir identidade própria, autenticidade, harmonia ambiental, preservação das raízes,
123 divulgação dos costumes locais e atendimento familiar. Nesse sentido, este estudo, objetivou
124 investigar as possibilidades de acesso às políticas públicas que beneficiam a agricultura
125 familiar e o turismo rural, considerando os produtos diferenciados, produzidos nas unidades
126 de processamento dos assentamentos Facão/Furna São José, Corixo e Margarida Alves,
127 localizados na região sudoeste mato-grossense.

128 **Área de investigação**

129 Os municípios de Cáceres e Mirassol D'Oeste localizam-se na mesorregião do Alto
130 Pantanal e integram a VII região de planejamento do Estado, denominada região sudoeste
131 mato-grossense (MATO GROSSO, 2012). Apresentam Índice de Desenvolvimento Humano
132 Municipal - IDHM, com valores de 0,708 e de 0,704, respectivamente (BRASIL, 2013).

133 Os municípios de Cáceres e Mirassol D'Oeste apresentam algumas características que
134 se assemelham, tais como: o uso predominante da terra é voltado à pecuária, com a

135 implantação de pastagens, centros de serviços, agroindustrialização das cadeias comerciais,
 136 potencialidades de expansão da atividade do turismo devido às belezas cênicas, tendência ao
 137 fortalecimento e diversificação da pequena e média produção e, desenvolvimento de
 138 atividades ligadas às comunidades rurais e assentamentos de agricultura familiar (MATO
 139 GROSSO, 2012; BRASIL, 2012).

140 Os assentamentos Facão/Furna São José, Corixo e Margarida Alves (Figura 01) estão
 141 contidos no território municipal de Cáceres e Mirassol D'Oeste.

142 O assentamento Facão/Furna São José foi criado em 1998, localiza-se no município de
 143 Cáceres, distante da sede municipal cerca de 20 km. Possui 40 famílias distribuídas em lotes
 144 que variam entre 10 a 40 hectares. Suas principais atividades econômicas são: agricultura
 145 diversificada (mandioca, banana e milho), criação de pequenos animais (galinha, porco e etc.)
 146 e o extrativismo do fruto cumbaru. Desde 2005, as agricultoras deste assentamento
 147 constituíram um grupo denominado de Amigas do Cerrado e iniciaram o desenvolvimento da
 148 atividade extrativista com finalidade de diversificar a alimentação e possibilitar uma fonte de
 149 agregar renda para suas famílias. O processamento do cumbaru é realizado na unidade
 150 edificada pelas agricultoras, para a produção de alimentos.

151

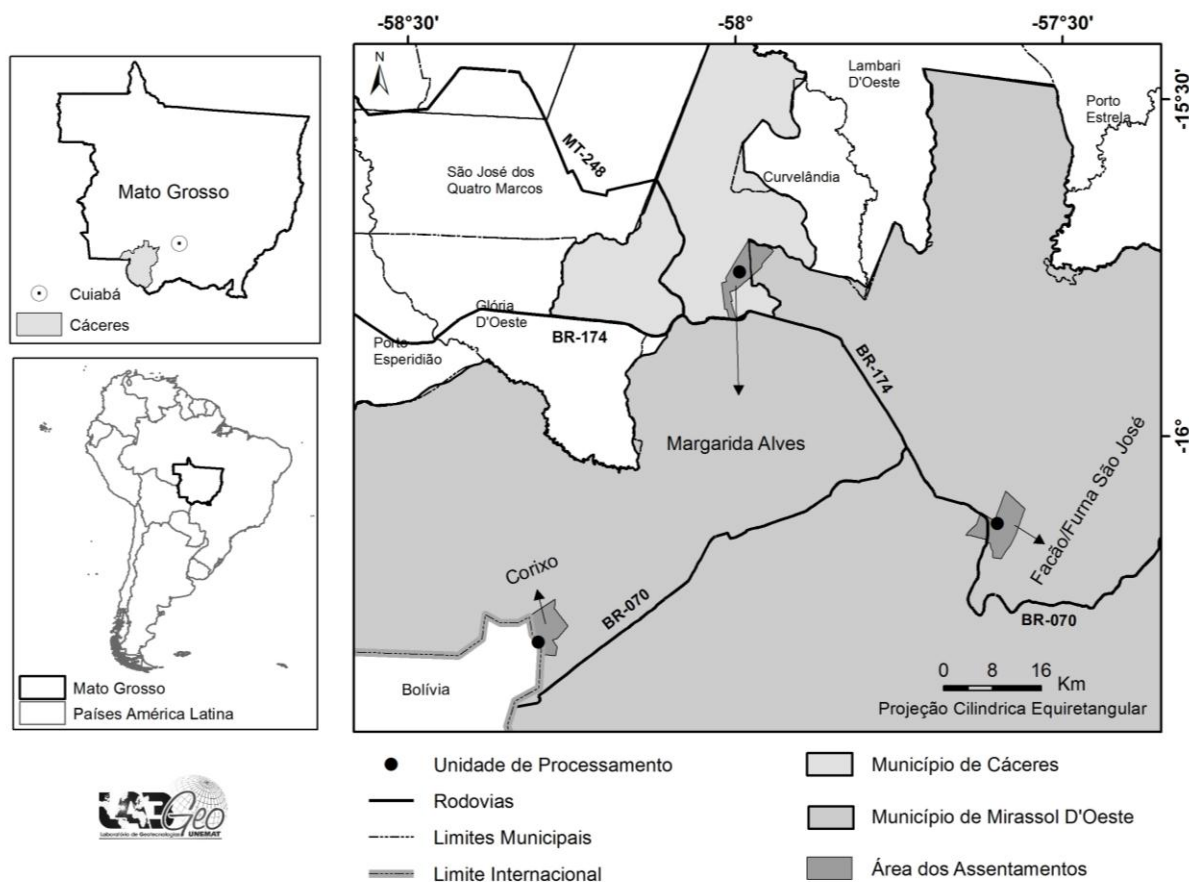
152
153

Figura 01. Localização dos assentamentos e suas respectivas unidades de processamento.

154 O assentamento Corixo foi criado em 2002, pelo INCRA, e é composto por 72
155 famílias de agricultores distribuídas em lotes de 40 hectares, está localizado no município de
156 Cáceres, a 90 km da sede da cidade, na fronteira do Brasil com a Bolívia. As principais
157 atividades econômicas são a pecuária leiteira e as culturas anuais, como o feijão, milho e
158 arroz. Em 2006, as agricultoras deste assentamento formaram o grupo chamado de Amigas da
159 Fronteira e começaram a investir no extrativismo do pequi, a fim de melhorar a alimentação e
160 posteriormente gerar renda complementar para as famílias (MENDES, 2012).

161 O assentamento Margarida Alves foi criado em 1996, é composto por 145 famílias
162 distribuídas em propriedades de 25 hectares cada, localiza-se no município de Cáceres e
163 Mirassol D'Oeste, distate a 55 km da cidade de Cáceres. As atividades econômicas
164 desenvolvidas são: a criação de pequenos animais, a pecuária leiteira, olericultura e o
165 extrativismo do babaçu. O assentamento possui uma agroindústria que processa o babaçu,
166 gerenciada pelo grupo de mulheres denominado de Margaridas.

167 A vegetação predominante nos assentamentos apresenta características do Cerrado
168 (MENDES et al., 2012).

169

170 **Procedimentos Metodológicos**

171 Previamente, realizou-se o reconhecimento de campo, para estabelecer contato com as
172 unidades de processamento e solicitar o aceite das responsáveis pelas unidades. Em seguida,
173 fora constituído e assinado o termo de anuência prévia pelos envolvidos na pesquisa e a
174 adesão ao termo de consentimento livre, com esclarecimento das questões pelas responsáveis
175 por cada uma das unidades de processamento.

176 O delineamento utilizado para a realização desse trabalho foi o estudo de caso,
177 adotando a pesquisa bibliográfica, documental e de campo.

178 Para a execução deste trabalho, foi realizada a coleta de dados qualitativos e
179 quantitativos e informações preliminares dos assentamentos no município de Cáceres/MT,
180 nos seguintes órgãos: Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural -
181 Empaer, Instituto Nacional da Reforma Agrária - INCRA, Sindicato dos Trabalhadores e
182 Trabalhadoras Rurais - STTR e Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional
183 - FASE. Nestes levantou-se o número total de assentados e dados sobre a produção geral e de
184 produtos diferenciados; foram diagnosticadas 03 (três) unidades de processamento formadas
185 por mulheres agroextrativistas na região, contidos nos assentamento Facão/Furna São José,
186 Corixo e Margarida Alves.

187 Nos trabalhos de campo, utilizou-se GPS (Sistema de Posicionamento Global) de
188 navegação para georeferenciamento das unidades de produção, formulário estruturado com
189 questões mistas, acompanhamento das etapas de produção dos gêneros alimentícios em cada
190 unidade de processamento (nos dias 23/04, 15/05 e 03/06/2013) e registro fotográfico.

191 No laboratório de Geotecnologias da UNEMAT - LABGEO UNEMAT - os dados
192 coletados foram inseridos no Banco de Dados Geográficos - BDG da pesquisa, em ambiente
193 SIG, mais especificamente no ArcGis, versão 9.2 da Esri. Posteriormente, foi elaborado o
194 mapa temático localizando as unidades de processamento em cada um dos três assentamentos
195 escolhidos.

196

197 **Políticas públicas que beneficiam a agricultura familiar: realidade e perspectivas de** 198 **acesso para assentamentos da região Sudoeste Mato-grossense**

199 A lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que versa sobre a Política Nacional da
200 Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais (BRASIL, 2006), define quais os
201 requisitos para se configurar como agricultor familiar: que são aqueles que praticam
202 atividades no meio rural; que não detenham área maior do que quatro módulos fiscais; utilize,
203 predominantemente, mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu
204 estabelecimento; tenha renda familiar originada de atividades econômicas do seu
205 estabelecimento e dirija seu estabelecimento conjuntamente com sua família; baseando-se nos
206 seguintes princípios:

207 I - descentralização;

208 II - sustentabilidade ambiental, social e econômica;

209 III - equidade na aplicação das políticas, respeitando os aspectos de gênero, geração e
210 etnia;

211 IV - participação dos agricultores familiares na formulação e implantação da política
212 nacional da agricultura familiar e empreendimentos rurais.

213 No âmbito do Governo Federal, o MDA, por meio das suas secretarias, instituem
214 diversos programas e políticas para o desenvolvimento do meio rural, através dos incentivos a
215 regularização de terras, implantação de infraestrutura e consolidação de atividades da
216 agricultura familiar, promovendo o desenvolvimento local sustentável.

217 Sousa (2011) expõe que as políticas públicas são importantes para o movimento
218 emergente de uma determinada região, e que a falta dessas políticas gera grande dificuldade
219 de fixação do homem no seu meio, levando-os assim ao êxodo rural e ao aumento
220 populacional nas cidades, acentuando com isso os problemas sociais urbanos.

221 São várias as políticas do MDA, no quadro 01 apresentam-se alguns desses programas
222 e suas finalidades.

223

224 **Quadro 01.** Programas do Ministério do Desenvolvimento Agrário, que podem beneficiar a agricultura familiar
225 e suas finalidades.

Programas	Finalidade
Programa de agroindústrias	Apoia a inclusão dos agricultores familiar no processo de agroindustrialização e comercialização de sua produção, agregando valor ao produto conjuntamente com a geração de emprego e renda no campo.
Programa de Aquisição de Alimentos - PAA	Colabora com o enfrentamento da fome e da pobreza, ao mesmo tempo fortalece a agricultura familiar.
Programa de Alimentação Escolar - PNAE	Promove a aquisição e doação simultaneamente de gêneros alimentícios para serem distribuídos em unidades escolares, asilos e etc.
Assistência Técnica e Extensão Rural - Ater	Visa à melhoria da renda e qualidade de vida de famílias rurais, por meio de capacitação e aperfeiçoamento dos sistemas produtivos, acesso a recursos, serviços e renda de forma sustentável, através de suas diversas Redes.
Redes Temáticas de Ater	Oferta diversas linhas para acesso as políticas, nesse caso em específico, o Ater para Mulheres Rurais que, por meio de metodologias, inclui e reconhece o trabalho das mulheres nas atividades agrícolas e não agrícolas, o seu papel na preservação da biodiversidade, na agregação de valor e renda na unidade familiar; o Ater em Turismo na Agricultura Familiar contribui para a diversificação da atividade do campo e promover o desenvolvimento regional e fomentar as atividades turísticas entre agricultores familiares sempre integrados aos arranjos produtivos locais.
Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel – PNPB	Objetiva a implantação de forma sustentável, tanto técnica, como econômica, da produção e uso do biodiesel, com enfoque na inclusão social e no desenvolvimento regional, via geração de emprego e renda.
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf	Atender de forma diferenciada os mini e pequenos produtores rurais que desenvolvem suas atividades mediante emprego direto de sua força de trabalho e de sua família, objetivando o fortalecimento das atividades desenvolvidas pelo produtor familiar, integrando-os à cadeia produtiva, gerando renda e agregando valor ao produto e à propriedade, modernizando o sistema produtivo, valorização do produtor rural e a profissionalização dos produtores familiares.
Programa de Diversificação Econômica	Fomenta iniciativas da área de diversificação da produção e da renda familiar através de produtos e mercados diferenciados, a agroindústria familiar, o turismo e o artesanato.
Programa Garantia-Safra - GS	É uma ação do Pronaf para agricultores familiares da área de atuação da SUDENE, majoritariamente semiárida, que sofrem perda de safra por seca ou excesso de chuvas. Os agricultores que aderirem ao GS nos municípios em que forem detectadas perdas de, pelo menos, 50% da produção de algodão, arroz, feijão, mandioca ou milho, receberão a indenização diretamente do governo federal.
Programa Mais Alimentos	É uma ação estruturante que permite ao agricultor familiar

	investir na modernização da produção, via aquisição de máquinas, implementos e de novos equipamentos, para correção e recuperação de solos, resfriadores de leite, melhoria genética, irrigação, implantação de pomares e estufas, armazenagem, entre outros.
Programa Talentos do Brasil	Promove e estimula a troca de conhecimentos, valorizando a identidade cultural, promovendo a geração de emprego e renda e agregando valor à produção de grupos de artesãos rurais. Desenvolvido pelo MDA, apoia a estruturação de grupos produtivos de forma sustentável, focada no mercado e na gestão participativa.
Sistema Único de Atenção à Sanidade Agropecuária – SUASA	Garante a comercialização dos produtos da agricultura familiar, de cooperativas, associações e agroindústrias familiares em todo território brasileiro, e ainda ofertarem seus produtos para a alimentação escolar.
Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar - PGPAF	Garante às famílias agricultoras que acessam o Pronaf Custeio ou o Pronaf Investimento, em caso de baixa de preços no mercado, um desconto no pagamento do financiamento, correspondente à diferença entre o preço de mercado e o preço de garantia do produto.
Política Setorial do Leite	Traduzem em medidas concretas capazes de responder às especificidades da agricultura familiar, privilegiando a formulação de instrumentos de coordenação entre os elos da cadeia produtiva de modo a propiciar o aumento da competitividade dos produtos.
Programa Nacional de Sementes para a Agricultura Familiar	Articula-se a outras políticas de fortalecimento da agricultura familiar implantadas pela Secretaria de Agricultura Familiar/MDA, como o Pronaf e o SEAF, com a finalidade de assegurar condições de identificação, produtividade, adaptação, resistência e qualidade das sementes utilizadas pelas famílias agricultoras, reduzindo os riscos envolvidos nas atividades agrícolas.
Rede do Turismo Rural na Agricultura Familiar - Rede TRAF	Desenvolver o meio rural de modo sustentável mediante a implantação e fortalecimento, pelos agricultores familiares, das atividades turísticas integradas aos arranjos produtivos locais, com geração de renda e trabalho no meio rural e consequente melhoria das condições de vida.
Programa Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar – PNTRAF	Objetiva promover o desenvolvimento regional e fomentar as atividades turísticas entre agricultores familiares sempre integrados aos arranjos produtivos locais.
Programa Fome Zero	Com diversas ações conjuntas com diversos outros programas do governo federal como o PAA e o PNAE, que visam a inserção de produtores rurais nos arranjos produtivos e inclusão das produtoras rurais no mercado de trabalho.
Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais – POPMR	Fortalecer as organizações produtivas de trabalhadoras rurais, garantindo o acesso das mulheres às políticas públicas de apoio à produção e à comercialização, promovendo a autonomia econômica das mulheres, incentivando a troca de informações, de conhecimentos técnicos, culturais, organizacionais, de gestão e de comercialização, valorizando os princípios da economia feminista e solidária.

226 Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2013.

228 Dos programas mencionados no quadro 01, os assentamentos investigados
229 (Facção/Furna São José, Corixo e Margarida Alves) acessam o PRONAF, que é a política
230 pública que os financiam, por meio de seus projetos individuais ou coletivos, gerando renda
231 aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. Para o acesso as demais políticas
232 do Governo Federal, utiliza-se como instrumento de identificação do agricultor familiar a
233 Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP, que os categorizam e os habilitam para o acesso as
234 demais políticas.

235 O PAA e PNAE são políticas que os inserem no mercado de trabalho, por meio da
236 compra direta no local com doação simultânea, aonde os beneficiados são as creches, escolas
237 e asilos, que recebem os produtos gerados, esse processo é operacionalizado pela Companhia
238 Nacional de Abastecimento - CONAB, por meio de convênios firmados entre o MDA e os
239 governos estadual ou municipal.

240 Atualmente o programa PAA, segundo Martins (2012), é composto por diversas ações
241 bases, quais sejam: favorece a compra de produtos agropecuários diretamente dos agricultores
242 familiares, pelo Governo, com preço definido; após a compra é realizado a doação,
243 simultânea, às populações em situação de insegurança alimentar, ou seja, doa para a merenda
244 escolar através do PNAE; visa ainda à formação de estoques pela agricultura familiar, agindo
245 na aquisição pelo Governo Federal de produtos alimentícios oriundos desses agricultores,
246 objetivando a sustentação de preços e agregação de valor.

247 Para terem acesso às políticas, os agricultores familiares devem se regularizar obtendo
248 a DAP, a partir disto, as mulheres se habilitam para fornecer seus produtos através do PAA e
249 PNAE e acessar diversas outras políticas, com o auxílio das entidades de classes e outros
250 órgãos instruidores.

251 Teixeira (2002) afirma que as políticas públicas tornam-se sanadoras de necessidades
252 dos agricultores familiar norteando-os em suas ações e tomada de decisões, sendo estes
253 subsidiados por aplicações de recursos públicos.

254 No tocante a assistência técnica, os agricultores dos assentamentos investigados
255 recebem auxílio dos técnicos do STTR de Cáceres e da FASE, que auxiliam os grupos na
256 elaboração de projetos para angariar fundos, desde a construção das unidades de
257 processamento, acesso a documentações e transferência de tecnologias para melhorias em
258 suas produções.

259 O acesso a alguns desses programas, como é o caso do Pronaf, PAA, PNAE, e outros,
260 beneficiaram a estruturação das unidades de processamento dos assentamentos Facção/Furna

261 São José, Corixo e Margarida Alves, com a construção das cozinhas, dos fornos e compra de
262 equipamentos utilizados para a produção dos gêneros alimentícios.

263

264 **Produção das unidades de processamento da região Sudoeste Mato-grossense: da coleta**
265 **do fruto a comercialização dos produtos**

266 Nas unidades de processamento dos assentamentos Facão/Furna São José, Corixo e
267 Margarida Alves, a produção é feita por três grupos, contendo 08 mulheres cada grupo; a
268 faixa etária das mulheres varia entre 28 e maior de 60 anos de idade.

269 A produção do pão e da bolacha enriquecida é realizada em suas respectivas unidades
270 de produção, em dias pré-estabelecidos, que variam de uma a duas vezes na semana e
271 entregue aos consumidores no dia seguinte a produção.

272 O recolhimento para a entrega desses gêneros alimentícios é feito diretamente na
273 unidade de produção pelo motorista do ônibus que faz o transporte dos alunos até a escola ou
274 por um carro designado ao recolhimento dos alimentos. Esses produtos são distribuídos nas
275 unidades escolares e lar de idosos, sem ônus algum para a instituição que os recebe.

276 As três unidades de processamento destes assentamentos fazem parte da Associação
277 Regional das Produtoras Extrativistas do Pantanal - ARPEP, que é composta por 180 famílias
278 entre assentados e comunidades tradicionais, com sede no assentamento Corixo, na rodovia
279 BR-070, km 804, administrada por uma entidade civil sem fins lucrativos, formada por
280 agroextrativistas, ecologistas e comunidades tradicionais que se encontram em processo de
281 transição de práticas da agricultura tradicionalista para a agroecológica.

282 No processo que antecede a produção, as mulheres dos três assentamentos recebem
283 auxílio dos esposos para o corte de lenhas, que abastecem os fornos, contribuem ainda, na
284 coleta dos frutos.

285 Na coleta os frutos do cumbaru, pequi e babaçu, são colocados em sacas para facilitar
286 o transporte até as residências das agricultoras pertencentes aos grupos, onde são feitos os
287 processos de retirada das cascas, de armazenamento e posteriormente destinados à produção
288 alimentícia. O transporte das sacas é feito por uma charrete, da área de coleta até as
289 residências.

290 Na unidade de processamento do assentamento Facão/Furna São José, o grupo de
291 mulheres Amigas do Cerrado, após a coleta do fruto, realiza a quebra do coco, para a retirada
292 da matéria prima que é a castanha. Essa quebra, segundo as agricultoras, é a etapa mais difícil
293 de todo o processo; para isso utilizam uma máquina desenvolvida pelo Sindicato dos
294 Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Cáceres.

295 Para a produção, a castanha é moída sendo transformada em farinha que é utilizada,
296 juntamente com outros ingredientes, para a produção de pães e bolachas e, ainda é usada na
297 produção de outros produtos, tais como: licores, rapaduras, castanha (torrada com sal e
298 açúcar), farinha e bombons, que são comercializados em outros mercados.

299 Na unidade de processamento do assentamento Corixo, após a coleta do fruto,
300 realizam o processo de descascação para a retirada da polpa (matéria prima). Devido à
301 sazonalidade dos frutos, as mulheres do grupo Amigas da Fronteira torram a polpa do pequi,
302 gerando a farinha utilizada para enriquecimento de pães e bolachas.

303 Para conseguirem obter a matéria prima o ano inteiro, as mulheres do grupo Amigas
304 da Fronteira armazenam os frutos congelados após pré-cozimento, essa técnica foi adquirida
305 em treinamentos, sendo esta uma das formas de terem polpa disponível o ano inteiro, e
306 relatam que este processo é para que não haja perda na qualidade ou interferência no sabor do
307 produto final. Produzem licor, farinha, óleo, conservas e doce para comercialização em outros
308 mercados.

309 No assentamento Margarida Alves, o grupo das Margaridas, em sua unidade de
310 processamento, posteriormente a retirada da casca, extraem do fruto o mesocarpo que é
311 transformado em flocos para melhor armazenamento, esse flocos é triturado mecanicamente
312 gerando a farinha, que é a base para a produção de pães e bolachas, para comércio
313 institucional, e ainda para a confecção de licor, paçoquinha, bolos e artesanato feito do coco.
314 Além da comercialização dos produtos enriquecidos com babaçu, são entregues ainda, em
315 parceria com outros agricultores do assentamento Margarida Alves, 43,5 kg hortaliças e frutos
316 para incremento da merenda escolar.

317 Dos frutos cumbaru, pequi e babaçu tudo se é aproveitado, ao final dos processos, as
318 cascas que não são utilizadas nos fornos como carvão, nos casos do cumbaru e babaçu,
319 servem como adubo para as plantas ou como alimento para animais, e, no caso do pequi, a
320 casca é utilizada para fazer sabão.

321 Os processos de produção de uma e outra unidade variam em algumas etapas de
322 acordo com que se pode aproveitar do fruto e a criatividade das mulheres. A produção de pães
323 e bolachas desses assentamentos são distribuídos nas unidades escolares, asilos e pastorais
324 próximas ao assentamento e na região.

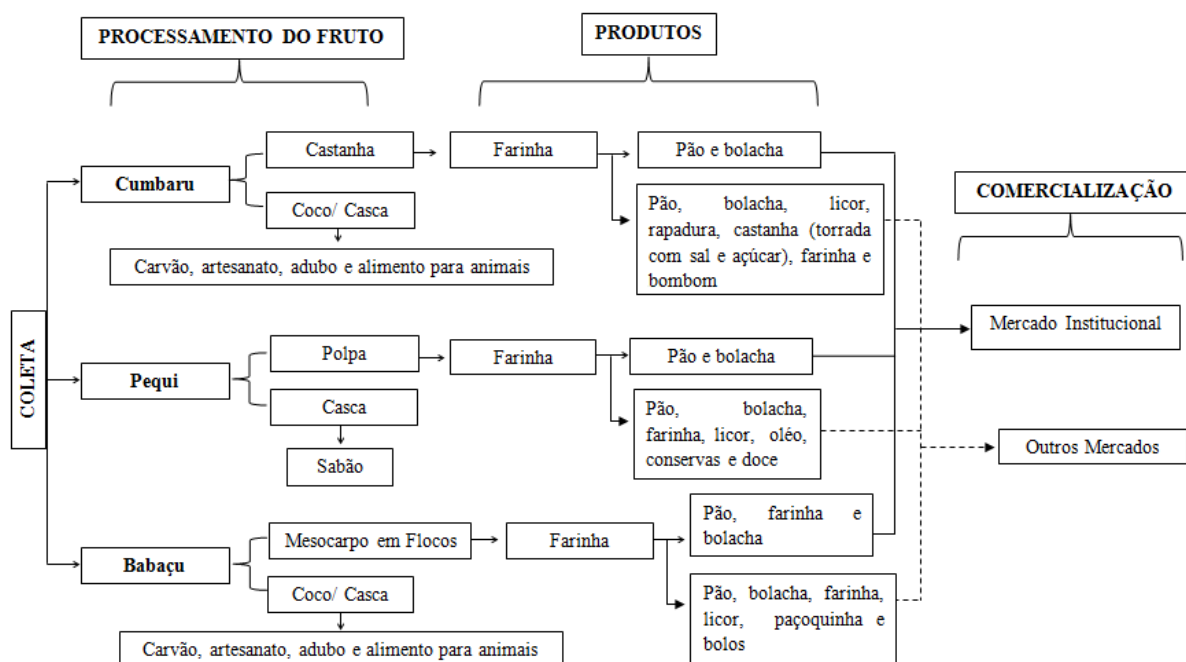
325 Na figura 02, são apresentadas as etapas de processamento dos frutos (cumbaru, pequi
326 e babaçu) desde a coleta até a comercialização dos produtos e consumidores finais, conforme
327 observado durante o processo produtivo em cada unidade de produção dos Grupos de
328 Mulheres, nos três assentamentos. No processo de produção, contado continuamente, os

329 grupos gastam em média de 8 a 12 horas, desde o beneficiamento dos frutos (cumbaru, pequi
330 e babaçu) até o produto embalado pronto para entrega ou comercialização.

331 Nos três grupos investigados, além de enriquecerem seus produtos com os frutos do
332 Cerrado, ainda buscam novos sabores para incremento de suas produções, adicionando outros
333 frutos, batata e abóbora, diversificando ainda mais seus produtos.

334 A comercialização é realizada através de contrato feito com a CONAB/MDA, pelo
335 PAA e ainda em parceria com as prefeituras que utilizam esta produção para a merenda
336 escolar, através do PNAE.

337



338

339 **Figura 02.** Processo produtivo observado nas unidades de processamentos dos frutos do Cerrado, dos grupos
340 Amigas do Cerrado (Cumbaru), Amigas da Fronteira (Pequi) e Margaridas (Babaçu). Org.:
341 SILVA, 2013.

342

343 No quadro 02 é apresentado o demonstrativo da produção atual realizada nas 03 (três)
344 unidades de processamento e os consumidores finais. A produção gerada pelos grupos de
345 mulheres apresenta aspectos positivos, que beneficiam famílias envolvidas na produção,
346 considerando que agregam renda as famílias e inclui as mulheres no mercado de trabalho.

347

348 **Quadro 02.** Demonstrativo da produção atual e consumidores

Grupo	Fruto	Consumidores	Produtos			
			Pão (kg) ¹	Bolacha (kg) ¹	Farinha (kg) ²	Outros Produtos ³
Amigas do Cerrado	Cumbaru	Escola APAE	15	16,25	-	-
		Casa da Criança	10	5	-	-
		Escola Vitória Régia	20	15	-	-
		Escola Novo Oriente	30	20	-	-
		Outros Mercados	*	*	*	*
Amigas da Fronteira	Pequi	Escola de Clarinópolis	40	11	-	-
		Escola do Limão	15	15	-	-
		Escola do Sapiquá	15	8	-	-
		Escola da Corixa	10	4	-	-
		Escola Corixinha	5	3	-	-
		Outros Mercados	*	*	*	*
Margaridas	Babaçu	CEI Pequeno Polegar	3	2	-	-
		CEI Francisco Cruz	5	4	-	-
		CEI Vereador Edson A. A. Tamararé	-	25**	-	-
		CEI Chapeuzinho Vermelho	6	5	-	-
		Escola Zumbi dos Palmares	-	10	-	-
		Escola Enedi Pontes Castilho	-	11	-	-
		Pastoral da criança da comunidade Nossa Senhora Aparecida	3	2	50	-
		Pastoral da criança da comunidade Santíssima Trindade	-	-	48,58	-
		Pré-escola Comecinho da Vida	9	3	-	-
		Centro Social João Paulo II	-	14	-	-
		Lar dos Idosos	-	2	-	-
		Outros Mercados	*	*	*	*

349 ¹Entrega por semana; ²Entrega por mês; ³Licor, rapadura, castanha torrada (com sal e com açúcar), artesanato,
350 óleo, doce, conserva, paçoquinha, bombom e etc.; *Conforme demanda; **Entrega por quinzena.

351

352 Essa geração de alimentos, segundo relato da FAO, minimiza problemas de
353 insegurança alimentar (INCRA/FAO, 1999, p. 22) e ainda contribui com o fortalecimento da
354 capacidade produtiva, bem como complementa a renda das famílias, com a comercialização
355 em outros mercados.

356 A produção das mulheres agroextrativista tem no mercado institucional a sua principal
357 fonte consumidora, sendo beneficiários deste mercado, através dos programas PNAE e PAA,
358 escolas do ensino público, APAE, creches, centros sociais, asilos e pastoral da criança.

359 O acesso às políticas públicas de fortalecimento da Agricultura Familiar e erradicação
360 da fome via políticas e programas governamentais (PNAE e PAA) geram mudanças na vida
361 dos assentados, através do manejo sustentável dos recursos naturais, na geração de renda e na
362 promoção da segurança alimentar e nutricional de muitas pessoas.

363 As figuras 03 e 04 apresentam a produção dos alimentos distribuídos nas escolas e as
364 crianças recebendo os produtos na merenda escolar.

365



Figura 03. Produção de bolachas na Unidade de produção das Amigas do Cerrado.



Figura 04. Entrega da merenda escolar aos alunos, produto recebido da unidade das Amigas da Fronteira.

366

367 Outra forma de comercialização da produção tem sido a realizada nas feiras
 368 agroecológicas (figuras 05 e 06) organizada nas cidades da região e em feiras nacionais. As
 369 feiras, geralmente são promovidas por grupos de agricultores apoiados por outras entidades ou
 370 agentes sociais, como o STTR, Ministérios do Governo Federal, a FASE, o ISPN e outros.
 371 Para a participação e comercialização nas feiras, é feito de comum acordo com todas as
 372 mulheres dos grupos Amigas do Cerrado, Amigas da Fronteira e das Margaridas, a seleção de
 373 duas ou mais representantes dos três grupos, para exporem e comercializarem os produtos
 374 gerados pelos grupos.

375



Figura 05. Registro da feira cultural que acontece anualmente no dia do produtor rural, realizada pelo Sindicato dos trabalhadores e trabalhadoras rurais de Cáceres.



Figura 06. Registro da comercialização realizada pelas representantes dos grupos das mulheres da associação ARPEP. Fonte: Site do Grupo de Intercambio em Agricultura Sustentável - GIAS, 2013.

376

377 Schneider et al.. (2004) afirmam que a agricultura familiar que recebe apoio técnico e
378 financeiro se fortalece social e produtivamente, contribuindo para a geração de emprego e
379 renda em áreas rurais, diversificando a produção e melhorando consideravelmente a qualidade
380 de vida dos envolvidos.

381 Corroborando com a ideia de benefícios do sistema produtivo empregado pelos grupos
382 das mulheres, Caporal e Costabeber (2000) descrevem as multidimensões que estes sistemas
383 abarcam, quais sejam: ecológica que maneja a matéria prima de modo que sustente o processo
384 produtivo; econômica que gera e garante emprego aos agricultores; social garante a inclusão
385 das mulheres na produção; cultural preserva a essência e os modos característicos dos
386 produtores; política garante representatividade, autonomia e visibilidade dos produtores e
387 ética mantém a relação intra e entre gerações por meio da solidariedade e conservação.

388 Em face disto, há um reconhecimento dos benefícios que essa produção traz aos
389 envolvidos, como é o caso do concurso “Mulheres Rurais que produzem o Brasil
390 Sustentável”, organizado pela Secretaria de Política para Mulheres da Presidência da
391 República, nessa solenidade a associação ARPEP ficou entre as 30 finalistas do prêmio, sendo
392 a única representante de Mato Grosso e uma das três da região Centro-Oeste, brasileira.

393 No dia 8 de março de 2013, neste concurso, as representantes da ARPEP, Maria Alves
394 Miranda e Cleonice Maria da Silva, foram agraciadas com troféu, como forma de
395 reconhecimento do trabalho desenvolvido pelas mulheres, apresentando-se como uma das
396 alternativas para a agricultura familiar; estímulo a conservação do Cerrado, a segurança
397 alimentar e a geração de emprego, renda e inclusão das mulheres nas cadeias produtivas.

398 Analisando o perfil das mulheres dos grupos Amigas do Cerrado, Amigas da Fronteira
399 e Margaridas conjuntamente com políticas públicas nacionais (quadro 01), observa-se que
400 estas últimas apresentam-se como possibilidade de acesso para obtenção de crédito, através
401 das linhas de incentivo ao turismo na agricultura familiar, fomentado via Rede Traf, o Suasa,
402 o Programa Talentos do Brasil, as linhas da Rede de Assistência Técnica e Extensão Rural -
403 Rede Ater direcionadas para Mulheres Rurais, para o Turismo na Agricultura familiar e o
404 Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais.

405 Os programas mencionados promovem o desenvolvimento de novos produtos da
406 agricultura familiar e produtos diferenciados para a sua inserção nas cadeias produtivas, bem
407 como a estruturação e organização socioeconômica desses grupos. Embora em outras regiões
408 brasileiras, essas políticas tenham se apresentado como falhas e não tão eficiente, são
409 possibilidades para o desenvolvimento dessas localidades.

410

411 **Considerações finais**

412 Os resultados mostram que mesmo com as dificuldades enfrentadas, a produção da
413 agricultura familiar investigada constitui-se em mecanismos de sobrevivência dessas famílias,
414 pois a solidariedade, a criatividade e a alegria com que trabalham, as impulsionaram a
415 enfrentar e resistir às dificuldades e a buscarem alternativas frente às dificuldades impostas
416 pelo sistema econômico atual.

417 Nota-se que o acesso às políticas públicas pelos grupos das mulheres, lhes dá
418 autonomia e contribui para o aumento da renda familiar, embora ainda haja dificuldades e
419 desafios para serem superados.

420 Outro fator essencial é a questão da organização social, que as tornam mais
421 fortalecidas e melhora a capacidade desses grupos de acessar programas para o fomento de
422 suas atividades.

423

424 **Referência**

425 ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e serviço público: novos desafios para a extensão
426 rural. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, v. 15, n. 1, p. 132-152, jan./abr. 1998.

427 ARAÚJO, A. L. M. M.; BAHIA, E. T.; FERREIRA, W. R. Turismo rural na agricultura
428 familiar: um estudo sobre as possibilidades e limitações no município de Alfredo
429 Vasconcelos, MG. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, p. 370-383, dez.
430 2011.

431 ARAÚJO, J. G. F. **ABC do turismo rural**. Viçosa/MG: Aprenda Fácil, 2000. 138 p.

432 BRASIL. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Rio de Janeiro: PNUD/ IPEA,
433 Fundação João Pinheiro, 2013. Disponível
434 em: http://www.pnud.org.br/IDH/Atlas2013.aspx?indiceAccordion=1&li=li_Atlas2013#.
435 Acesso em: 12 mai. 2013.

436 BRASIL. **Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006** - Estabelece as diretrizes para a formulação
437 da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.
438 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2000-2006/2006/lei/111326.htm.
439 Acesso em: 18 abr. 2013.

440 BUAINAIN, A. M.; ROMEIRO, A. R.; GUANZIROU, C. Agricultura familiar e o novo
441 mundo rural. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 5, n. 10, p. 312-347, jul./dez. 2003.

442 CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável:
443 perspectivas para uma nova extensão rural. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural**
444 **Sustentável**, Porto Alegre, v.1, n.1, p.16-37, jan./mar. 2000.

- 445 INCRA/ FAO - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e a Organização Das
446 Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura. **Guia metodológico:** diagnóstico de
447 sistemas agrários. Brasília: Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO, 1999. 65 p.
- 448 FERNADES, B. M. Conflitualidade e desenvolvimento territorial: questão agrária. In:
449 BUAINAIN, A. M. (Org.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no**
450 **Brasil**. Campinas: Unicamp, 2008. p. 173-230.
- 451 MATO GROSSO. **Plano de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso - MT + 20.**
452 Cuiabá: Secretaria de Planejamento do Estado de Mato Grosso, Parte II, 2012. 342 p.
- 453 MARTINS, T. S. Caracterização do grupo de mulheres das Margaridas no assentamento
454 Margarida Alves - Cáceres/Mirassol D'Oeste - MT. In: ENCONTRO NACIONAL DE
455 GEOGRAFIA AGRÁRIA, 21., 2012, Uberlândia-MG. **Anais...** Uberlândia: Universidade
456 Federal de Uberlândia, 2012. p. 1-12.
- 457 MENDES, M. F. **Agricultura familiar Extrativista de Frutos do Cerrado na Região**
458 **Sudoeste Mato-grossense - Brasil:** produção e manejo ecológico. 2012. 73 f. Dissertação
459 (Mestrado em Ambiente e Sistemas de Produção Agrícola) - Programa de Pós-graduação em
460 Ambiente e Sistemas de Produção Agrícola. Universidade do Estado de Mato Grosso,
461 Tangará da Serra/MT, 2012.
- 462 MENDES, M. F.; FERNANDES, R. S.; NEVES, S. M. A. S.; NEVES, R. J.; SILVA, E. F.;;
463 KREITLOW, J. P.; NEVES, L. F. S. Extrativismo e geração de renda nos assentamentos
464 rurais Fação/Furna São José e Margarida Alves, região Sudoeste Mato-grossense, Brasil. In:
465 ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 21., 2012, Uberlândia-MG.
466 **Anais...** Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2012. p. 1-11.
- 467 NEVES, S. M. A. S.; NUNES, M, C, M.; NEVES, R. J. Caracterização das condições
468 climáticas de Cáceres/MT Brasil, no período de 1971 a 2009: subsídios às atividades
469 agropecuárias e turísticas municipais. **B. Goiano. Geogr.**, Goiânia, v. 31, n. 2, p. 55-68,
470 jul./dez. 2011.
- 471 SOUSA, E. G. **Políticas públicas voltadas ao homem do campo - o Pronaf em Bananeiras**
472 **- PB.** 2011. 20 f. Monografia (Especialização em Gestão Pública Municipal) - Departamento
473 de Economia. Programa de Pós-graduação em Gestão Pública Municipal. Universidade
474 Federal da Paraíba Virtual/Universidade Aberta do Brasil, 2011.
- 475 TEIXEIRA, E. C. O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação
476 da realidade. **Cadernos da Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais no Estado**
477 **da Bahia**, Salvador, p. 1-10, 2002. Disponível em:

478 http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf. Acesso em: 12 mai.
479 2013.

ARTIGO 3

Possibilidades de incorporação da produção alimentícia do assentamento Facão/ Furna São José, na atividade turística local: estudo de caso na fronteira Brasil/Bolívia

[Preparado de acordo com as normas da revista *Interações* - Revista Internacional de Desenvolvimento Local - Anexo III].

Possibilities of incorporating food production settlement Facão, Furna São José, in the local tourism: a case study in the Brazil/ Bolívia

Possibilidades de incorporación de la producción de alimentos del asentamiento Facão/ comunidad de San José, en el turismo local: un estudio de caso en el Brasil/ Bolivia

Possibilités d'incorporation de la production alimentaire de la règlement Facão/ la communauté St Joseph dans le le emplacement développement de tourisme: une étude de cas en frontière Brésil/Bolivie

Resumo

O presente estudo teve como escopo investigar a possibilidade de incorporação dos produtos diferenciados, desenvolvidos pela agroindústria alimentícia, do assentamento Facão/ Furna São José, pelo grupo de mulheres Amigas do Cerrado, na cadeia produtiva do turismo local. Os procedimentos metodológicos adotados foram: pesquisa bibliográfica; trabalho de campo com registro fotográfico e estudo de caso explanatório com uso da ferramenta matriz SWOT, analisando fatores relacionados aos ambientes interno e externo da comunidade, quanto aos pontos fortes e fracos; ameaças e oportunidades. Como resultado, verificou-se que para a inserção desses produtos no mercado turístico, esse grupo não depende somente de seu potencial produtivo, e sim de influência de diversos fatores do ambiente externo, entretanto, as possibilidades que são vislumbradas nas oportunidades mostram o contingente de vantagens que podem beneficiar a inserção dos produtos gerados no mercado, merecendo especial atenção por parte de instituições e entidades públicas. De modo geral, a incorporação desses produtos em novos mercados, tem estimulado os agricultores a permanecer na atividade. Deste modo, o apoio técnico do sindicato e de órgãos não governamentais tem sido fundamental, pois lhes asseguram capacitação para sobressaírem frente às instabilidades e a competitividade do mercado, em escala local. Nesse sentido, considera-se que a possibilidade de incorporação dos produtos diferenciados, desenvolvidos pela agroindústria alimentícia, no assentamento Facão/ Furna São José, pelo grupo de mulheres Amigas do Cerrado, na cadeia

produtiva do turismo local, é uma possibilidade real, para que a comunidade tenha outra vertente de geração de renda complementar e melhoria na qualidade de vida dos envolvidos, embora esta ainda não seja a solução para todos os problemas enfrentados pela comunidade.

Palavras-chave: Produção de alimentos; Agroindustrialização do Cumbaru; Turismo rural; Desenvolvimento local.

Abstract

The scope of this study was to investigate the possibility of incorporation of differentiated products, developed by agribusiness food, from the settlement Facão/ Furna São José, by the women's group "Friends of the Cerrado", in the productive chain of local tourism. The methodological procedures were adopted: literature review; fieldwork with photographic record and explanatory study using the SWOT tool case, analyzing factors related to the internal and external environment of the community, as to the strengths and weaknesses; threats and opportunities. As a result, it was found that the inclusion of these products for the tourist market, this group depends not only on its productive potential, but the influence of several factors in the external environment, however, the possibilities which are Glimpsed in opportunities show the number of advantages that can benefit from the integration of the products generated in the market, deserving special attention by institutions and public entities. In general, the incorporation of these products into new markets, has prompted farmers to remain in the activity. Thus, the technical support of the union and non-governmental organization has been fundamental because they ensure training to excel in the face of instability and competitiveness of the market on a local scale. In this sense, it is considered that the possibility of incorporation of differentiated products, developed by agribusiness food, at the settlement Facão/ Furna São José, by the group of women "Friends of the Cerrado", in the comercial productive chain of local tourism, is a real possibility, that the community has another source of generating additional income and improve the quality of life of those involved, although this is still not the solution for all problems faced by the community.

Key words: food production; Agroindustrialization of the Cumbaru; Rural Tourism, Local development.

Résumé

La présente étude était d'étudier la possibilité d'intégrer le champ d'application de produits différenciés, mis au point par l'industrie agroalimentaire, règlement Facão/ la communauté São José par le groupe des amis du Cerrado de femmes dans la chaîne de production du tourisme local de nidification. Les procédures méthodologiques adoptées étaient: effectuer des recherches bibliographiques; travail sur le terrain avec l'enregistrement photographique et explicative étude de cas avec l'utilisation de l'outil de matrice SWOT, analyse des facteurs liés à l'environnement interne et externe de la Communauté, sur les forces et faiblesses; menaces et opportunités. En conséquence, il a été constaté que l'insertion de ces produits sur le marché touristique, ce groupe ne dépend pas seulement de son potentiel productif et de l'influence de plusieurs facteurs dans l'environnement externe, cependant, les possibilités qui sont visibles dans le contingent de chances de voir la des avantages dont peut bénéficier l'insertion de généré des produits sur le marché, qui mérite une attention particulière la part des institutions et des entités publiques. Plus généralement, l'incorporation de ces produits sur de nouveaux marchés, a encouragé les agriculteurs à rester dans l'activité. De cette façon, l'appui technique de l'Union et non gouvernementales orgue a largement contribué, car il assure leur formation avant des instabilités et la compétitivité du marché, échelle locale. En ce sens, il est considéré que la possibilité d'incorporation de produits différenciés, développé par agroalimentaire, dans la règlement Facão/ la communauté São José par le groupe des amis du Cerrado de femmes de la chaîne productive du tourisme local, c'est une possibilité réelle, afin que la Communauté a un autre aspect de la génération de revenus supplémentaires et l'amélioration de la qualité de vie des personnes concernées, même si ce n'est toujours pas la solution à tous les problèmes auxquels est confrontée la communauté.

Mot's clé: La production alimentaire; agroindustrialization la cumbaru; le tourisme rural; le emplacement développement.

Resumen

El presente estudio fue investigar la posibilidad de incorporar el ámbito de productos diferenciados, desarrollado por agroalimentaria, del asentamiento Facao/comunidad San José por el grupo de amigos de las mujeres de Cerrado de la cadena productiva del turismo local. Los procedimientos metodológicos adoptados fueron: investigación bibliografica; trabajo de campo con registro fotográfico y estudio de caso explicativo con uso de herramienta matriz

DAFO, análisis de factores relacionados con los ambientes internos y externos de la comunidad, acerca de las fortalezas y debilidades; las amenazas y oportunidades. Como resultado, se encontró que para la inserción de estos productos en el mercado turístico, este grupo no depende solamente de su potencial productivo y de la influencia de varios factores en el ambiente externo, sin embargo, las posibilidades que se observan en el contingente de Mostrar oportunidades de ventajas que pueden beneficiar a la inserción de generaron productos en el mercado, merecen especial atención por parte de las instituciones y entidades públicas. Más generalmente, la incorporación de estos productos en nuevos mercados, ha alentado a los campesinos a permanecer en la actividad. De esta manera, el apoyo técnico de organismos sindicales y no gubernamentales ha sido crucial porque aseguran entrenamiento a Excel frente a la competitividad de mercado y la inestabilidad, escala local. En este sentido, se considera que la posibilidad de la incorporación de productos diferenciados, desarrollado por agroalimentario, en el asentamiento Facão/comunidad San José, por el grupo de amigos de las mujeres de Cerrado de la cadena productiva del turismo local, Es una posibilidad real, para que la comunidad tenga otro aspecto de la generación de ingresos suplementarios y mejora en la calidad de vida de las personas involucradas, aunque todavía no es la solución a los problemas que enfrenta la comunidad.

Palabras clave: La producción de alimentos; agroindustrialización la cumbaru; el turismo rural; de desarrollo local.

Introdução

A agricultura familiar vem passando por várias mudanças nos aspectos estruturais nos últimos anos, sendo foco de debates em diversas áreas do conhecimento.

Esse interesse é devido a representatividade que este setor tem mostrado na produção e reprodução sociocultural, valoração do homem do campo, desenvolvimento da economia solidária, dentre outros. Assim sendo, destaca-se na produção de alimentos, geração

de empregos e renda no campo, representando cerca de 70% da ocupação de terra e estabelecimentos rurais no Brasil. Sendo uma das grandes atividades responsável pelo desenvolvimento local e redução do êxodo rural, apresentando-se nesse quesito como um novo setor econômico (GRAZIANO DA SILVA, 1981; ALENTEJANO, 1999; SCHNEIDER, 1999).

Delgado (1990) evidencia que a política agrária também influenciou decisivamente para a concepção desse novo

modelo de desenvolvimento rural econômico na atualidade, transformando as terras historicamente ocupadas em espaços produtivos, seja por meio do processo de ocupação de novas terras, através da política de reforma agrária ou por política de colonização via crédito fundiário.

Nesse processo, surgiram ainda novas transformações tecnológicas, que afetaram e modificaram a agricultura familiar, surgindo então, novos parâmetros que mudaram o estilo de vida social, econômico, político e ambiental do pequeno produtor, ocorrendo mudanças na agricultura familiar, na pequena produção com geração de renda fixa e complementar, bem como no modo de organização desses agricultores (TRENTIN e WESZ JUNIOR, 2004; WESZ JUNIOR e TRENTIN, 2005).

Nesse interim, despontou-se nesse processo a agroindustrialização de alimentos nas propriedades dos agricultores familiares, se constituindo numa importante estratégia para geração de renda complementar dos assentados.

A constituição dessas agroindústrias rurais pode ser vista como um processo de reconfiguração dos seus recursos de produto artesanal, desenvolvido pela agricultura familiar com valor agregado, sendo desenvolvido em conjunto nas organizações associativas com o apoio do poder público. A agroindústria familiar rural, segundo Mior (2005), é uma forma de organização em que

a família rural produz, processa e/ou transforma parte de sua produção agrícola e/ou pecuária excedente de sua subsistência, visando, sobretudo, a produção de valor para a comercialização e desenvolvimento dessa comunidade.

Essas transformações mudaram os modos de vida dos moradores do meio rural, contribuindo para a diminuição do êxodo. Diante disto, após a posse da terra e para manterem-se no campo desenvolveram no decorrer do tempo novas formas de sustentação econômica, dando uma nova roupagem às antigas atividades desempenhadas nas comunidades, pautadas na pluriatividade, ganhando espaço no contexto socioeconômico atual, tendo em vista suas estratégias reprodutivas (SCHNEIDER, 1999; SACCO DOS ANJOS, 2001).

A pluriatividade estaria assim, apontando para novos processos de exploração agrícola (denominadas de atividades não agrícolas), cujo desenvolvimento local da atividade pode assumir um peso diferenciado na renda complementar familiar, e traz consigo novos mecanismos que contribuem significativamente na melhoria da qualidade de vida dos envolvidos (KASHIMOTO et al., 2002; MIOR, 2005; MIOR, 2007).

Nesse cenário, as mulheres ganham espaço como principais agentes deste processo dentro dos grupos familiares, sendo

responsáveis, na maior parte dos casos, pela elaboração e comercialização dos produtos junto aos pontos de vendas. Nesta tarefa contínua, as mulheres elevaram sua autoestima expondo um nível de satisfação que extrapola o espaço dos lares, criando grupos de produção formadores das agroindústrias (SILIPRANDI e CINTRÃO, 2011).

Rocha et al. (2012) e Siliprandi e Cintrão (2011) indagam que a questão de gênero apresenta uma nova inserção social da mulher do campo, além de mãe, esposa e do lar, passa a ser geradora de sua própria renda advinda da agroindustrialização. Nesse sentido, houve uma mudança no padrão estrutural da família, a individualização da renda, sem provocar conflitos na base da unidade familiar.

No entanto, o aspecto mais desafiador que se vislumbra para a agroindústria da agricultura familiar, é como aumentar a produção de alimentos, gerando novas ocupações produtivas, melhorando o nível de renda recebida de modo que amplie o poder de negociação dos agricultores nos mercados cada vez mais globalizados (PESSANHA, 1998; SILVA et al., 2010). Pois, esses mercados globalizados demandam o aumento da escala de produção, e para que esses grupos consigam se inserirem tem sido necessário o uso de tecnologias e qualificação para a transformação dos excedentes de matéria-prima.

Gomes (2006) afirma que as agroindústrias familiares no meio rural constituem-se em alternativa aos agricultores, sendo de grande potencial para o desenvolvimento local, que beneficia as famílias rurais, mesmo tendo por base econômica, ainda a atividade agrícola nas unidades de produção, mas que vem se adequando aos novos arranjos produtivos, ganhando espaço no mercado produtivo.

SAF/MDA (2003) destacam que o fato da agricultura familiar ser pluriativa é uma característica extremamente importante em termos de diversificação produtiva, pois proporciona um fluxo de renda mais regular ao longo do ano de modo que reduz a instabilidade do agricultor, ampliando ainda a possibilidade de desenvolvimento de outras atividades.

Ávila (2000) versa que esse desenvolvimento local é parte de um processo dinamizador do local, onde as comunidades, de forma geral, passam a fim de que a mesma reative a respectiva economia e todo o seu progresso de qualidade de vida sociocultural e ambiental. Esse lugar pode ser um bairro, um condomínio, a pequena vila ou cidade, o lugar rural, assentamentos rurais, desde que possibilitem o encontro coletivo e relações de afetividade, portanto, refere-se a onde a vida se desenvolve em todas as suas dimensões. Assim, a ordem interna constrói o lugar, faz sua história, sua cultura produzindo sua

própria identidade (YORI, 2000; LE BOURLEGAT, 2000; CASTILHO et al., 2009).

Martins (2002) trata o desenvolvimento local, como uma ideia para a tomada de consciência da população e como mobilização social, que visa promover, através de ações concretas, soluções aos problemas e necessidades enfrentadas pelos habitantes de determinada localidade. Para isso, enfatiza-se a efetiva participação das comunidades nas decisões sobre as ações a serem promovidas na sua comunidade. Nesse sentido, Godard (1987) afirmou que uma das chaves para o desenvolvimento local reside na capacidade de cooperação e integração dos atores sociais.

Kashimoto et al. (2002) enfatiza que esse lugar é sempre representado pela participação dos atores locais como forma de defender os próprios interesses, como também pode apontar soluções para os problemas e ajudar a detectar oportunidades, buscando o desenvolvimento econômico potencializando as condições de um território a partir dos recursos de que este dispõe, requerendo estratégias de articulação entre autoridades, setor privado e, especialmente, comunidade, a quem cabe coordenar ações para gerar um processo que aponte para a melhoria da qualidade de vida de seus habitantes.

Martins (2002) afirmou que desenvolvimento local é mais que estratégia

de planejamento e de ação, sobretudo é um produto da iniciativa compartilhada, da inovação e do empreendedorismo comunitários, que resulta de um pensamento e da ação à escala humana, que confrontam o desafio de enfrentar problemas básicos com finalidade a qualidade de vida na comunidade. Sendo assim, o desenvolvimento emerge como um processo de aprimoramento das condições gerais do viver, proporcionando bem estar, segundo os recursos de cada localidade (LE BOURLEGAT).

As políticas públicas têm sido promovidas visando fomentar e ampliar os recursos locais através de linhas de créditos, bem ainda a criação de cooperação de créditos, destinação e comércio dos produtos gerados no âmbito das comunidades, entre outros. Por outro lado, dentro desta mesma perspectiva houve, também, o estímulo ao desenvolvimento de atividades paralelas à agricultura convencional. Dentre estes mercados, destaca o segmento do turismo rural, descrito pelos ministérios do Turismo - MTur e do Desenvolvimento Agrário - MDA, como atividade turística realizada no espaço rural da pequena propriedade rural, denominada de Turismo Rural na Agricultura Familiar - TRAF (SAF/MDA, 2003).

Mariani et al. (2014) afirmaram que o produto da atividade turística possui características intrínsecas ao local em que está inserida e possui uma capacidade

dinâmica que abranger diversos segmentos e setores que atendem o turista agregando um e resultados positivos na economia local, possibilitando apropriar das características do local, do recurso humano, físico e econômicos para a promoção do desenvolvimento local.

Partindo deste pressuposto, percebeu-se que o setor turístico encontra-se subdividido em duas realidades contrastantes e que, no entanto, apresentam algumas fragilidades, que acabam por prejudicar não apenas este setor, mas o desenvolvimento socioeconômico municipal como um todo.

Sendo necessário que haja um equilíbrio de diversos recursos que é eminentemente do lugar e este deve sempre apresentar-se articulado para o desenvolvimento local. Nesse interim, o que também se apresenta são os fatores externos ao lugar que influenciam o desenvolvimento do lugar. Na figura 1, são apresentados os fatores que devem interagir para o desenvolvimento.



Figura 1. Fatores que possibilitam o desenvolvimento do local. Fonte: Adaptado de Ribeiro (2003).

Os recursos apresentados na figura são relacionados ao lugar ou a comunidade. O fator externo corresponde aos relacionados às instâncias de governo, as políticas públicas, acesso a créditos, transferência de tecnologias e etc.

Veiga (2008) salienta que aliado com os recursos, só há desenvolvimento quando os benefícios do crescimento servem à ampliação das capacidades humanas, entendidas como o conjunto das coisas que a

comunidade podem ser, ou fazer, na vida. E são as quatro as mais elementares: ter uma vida longa e saudável, ser instruído, ter acesso aos recursos necessários a um nível de vida digno e ser capaz de participar da vida da comunidade.

Desenvolvimento Local e a Atividade Turística Na Região Sudoeste

Rodrigues (1999) afirmou que o turismo na atualidade trata-se de um

fenômeno transdisciplinar que impacta os setores: econômicos, sociais, políticos, culturais e ambientais.

A OMT – Organização Mundial do Turismo salienta que o turismo – tem despontado com a segunda maior atividade econômica do mundo em geração de divisas e empregos, ficando atrás apenas da indústria petrolífera. Combinando atividades diretas e indiretas do setor de viagens e turismo, atualmente representa cerca de 9,2% do PIB (Produto Interno Bruto) global, mesma proporção dos investimentos mundiais e 4,8% das exportações do planeta.

O Brasil ficou em 7º lugar no ranking das Américas e 52º no ranking geral ano de 2009. Além disso, a atividade turística é uma importante geradora de divisas no país com um montante de R\$ 6,3 bilhões para o ano 2012 (Ministério do Turismo, 2014).

O Estado de Mato Grosso não difere a este cenário, apresentando o Pantanal com polo de atratividade turística. Dentro da política de planejamento do Estado, visando os próximos 20 anos (MT+20 - 2006-2026), as regiões de planejamento mato-grossense apresentam-se com potencial para o desenvolvimento do turismo cultural, ecoturismo, antropológico, gastronômico, de lazer, entretenimento e de negócios (MATO GROSSO, 2012).

Na região sudoeste de Mato Grosso, o turismo tem se despontando como uma fatia da economia regional, pautada efetivamente

no turismo de pesca, tendo como produtos visitas e passeios no Pantanal e participação em eventos pontuais. Nesse cenário, destaca-se o município de Cáceres que desenvolve há vários anos o evento que é considerado o festival internacional de pesca esportiva, que tem na prática da atividade pesqueira, cunho mais econômico que socioambiental (NEVES et al., 2012). Entretanto, o que se observa é que na região há apenas iniciativas e possibilidade de desenvolvimento da atividade turística de outras modalidades, havendo a necessidade de planejamento socioeconômico e ambiental, para que ocorra a incorporação de novos agentes sociais, nesse novo arranjo produtivo, haja vista, que as políticas na região, bem como no Estado e no Brasil, ainda encontra-se incipientes, demandando um planejamento coerente e integrado tanto setorial, quanto espacial (RODRIGUES, 1999).

O assentamento Facão/ Furna São José foi escolhido para esse estudo, dentre os vários assentamentos da região sudoeste mato-grossense devido a sua organização e por apresentar a produção diferenciada dos demais assentamentos investigados. Este apresenta, como potencialidade, a produção de alimentos derivados do extrativismo dos frutos do Cerrado, em que o cumbaru pode constituir como uma das alternativas de desenvolvimento local. Nesse sentido, o aproveitamento do cumbaru na produção de alimentos desenvolvido, neste assentamento,

é uma forma dos assentados agregar valor a sua produção de alimentos, e este sendo inserido na cadeia comercial do turismo (estes distribuídos nos comércios locais a fim de atingir esse mercado), pode ser alternativa da comunidade de obter melhoria nas condições socioeconômicas e qualidade de vida, geração de emprego e renda proporcionando opções de consumo e comercialização em outros mercados, bem como no mercado do turismo rural, visando com este mecanismo à possibilidade de desenvolvimento local.

O município de Cáceres, nesse sentido, por fazer parte da política do governo federal - 65 municípios indutores do turismo; encontra-se em processo de organização da atividade turística, mais precisamente direcionando o foco de desenvolvimento local, através do segmento do turismo rural. Sendo este município polo da região sudoeste, direcionando suas ações no intuito de criar mecanismos alternativos para o desenvolvimento e integração dos demais municípios da região.

Este processo faz parte da parceria firmada entre EMPAER regional de Cáceres, com o apoio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento do Turismo - SEDTUR, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar - SEDRAF, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE, Consórcio Intermunicipal Complexo Nascentes do

Pantanal, Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT e Prefeituras dos municípios Araputanga, Cáceres, Curvelândia, Figueirópolis D'Oeste, Glória D'Oeste, Indiavaí, Jauru, Lambari D'Oeste, Mirassol D'Oeste, Porto Esperidião, Reserva do Cabaçal, Rio Branco, Salto do Céu e São José dos Quatro Marcos.

Portanto, este estudo teve como escopo investigar a possibilidade de incorporação dos produtos diferenciados, desenvolvidos pela agroindústria alimentícia, do assentamento Facão/ Furna São José, pelo grupo de mulheres Amigas do Cerrado, na cadeia produtiva do turismo local.

Área De Estudo

O Assentamento Facão/Furna São José (Figura 2) está localizado na mesorregião do Alto Pantanal, no município polo da VII região de planejamento do Estado de Mato Grosso - Cáceres, na faixa de fronteira Brasil/Bolívia (MATO GROSSO, 2012). O assentamento foi criado em 1998, através da política de reforma agrária do Governo Federal, sendo dividido em lotes de 10 a 40 hectares, onde vivem 40 famílias.

A base econômica desse assentamento pauta-se na agricultura de subsistência e comércio dos excedentes, especificamente das culturas da mandioca, banana e milho; na pecuária com a criação de

gado leiteiro e de corte; criação de pequenos animais como: galinha, porco, carneiro e etc.

O fomento das atividades é obtido pelo acesso às políticas públicas. A transferência de tecnologias e a assistência técnica são realizados por organizações não governamentais, órgãos governamentais e sindicato.

Na área comum do assentamento está localizada a unidade de processamento de responsabilidade do grupo de mulheres Amigas do Cerrado, onde são confeccionados os produtos que são comercializados via Conab através dos programas do Governo Federal PAA e PNAE, feiras e eventos.

Das 40 famílias, 10 desenvolvem a atividade de extrativismo para

aproveitamento do fruto do cumbaru na produção de alimentos, oportunizando as famílias envolvidas, renda complementar, comercializando em feiras, eventos e para consumidores diversos.

Procedimentos Metodológicos

Visando atender ao objetivo proposto neste estudo, o delineamento metodológico adotado foi o estudo de caso, pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo com aplicação de formulário semiestruturado junto a representante do grupo de mulheres Amigas do Cerrado e registro fotográfico do processo de produção de alimentos, e para análise dos dados coletados em campo aplicou-se a ferramenta matriz SWOT.

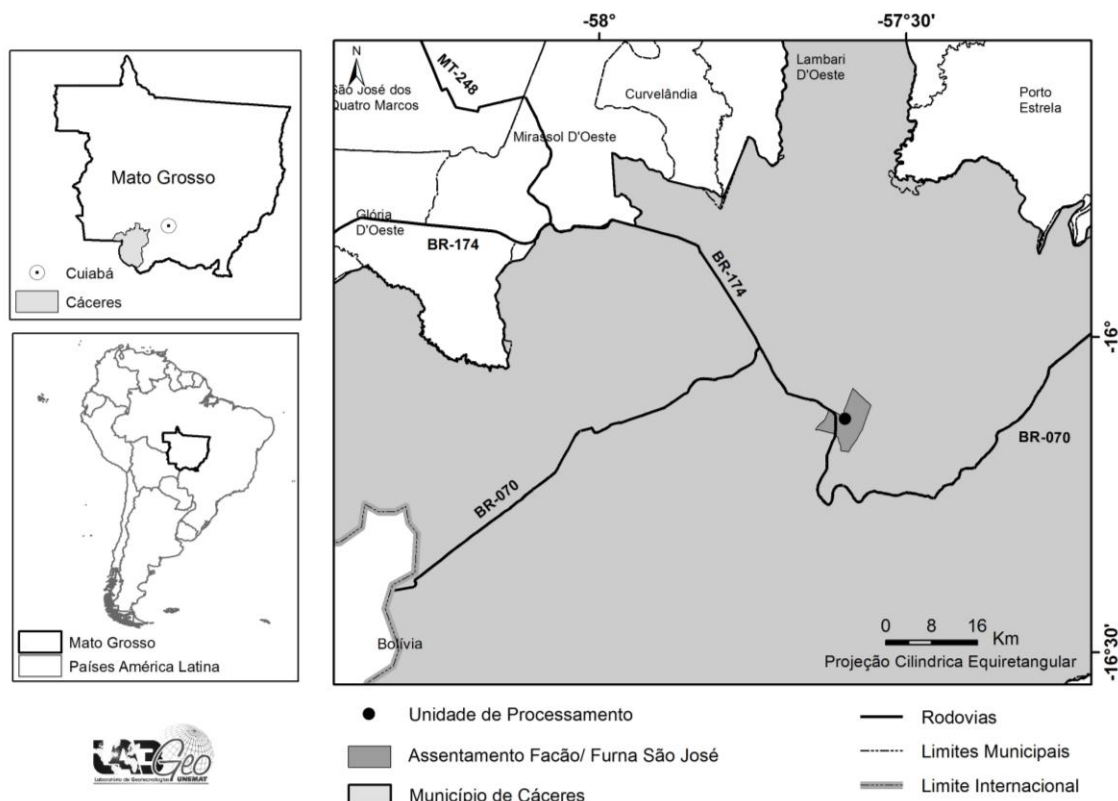


Figura 2. Localização da área de estudo. Fonte: LABGEO UNEMAT, 2013.

Yin (2010) versa que o estudo de caso pode ser tratado como importante estratégia metodológica para a pesquisa em ciências humanas, permitindo que o investigador aprofunde no fenômeno estudado, revelando facetas que favoreçam uma visão holística sobre os acontecimentos da vida real, destacando-se seu caráter de investigação empírica de fenômenos contemporâneos.

A ferramenta de análise conhecida como matriz SWOT refere-se à abreviatura de *Strengths* (Forças), *Weaknesses* (Fraquezas), *Opportunities* (Oportunidades) e *Threats* (Ameaças) e, nessa pesquisa especificamente, analisou a viabilidade dos produtos diferenciados para a cadeia produtiva do turismo rural.

Na pesquisa bibliográfica, levantaram-se dados e informações sobre o assentamento Facção/Furna São José, quanto à produção agroindustrial, mais especificamente, sobre a produção de produtos diferenciados, nos seguintes órgãos: Instituto Nacional da Reforma Agrária - INCRA, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais - STTR e Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional - FASE.

Nos trabalhos de campo utilizou-se o GPS (Sistema de Posicionamento Global) de navegação para georeferenciamento da unidade de produção; formulário semiestruturado com questões mistas, para levantamento de informações específicas da

unidade de processamento, da organização social, assistência técnica e novos mercados, relacionando com turismo local; observação para identificar elementos da produção para análise; e acompanhamento das etapas de produção dos gêneros alimentícios na unidade de processamento do Grupo das Amigas do Cerrado, dia 23/04/2013, com registro fotográfico.

Após a pesquisa de campo no Laboratório de Geotecnologias - LABGEO UNEMAT - os dados coletados foram inseridos no Banco de Dados Geográficos - BDG da pesquisa, no SIG, ArcGis, versão 9.2 da Esri.

Os dados foram sistematizados e analisados na ferramenta matriz SWOT, de acordo com os ambientes: interno e externo, no que se referiu aos aspectos que envolveram a produção dos alimentos. Cada ponto elencado compõem dois ambientes (internos e externos) estabelecendo-se conforme dados coletados no decorrer da pesquisa, caso fossem favoráveis relacionou-se as oportunidades e forças ou caso fossem desfavoráveis relacionavam-se com ameaças e fraquezas.

A cada ponto deveria ser atribuído um peso e uma nota, para identificar as variáveis mais relevantes com relação à produção e aos produtos, sendo que os pesos variaram de 0 (zero) a 1 (um), sendo que quanto mais próximo de 1, maior a relevância. As notas deveriam variar numa escala de 1 (um) a 3

(três), sendo que estas corresponderiam ao grau de importância, sendo: 1 = pouco importante, 2 = importante e 3 = muito importante (MELO, 2011; MARIANI et al., 2014). Posterior a esse processo, gerou-se uma nota ponderada, de modo que fossem identificados os pontos de maior relevância da produção gerada pelo grupo Amigas do Cerrado, bem como os aspectos que influenciam direta ou indiretamente a possibilidade de sua incorporação na cadeia produtiva do turismo local.

Produção Alimentícia Feita Com O Fruto Do Cumbaru: Estudo Realizado No Assentamento Facão/ Furna São José

Na região sudoeste mato-grossense, especificamente no assentamento Facão/ Furna São José, há o grupo de mulheres que denominado de Amigas do Cerrado, que é constituído por 08 (oito) mulheres filiadas a

Associação Regional de Produtoras Extrativistas do Pantanal - ARPEP, administrada por um fundo rotativo, constituindo uma entidade civil sem fins lucrativos, formada por agroextrativistas e ecologistas, que se encontra em processo de transição de práticas da agricultura tradicionalista para a agroecológica.

Desde 2005, o grupo de mulheres se organizou através de projetos demonstrativos de manejo e beneficiamento do fruto do Cerrado (cumbaru) e após o grupo formado, receberam em forma de doação parte de um lote para a construção da unidade de processamento, local onde são feitos os gêneros alimentícios.

O fruto do cumbaru é beneficiado para a produção de alimentos visando atender duas demanda de produção, conforme figura 3.

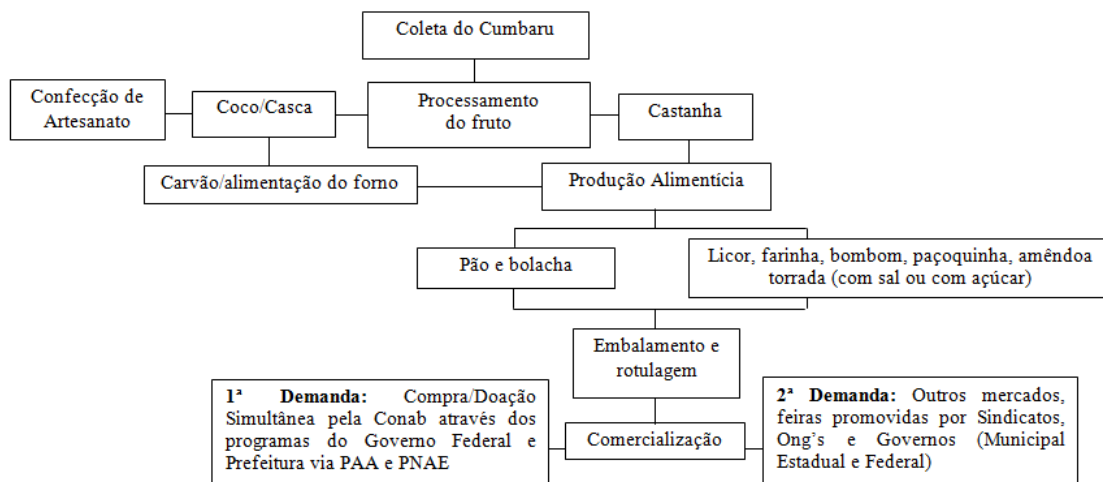


Figura 3. Fluxograma da produção realizada pelas mulheres do Grupo Amigas do Cerrado. Org.: Autor, 2013.

A primeira demanda atende a doação simultânea na modalidade compra direta local, operacionalizada pela Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, através de convênios firmados entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA e os Governos Estadual ou Municipal, que são responsáveis pelo cadastramento das famílias e pela prestação de contas (MATTEI, 2007). O pagamento é feito diretamente pelo MDA na conta da pessoa que possui a Declaração de Aptidão do Pronaf - DAP e não é necessária a intermediação de uma organização. As agricultoras (portadoras da DAP) elaboram projetos anuais, para entrega dos produtos (pão e bolacha enriquecidos com cumbaru) para a merenda nas escolas, creches e asilos, no período correspondente ao ano letivo.

A segunda demanda atende outros mercados consumidores, como: feiras locais, regionais e nacionais, realizados por Sindicatos, Associações, Ong's e órgãos ligados aos governos Municipal, Estadual e Federal; eventos voltados aos produtores rurais e sob encomendas, onde é comercializado, além da bolacha e do pão enriquecido, o licor, a rapadura, a castanha (torrada com sal ou com açúcar), farinha, sorvete, bolo, barrinha de cereal e bombom de cumbaru, atingindo consumidores da cadeia produtiva do turismo, haja vista, que parte da demanda consumidora desses produtos, é oriunda de outras cidades.

A coleta do fruto é feita de julho a setembro, que é o período produtivo do cumbaruzeiro, em média são coletados por dia 1.200 unidades/frutos e são feitas duas coletas por semana, esses frutos são armazenados em sacos para ter matéria-prima sempre disponível para a produção (MENDES, 2012). Parte desta matéria-prima é armazenada para atender a produção anual e uma pequena parte é processada no dia em que são produzidos os produtos diferenciados.

Togashi et al. (1995) e Takemoto et al. (2001), em estudos sobre o consumo da amêndoa do cumbaru, afirmam que esta é rica em óleo insaturado, proteína, cálcio, fibras alimentares e minerais, sendo boa fonte de macro e micro nutrientes essenciais, como potássio, fosforo e manganês, se assemelhando ao amendoim.

A produção é feita em etapas estabelecidas pelo grupo, em que cada mulher tem uma função específica, desde a coleta até o produto final. As atividades são divididas de modo que não sobrecarregue nenhuma delas, dentro deste processo, é feito primeiramente o pão (Figura 4) e em seguida a bolacha (Figura 5), para o melhor aproveitamento do aquecimento do forno. Essa produção ocorre todas as terças-feiras, com duração aproximada de 8 a 10 horas e grande parte do processo é feito manualmente ou empregado ferramentas desenvolvidas especificamente para facilitar

o processo de produção, como por exemplo, o quebrador dos frutos, que quebra em média 2 kg de fruto por dia, que é a quantidade necessária para a produção, ou variando de acordo com a demanda.



Figura 4. Produção de pães feita pelo Grupo de Mulheres Amigas do Cerrado no Assentamento Facão Furna/São José. Fotos: Autor, 2013.



Figura 5. Produção de bolachas realizada pelo Grupo de Mulheres Amigas do Cerrado no Assentamento Facão Furna/São José. Fotos: Autor, 2013.

Pimentel et al. (2009) ressaltam que o desenvolvimento de tecnologias adequadas às realidades locais, são inovações que tem viabilizado a produção para comércio, sobretudo, pela diminuição dos custos produtivos.

Os produtos gerados, depois de embalado são entregues nos dias seguintes. O recolhimento dessa produção fica sob a responsabilidade do motorista do ônibus escolar ou é coletada por outro motorista de um carro designado pela prefeitura para esse

fim e entregue nos estabelecimentos definidos.

De acordo com a Conab, em 2005, na região Centro-Oeste do Brasil, eram mais 185 mil crianças e idosos beneficiados por convênios firmados para a comercialização dos produtos gerados na cadeia do cumbaru.

Mior (2005) destaca que esses processos são um conjunto de atividades de agregação de valor pautadas na agroindustrialização de produtos caseiros, concretizando como novas estratégias de organização e valorização das produtoras, incluindo-as nas cadeias produtivas, valorizando-as, entretanto, ainda há uma necessidade de políticas públicas mais aplicáveis e menos burocráticas.

A atividade artesanal de transformação de alimentos, sobretudo da mulher agricultora, evidencia ainda a

existência de aspectos culturais associados aos hábitos alimentares desta região. Mior (2007) esboça que enquanto o processamento e a transformação de alimentos ocorrem geralmente na cozinha das agricultoras, a agroindústria rural se constitui em um novo espaço e novo empreendimento social e econômico, como é o caso da agroindústria do assentamento Facão/ Furna São José.

No que tange a produção e comercialização dos produtos diferenciados (Figura 05), tais como: licor, doce, farinha, bombom, paçoquinha, sorvete, bolo, amêndoas torrada com sal ou com açúcar (todos enriquecidos com cumbaru) e do artesanato (coco), são realizados conforme demanda de eventos em que as mulheres se inscrevem ou são convidadas a participar, e ainda sob encomendas de outros compradores.



Figura 6. Alguns dos produtos diferenciados gerados pela agroindústria das Amigas do Cerrado. Foto: Autor, 2013.

A força do trabalho é estritamente das mulheres do grupo, entretanto, os homens (esposos ou companheiros) auxiliam no corte e armazenamento da lenha na unidade de processamento, para abastecimento dos fornos de produção.

A cozinha da unidade de processamento, onde são manipulados os produtos, é mantida higienizada e as agricultoras, ao manipularem os produtos, usam roupas apropriadas, de modo que os visitantes assim também procedam, mantendo sempre em ordem as condições higiênicas da unidade.

Mesmo sendo responsáveis pela produção de alimentos na unidade de processamento, as mulheres não deixam de lado sua função de agricultoras, do lar, mães e esposas. Nesse sentido, Campos (1990) considera que a agroindústria familiar não impede a realização de outras atividades na propriedade, consistindo em uma fonte complementar de renda, pois este modo de produção é possuidor de forte elemento cultural com fundamental importância para o desenvolvimento dos produtos, do assentamento e do grupo de mulheres.

Assim, a agroindústria contribui na vida das agricultoras, de modo geral, as mulheres consideram que desde a formação do grupo e da construção da unidade de processamento (agroindústria) a qualidade de

vida se tornou mais viável e elas tem ganhado espaço nas discussões e autonomia no mercado de trabalho.

Wilkinson e Mior (2000) reiteram que a agricultura familiar deveria ocupar um lugar de destaque em processos autônomos de agroindustrialização, eis que, por si só, possui elementos agregadores, com fatores sociais, culturais, econômicos e ecológicos, como forma de fortalecer sua capacidade de reprodução social.

Aprimoramento Do Sistema De Produção Do Assentamento Facão/ Furna São José Para Incorporação Na Atividade Turística

A tarefa da agroindústria consiste no beneficiamento ou processamento de produtos agrícolas *in natura*, sendo este processo um agregador de valor ao produto da agricultura familiar. É sabido, que esta agregação de valor ao produto é importante sob o aspecto econômico da família, porém, Schneider (2003) ressalta que se deve estar atento para inúmeros outros fatores que envolvem esta questão, como logística de distribuição, mercado consumidor, comercialização, tributação, preço e concorrência de outros produtos.

No quadro 1, são apresentados os critérios elencados de acordo com os ambientes e os pontos de análise da produção de alimentos.

Quadro 1. Avaliação dos critérios que envolvem a produção de alimentos produzidos na unidade de processamento assentamento Facão/ Furna São José.

Ambiente	Pontos	Critérios		Valores		
				P	N	NP
Interno	Fortes	01	Localização	0,4	2	0,8
		02	Organização social e inclusão das mulheres	1	3	3
		03	Manejo sustentável do cumbaru	0,5	1	0,5
		04	Diversidade de produtos diferenciados	0,9	2	1,8
		05	Produto com identidade cultural	0,7	2	1,4
		06	Produção oriunda do extrativismo	0,8	3	2,4
		07	Matéria-prima nativa na região (05 meses - safra)	0,3	2	0,6
		08	Produtos possuem rótulos	0,2	4	0
		09	Troca de experiência com outros grupos semelhantes existentes no país, durante eventos	1	3	3
		10	Apoio do sindicato, da Federação de Assistência Social e Educacional - FASE; do Instituto Sociedade, População Natureza - ISPN e outras instituições	1	3	3
		11	Geração de renda complementar	0,9	3	2,7
		12	Assistência técnica	1	3	3
	Fracos	01	Pouco incentivo do poder público local	0,9	2	1,8
		02	Acessa apenas três políticas do governo	0,6	1	0,6
		03	Capacitação para ofertar produtos aproveitando a copa de 2014	1	3	3
		04	Código de barras e valor nutricional	0,1	1	0,1
		05	Não estão inseridas na política de inserção aos novos arranjos produtivos pautado na política de planejamento Estadual - MT+20*	0,8	3	2,4
Externo	Ameaças	01	Burocracia no acesso as políticas de fomento	0,7	1	0,7
		02	Falta de condições legais para a produção e comercialização	0,6	3	1,8
		03	Dificuldade de inserção dos produtos no mercado	0,4	1	0,4
	Oportunidades	01	Localização próxima a BR-070	1	3	3
		02	O município de Cáceres faz parte dos 65 Indutores do Turismo	1	3	3
		03	Excedente de Produção	0,1	1	0,1
		04	Uso de outros frutos para diversificação da produção	0,6	2	1,2
		05	Novos mercados para produtos diferenciado, ecológicos e de agricultura familiar, etc.	0,7	3	2,1

* MT+20 é a política de planejamento estratégico do Estado de Mato Grosso, visando os próximos 20 anos (2006-2026), sendo que este processo deve ser permanente e contínuo dentro das propostas de promoção para o desenvolvimento sustentável do Estado, com base em um processo ordenado e sistemático de tomadas de decisões, seguindo ações que possam ser executadas para a construção de um futuro desejado, a curto, médio e longo prazo.

	06	Políticas públicas para melhoria e fomento dos produtos	0,8	2	1,6
	07	Produto para consumo com acessibilidade	0,6	3	1,8
	08	Crescimento na comercialização de produtos diferenciado na região	0,3	1	0,3
	09	Premiações para mulheres que desenvolvem trabalhos sustentáveis	0,1	3	0,3
	10	Possibilidade de integração a Rota da Piraputanga [†] que está sendo planejada	0,3	2	0,6
	11	Integração como subproduto da Rota das Águas [‡]	0,2	2	0,4
	12	Produto poderá ser agregado como subproduto do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal [§]	0,1	2	0,2
	13	Ampliação do planejamento de marketing	0,8	3	2,4
	14	Distribuição dos produtos no comércio local (lojas de conveniência, casas de artesanatos e pontos de vendas estratégicos para atingir o público alvo - turistas, bem como a comunidade local)	0,9	3	2,7
	15	Comercialização diretamente ao consumidor final	1	3	3
	16	Nova atividade integrada aos sistemas de produção existente	0,3	3	0,9
	17	Potencial de expansão do turismo rural na região	0,4	3	1,2

Fonte: Dados da Pesquisa. P = Peso; N = Nota; NP = Nota Ponderada.

[†] A rota da Piraputanga é uma iniciativa de formatar um produto turístico considerando o potencial das propriedades e dos produtos gerados no âmbito da comunidade da região do Córrego da Piraputanga, como forma de valorizar, ofertar e divulgar o artesanato, a gastronomia e as tradições culturais e históricas dos produtores dessa comunidade. A Associação de Produtores Rurais da Piraputanga – APROPIRA – planeja a formatação de um roteiro turístico que contemple as propriedades que tem produção e interesse em abrir as porteiças para visitação, como algumas que j a oferecem serviços na área de gastronomia e lazer. Esse roteiro será composto por cerca de 27 produtores (com possibilidade de expansão), localizada município de Cáceres, acessada por meio da MT- 343, km 10 a direita, sentido Cáceres - Barra do Bugres.

[‡] A Rota das águas é um roteiro turístico em planejamento composto pelos municípios da região sudoeste mato-grossense, que apresentam potenciais semelhantes em rela o as belezas naturais, além de serem parecidos no desenvolvimento econômico e populacional, distando a 60 km do município de Cáceres.

[§] O Consórcio Intermunicipal Intermunicipal de Desenvolvimento Econ mico e Socioambiental Complexo Nascentes do Pantanal, composto por 14 municípios (Araputanga, Cáceres, Curvelândia, Figueirópolis D’Oeste, Glória D’Oeste, Indiavaí, Jauru, Lambari D’Oeste, Mirassol D’Oeste, Porto Esperidião, Reserva do Cabaçal, Rio Branco, Salto do Céu e São José dos Quatro Marcos), tem por objetivo o planejamento de a es que promovam políticas públicas voltadas ao desenvolvimento socioeconômico e regional, bem como de agroindústrias, da agricultura familiar dos municípios.

No ambiente interno os quesitos avaliados foram correspondentes a 12 (doze) pontos fortes e 05 (cinco) pontos fracos.

Os pontos fortes que foram elencados são os considerados como chave para o desenvolvimento dos produtos, da capacitação, da transferência de tecnologias e da orientação. Isso demonstra o potencial da produção agroindustrial para o desenvolvimento da região. Nesse sentido, Serra et al. (2003) destacaram que esses pontos fortes, também denominados de forças, são potenciais próprio da comunidade, que corresponde a suas características positivas, sendo estas capazes de aumentar a competitividade, entre elas estão: competências, ativos físicos e humanos, alianças e parcerias estratégicas, etc.

Schlüter (2003) afirmou que pode ser incorporados, além dos produtos gerados, o próprio agente da comunidade que elabora os alimentos, mostrando a genuinidade quanto o preparo de seus alimentos, mantendo assim a identidade de um povo e favorecendo a ideia de pertencimento a um determinado local, incorporando-os aos novos produtos turísticos, tornando-os nichos de mercado.

Os pontos elencados como fracos foram os considerados como cruciais a viabilidade de seus trabalhos e que assegurariam de certo modo a permanência dos produtos nos mercados. Apesar de apresentar-se em menor número geram uma

série de preocupações no grupo. Neste quesito, Serra et al. (2003) ressaltaram que também são denominados de fraqueza e correspondem a algo escasso, falho ou inexistente à comunidade, excluindo-a de situações benéficas, colocando-a em situação de desvantagem competitiva; de modo geral, é quando lhes falta conhecimento técnico, equipamentos e a instalações são antigas e obsoletas, entre outras.

No que tange ao ambiente externo, foram elencadas 03 (três) ameaças e 17 (dezesete) oportunidades. As ameaças consideradas por este estudo fazem referência aos gargalos que impedem o acesso a políticas públicas e de fomentos, que visam o desenvolvimento dos produtos, da infraestrutura, das pessoas envolvidas no processo, bem como no assentamento em que vivem.

Os quesitos considerados como ameaças foram definidos como sendo fatores do ambiente externo que repercutem em resultados negativos e que independem das ações da comunidade, correspondem a fatores dinâmicos e interativos, potencialmente capazes de prejudicar de forma conjunta, de diversas maneiras e com impactos distintos.

Serra et al. (2009) e Manktelow e Carlson (2010) afirmam que tais situações demandam esforços no sentido de identificá-los com a maior precisão e antecedência possíveis, de forma a viabilizar a elaboração

de planos de contingência e ações corretivas. Contudo, não há garantia de segurança, pois esses eventos podem ocorrer de maneira inesperada e demandam, portanto, de monitoramento periódico do mercado.

Os critérios correspondentes às oportunidades são as perspectivas de que é viável a inserção desses produtos, bem como da comunidade em novos mercados, inclusive, no seguimento do turismo rural. E são caracterizados por Serra et al. (2009) e Marin e Trentin (2010) como prospecção para o futuro do produto, como sendo positiva e as atividades da comunidade são eventos favoráveis, sua ocorrência contribui para a melhoria do desempenho da comunidade, reforçando a competitividade e resultando em maiores participações de mercado.

Sendo assim, os critérios apresentados no quadro 1, possibilitam vislumbrar a elaboração de estratégias, para aprimoramento dos elementos que envolvem a produção dos gêneros alimentícios, possibilitando conjecturar estratégias de incorporação dos produtos, visando às possibilidades de inserção na cadeia produtiva do turismo. Assim cada linha possibilita a elaboração de uma estratégia de aperfeiçoamento, nos pontos de forças e nas situações de oportunidade e minimizar os pontos fracos e as situações de ameaças, de modo que não influenciem no desenvolvimento dos produtos, criando

mecanismos de sobrevivência (CAMPOS, 1990).

Propõem-se, então, esses produtos como elemento agregador de valor cultural, social e ecológico, apresentando-se como uma forma alternativa de fortalecimento, do potencial da comunidade, para o turismo rural que se desponta para a região, podendo ser visto como possibilidades para o desenvolvimento da localidade, cuja característica vai além de mero espaço rural, ou seja, apresenta recursos naturais conservados, culturais e potencialmente exploráveis para fins turísticos.

Os benefícios que podem ser gerado para a comunidade envolvida, no âmbito econômico, gerarão renda agregada ao trabalho da comunidade; no âmbito social, evidencia a questão do trabalho das mulheres, o papel social que as inclui, desconstruindo as questões culturais, sobre a exclusão das mulheres; ecologicamente, o manejo adotado para a extração do cumbaru, apresenta-se de forma sustentável, pois são coletadas parte dos frutos que caem no chão, e a outra parte é deixada para alimento dos animais.

Drummond (1996), Felfili et al. (2004) e Ribeiro et al. (2008), em estudos sobre o manejo do Cerrado, afirmaram que esse tipo de atividade empregada é de baixo impacto, fornecendo ao agricultor matéria prima, a médio e a longo prazo. Categorizando como uso sustentável do

ambiente, de maneira a garantir a continuidade e renovação dos recursos ambientais e processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável, garantindo a perenidade dos recursos naturais e validando a importância do desenvolvimento de técnicas e procedimentos que permitam a exploração programada de espécies importantes do cerrado.

Assim, neste trabalho, verificou-se ser viável a incorporação dos produtos diferenciados gerados, na atividade do turismo rural, de modo que evidencia a fundamental importância para o desenvolvimento local, suscitando a agroindústria familiar não só como a inclusão e representatividade da mulher em atividades comunitárias. A agroindustrialização familiar baseada em princípios agroextrativistas, além de gerar renda mais regular as pessoas envolvidas, promove a melhoria da qualidade de vida e a recuperação e preservação dos hábitos culturais e do meio ambiente.

É fato que para a inserção desses produtos no mercado turístico, esse grupo não depende somente de seu potencial produtivo, e sim de influência de diversos fatores do ambiente externo, conforme quadro 1, entretanto, as possibilidades que são vislumbradas nas oportunidades mostram o contingente de vantagens que podem beneficiar a inserção no mercado, merecendo

especial atenção por parte de instituições e entidades públicas.

Considerações Finais

Com base nos resultados, os produtos gerados na agroindústria familiar visam o desenvolvimento rural da localidade em que são produzidos, mesmo com as dificuldades de sua inserção nos arranjos produtivos locais.

De modo geral, a incorporação desses produtos em escala local, tem estimulado os agricultores a permanecer na atividade e buscar novos mercados. Deste modo, o apoio técnico do sindicato e de órgão não governamentais tem sido fundamental, pois asseguram-lhes capacitação para sobressaírem frente às instabilidades e a competitividade do mercado, em distintas escalas.

Nesse sentido, o estudo sobre a possibilidade de incorporação dos produtos diferenciados, desenvolvidos pela agroindústria alimentícia, no assentamento Facão/ Furna São José, pelo grupo de mulheres Amigas do Cerrado, na cadeia produtiva do turismo local, é uma possibilidade real, para que a comunidade envolvida tenha outra vertente de geração de renda complementar e melhoria na qualidade de vida.

Referência Bibliográfica

- ALENTEJANO, P. R. R. Pluriatividade: uma noção válida para a análise da realidade agrária brasileira? In: TEDESCO, J. C. (Org.). *Agricultura Familiar: Realidade e perspectivas*. Passo Fundo- RS: Editora EDIUPF, 1999. p. 147-173.
- ÁVILA, V. F. Pressupostos para Formação Educacional em Desenvolvimento Local. In: *Interações - Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, Campo Grande, v. 1, n. 1, p. 63-76, set. 2000.
- CAMPOS, A. Investigación participativa: reflexiones acerca de sus fundamentos metodológicos y de sus aportes al desarrollo social. In: *Cuadernos de agroindustria y economía rural*, Bogotá, n. 24, p. 129-146, 1990.
- CASTILHO, M. A.; ARENHARDT, M. M.; LE BOURLEGAT, C. A. Cultura e identidade: os desafios para o desenvolvimento local no assentamento Aroeira, Chapadão do Sul, MS. In: *Interações - Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, Campo Grande, v. 10, n. 2, p. 159-169, jul./dez. 2009.
- DELGADO, N. G. Política econômica, ajuste externo e agricultura. In: LEITE, S. P. (Org.). *Políticas públicas e agricultura no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001. p. 15-52.
- DRUMMOND, J. A. A extração sustentável de produtos florestais na Amazônia brasileira: vantagens, obstáculos e perspectivas. In: *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 6, p. 115-137, 1996.
- FELFILI, J. M.; RIBEIRO, J. F.; BORGES FILHO, H. C.; VALE, A. T. Potencial econômico da biodiversidade do Cerrado. In: AGUIAR, L. M. S.; CAMARGO, A. J. A. *Cerrado: ecologia e caracterização*. Planaltina/DF: Embrapa Cerrados, 2004. p. 177-220.
- GRAZIANO DA SILVA, J. *O que é questão agrária?* 4. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.
- GODARD, O. Desarrollo endógeno y diferenciación de espacios de desarrollo: un esquema de análisis para el desarrollo local. In: *Estudios Territoriales*, Madrid, n. 24, s/n, 1987.
- KASHIMOTO, E. M.; MARINHO, M.; RUSSEFF, I. Cultura, Identidade e Desenvolvimento Local: conceitos e perspectivas para regiões em desenvolvimento. In: *Interações - Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, Campo Grande, v. 3, n. 4, p. 35-42, mar. 2002.
- LE BOURLEGAT, C. A. Ordem local como força interna de desenvolvimento. In: *Interações - Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, Campo Grande, v. 1, n. 1, p. 13-20, set. 2000.
- MATO GROSSO. *Plano de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso - MT + 20*. Cuiabá: Secretaria de

- Planejamento do Estado de Mato Grosso, Parte II, 2012. 342 p.
- MANKTELOW, J.; CARLSON, M. *SWOT Analysis discover new opportunities manage and eliminate threats*. Disponível em: http://www.mindtools.com/pages/article/newTMC_05.htm . Acesso em: 12-07-2013.
- MARIANI, M. A. P.; FAGUNDES, M. B. B.; ARRUDA, D. O.; SCHMIDT, V.; CENTURIÃO, D. A. S. Identificação das variáveis - chave para a promoção do desenvolvimento local por meio da atividade turística no município de Corumbá/ MS/ Brasil: uma aplicação da Análise de SWOT. *Pasos: Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, Espanha, v. 12, n.1. p. 65-78, ene. 2014.
- MARIN, M. Z.; TRENTIN, C. E. G. Desenvolvimento rural: análise das agroindústrias familiares de Campinas do Sul-RS. In: *Perspectiva*, Erechim, v. 34, n.127, p. 35-51, set. 2010.
- MARTINS, S. R. O. Desenvolvimento Local: questões conceituais e metodológicas. In: *Interações - Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, Campo Grande, v. 3, n. 5, p. 51-59, set. 2002.
- MATTEI, L. Programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar (PAA): antecedentes, concepção e composição geral do Programa. In: *Cadernos do centro de Estudos Avançados Multidisciplinares - CEAM*, São Paulo, v.7, p. 33-44, 2007.
- MELO, N. R. A aplicação da análise SWOT no planejamento turístico de uma localidade: o caso de Araxá, MG. *Caderno Virtual de Turismo*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p.164-176, ago. 2011.
- MIOR, L. C. *Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural*. Chapecó, Unochapecó: Editora Argos, 2005. 338 p.
- MIOR, L. C. Agricultura familiar, agroindústria e desenvolvimento territorial. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL, 1., Florianópolis/SC, 2007. *Anais...* Santa Catarina, Brasil, 2007. Disponível em: http://www.cidts.ufsc.br/articles/Artrigo_Colquio_%20-_Mior.pdf. Acesso em: 12-07-2013.
- NEVES, S. M. A. S.; NUNES, M, C, M.; NEVES, R. J. Caracterização das condições climáticas de Cáceres/MT Brasil, no período de 1971 a 2009: subsídios às atividades agropecuárias e turísticas municipais. In: *B. goiano. geogr.*, Goiânia, v. 31, n. 2, p. 55-68, jul./dez. 2011.
- PESSANHA, L. D. R. *Segurança Alimentar como um princípio orientador de políticas públicas: Implicações e conexões para o caso brasileiro*. Tese (Doutorado em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural) 1998. 338 f. Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, ICHS - CPDA. Rio de Janeiro. 1998.

- PIMENTEL, N. M.; DEL MENEZZI, C. H.; GONCALEZ, J. Aproveitamento dos Produtos Florestais Não Madeireiros do Barú (Dipteryx alata). In: BENSUSAN, N. (Org.). *Unindo Sonhos: Pesquisas Ecosociais no Cerrado*. Brasília: Instituto Internacional de Educação do Brasil, v. 1, 2009, p. 13-328.
- RIBEIRO, J. F.; WALTER, B. M. T. As principais fitofisionomias do bioma cerrado. In: SANO, S. M.; ALMEIDA, S. P.; RIBEIRO, J. F. *Cerrado: ecologia e flora*. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2008. p. 151-212.
- ROCHA, M. R.; SANTOS, J. C.; LESAMA, M. F. Relato de experiência: percebida e vivida nas relações com agricultores e comerciantes da feira - "Matinfreira", em Matinhos, PR. In: *Cadernos de Agroecologia*. Glória de Dourados, v. 7, n. 2, p.1-5, dez. 2012.
- RODRIGUES, A. B. (Org.). *Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais*. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- SACCO DOS ANJOS, F. Agricultura Familiar, Pluriactividad y Desarrollo Rural en el Sur de Brasil. In: *Revista Internacional de Sociología*. España, v. 28, p. 173-205, jan./abr. 2001.
- SAF/MDA - Secretaria de Agricultura Familiar/Ministério Desenvolvimento Agrária. *Programa de Turismo Rural na Agricultura Familiar*. Brasil, 2003.
- SANTOS, A. S. *O turismo rural sob a perspectiva do "novo rural": uma análise das políticas para o setor nos Estados brasileiros*. 2008. 131 f. Dissertação (Mestrado em Turismo e Hotelaria) - Departamento de Turismo e Hotelaria. Programa de pós-graduação em turismo e hotelaria. Universidade do Vale do Itajaí, Camboriú/ SC. 2008.
- SCHNEIDER, S. *A Pluriatividade na Agricultura Familiar*. Porto Alegre: UFRGS, 2003. 245 p.
- SCHNEIDER, S. O desenvolvimento agrícola e as transformações da estrutura agrária nos países desenvolvidos: a pluriatividade. In: *Revista Reforma Agrária - ABRA*, Campinas, v. 24, n. 03, p.106-132, 1994.
- SCHLÜTER, R. G. *Gastronomia e turismo*. São Paulo: Aleph, 2003. 94 p.
- SERRA, F.; TORRES, M.C.; TORRES, A. P. *Administração Estratégica: conceitos, roteiro prático e estudos de casos*. Florianópolis: Editora Insular, 2009. 232 p.
- SILIPRANDI, E.; CINTRÃO, R. As mulheres agricultoras no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). In: *Segurança Alimentar e Nutricional*. Campinas, v.18. n. 2. p. 12-32, 2011.
- SILVA, J. M.; MENDES, E. P. P. Desafios dos agricultores familiares nas comunidades rurais Cruzeiro dos Martírios e Paulistas, Catalão/GO. In: *Revista Formação Online*, Presidente Prudente, v. 2, n. 19, p. 32 -50, jul./dez. 2012.

- SILVA, T. N.; CASIMIRO FILHO, F.; LIMA, P. V. P. S. Turismo rural: uma estratégia de desenvolvimento rural para o Assentamento Coqueirinho – Fortim/CE. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL. 48., 2010, Campo Grandes. *Anais...* Brasília: SOBER, 2010.
- TAKEMOTO, E.; OKADA, I. A.; GARBELOTTI, M. L.; TAVARES, M.; AUED-PIMENTEL, S. Composição química da semente e do óleo de baru (*Dipteryx alata* Vog), nativo do município de Pirenópolis, Goiás. In: *Rev. Inst. Adolfo Lutz.*, São Paulo, v. 60, n. 2, p. 113-117, 2001.
- TOGASHI, M.; SGARBIERI, V. C. Avaliação nutricional e da proteína e do óleo de semente de baru (*Dipteryx alata* Vog.). In: *Ciênc. Tecnol. Aliment.*, Campinas, v. 15, n.1, p. 66-69, jan./jun. 1995.
- TOKARSKI, D.; MEIRELLES, E. ; PIMENTEL, N. M. Agroextrativismo do Cerrado. In: *Revista da Ecodata*, Brasília, v. 2, p. 10 - 13, abr. 2008.
- TRENTIN, I. C. L.; WESZ JUNIOR, V. J. Desenvolvimento e agroindústria familiar. In: XLII CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL. Cuiabá, 2004. *Anais...* Brasília: SOBER, 2004.
- VEIGA, J. E. *Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI*. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008. 220 p.
- WESZ JUNIOR, V. J.; e TRENTIN, I. C. L. Segurança alimentar e desenvolvimento. In: XLIII CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL. Ribeirão Preto/SP, 2005. *Anais...* Brasília: SOBER, 2005.
- WILKINSON, J.; MIOR, L. C. Setor informal, produção familiar e pequena agroindústria: Interfaces. In: *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, n. 13, p. 29-45, 2000.
- YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento de métodos*. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010. 248 p.
- YORI, C. M. La planificación estratégica y la participación de los actores sociales locales. In: *Interações- Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, Campo Grande, v.1, n.1, p. 31-40, set. 2000.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatou-se que os assentamentos existentes na região Sudoeste são oriundos das políticas de reforma agrária, bem como de crédito fundiário. A base socioeconômica e produtiva das famílias assentadas são a pluriatividade, o associativismo e o comércio de excedentes; como mecanismo de sobrevivência para permanecer na terra conquistada, busca alternativa para gerar emprego e renda, fortalecendo a agricultura familiar na região, bem como no Estado.

Apesar de possuírem infraestrutura deficitária de produção e o acesso às políticas públicas ser burocrático, os programas governamentais são imprescindíveis para a manutenção dos assentamentos e o desenvolvimento local, pois fomentam a estruturação, organização e a criação de alternativas economicamente sustentáveis para os mesmos.

O associativismo e a organização das famílias, a exemplo da ARPEP, contribuíram para o fortalecimento e a busca da satisfação de suas necessidades de produção e conforto familiar, obtendo assim, respeito na comunidade que integram. O acesso a alguns programas do Governo Federal levou ao amadurecimento do sistema produtivo, social e financeiro dessas comunidades. Entretanto, há ainda um longo caminho a percorrer, potencializado por outros mercados regionais, bem como nos arranjos produtivos, incluindo o segmento do turismo rural.

A investigação da produção agroindustrial, desenvolvida no assentamento Facão/Furna São José, visando sua incorporação na atividade turística, certamente contribuirá para a melhoria da produção e a viabilidade de inserção de seus produtos na cadeia comercial do turismo local, pois se verificou que isso depende de poucos investimentos.

Por fim, cabe esclarecer que a produção agroindústria familiar e a inserção de seus produtos em diversas cadeias produtivas, representam a solução de todos os problemas ou necessidades das comunidades no espaço rural da região. Antes disso, este processo deve ser compreendido como parte de um conjunto de ações articuladas entre si, que buscam contribuir com o desenvolvimento considerando os aspectos social, ambiental, cultural e econômico local.

Apêndice I. Roteiro de campo: formulário socioeconômico do envolvidos

I - Identificação

Nome do Responsável: _____ Sexo: ()F ()M Data de nascimento: ___/___/___
 Idade: _____ Naturalidade: _____ Local de residência e tempo que reside? _____ Profissão anterior: _____ Telefone: _____
 Escolaridade: () Ensino fundamental Completo () Incompleto () Ensino médio Completo () Incompleto () Ensino Superior Completo () Incompleto.
 Estado Civil: () Solteiro () Casado () Divorciado . Nome do cônjuge: _____ Tem filhos: ()S ()N Quantos: _____ Quantas pessoas moram na sua casa (incluindo você)? _____
 Quantas trabalham fora? _____ Quantas têm carteira assinada? _____ Dados adicionais: _____

II – Informações da unidade de produção do Assentamento

Nome do assentamento: _____ Tamanho da propriedade: _____
 Área da Unidade de Processamento: _____ Histórico da Unidade de Processamento (trajetória de vida desse grupo de assentados): _____

Os integrantes da UP possui alguma renda externa a propriedade? () S () N. Se sim descreva: () Aposentadoria () Bolsa Família () Outros.
 Quais? _____

Nome	Parentesco/ relação pessoal	Valor mensal

III - Dados da Unidade de Processamento

Como é a organização da equipe de trabalho: _____ Dias de funcionamento: _____
 Qual fruto é processado: _____ Como é feito o beneficiamento: _____
 Quais produtos são produzidos: _____
 Quantidade de produtos produzidos: _____ Onde é comercializado: _____
 Custo total de produção: _____ Tempo total da produção: _____

Nº de famílias envolvidas	Faixas Etárias	Sexo (nº de pax)		Estuda (S ou N)	Renda Extra (S ou N)	Horas que trabalha na UP
		F	M			
	< = 20 anos					
	21 - 40 anos					
	41 - 60 anos					
	> = 61 anos					

Quantos trabalham na Unidade de Processamento? Diretamente _____ Indiretamente: _____
 Possui algum financiamento? () S () N Qual? _____
 Recebe ou já recebeu algum tipo de assistência técnica? () S () N () EMPAER () Empresa privada () Outras
 Que frequência? _____ Serviços de apoio à produção à produção: () capacitação profissional () Linhas de crédito.
 Quais: _____ Já realizou outro tipo de atividade? () S () N Quais? _____
 Qual das atividades que desenvolve atualmente representa a sua principal fonte de renda? _____
 Onde é feita a comercialização dos produtos? _____
 Há a possibilidade de expansão para novos mercados? _____
 Se a resposta for negativa, justificar? _____
 Utiliza algum tipo de embalagem para a comercialização e conservação do produto? () S () N
 Descreva: _____ Existe algum problema dentro da propriedade que dificulta a produção? () S () N
 Qual? _____ Como é feito o manejo para que haja oferta da cultura para extrativismo? _____

Organização social: () Sindical () Organização informal () Associação () Cooperativa.

Distribuição de renda? _____ Patrimônio produtivo: _____

Sistema de cultivo: _____ Calendário produtivo: _____

Fluxograma da produção (processo):

Fluxo de produção: _____ Mercado consumidor público () _____ Mercado
consumidor privado () _____ Fluxo da comercialização: _____

Consumidor atual: _____ Depois da produção quando o produto é
entregue: _____ Infraestrutura e

equipamentos: _____

Responsável pelo preenchimento: _____

Responsável pelas informações: _____

IV - Matriz SWOT da produção agroindustrial rural - (elencar pontos)

Forças	Fraquezas
Oportunidades	Ameaças

Apêndice II: Formulário complementar para as entrevistas.**Ponto GPS (referência da Unidade de Processamento no assentamento)** _____**1. ATIVIDADES DE COLETA**

1. Em que ano começou a coleta dos frutos do Cerrado no assentamento?
 a- () 2004 b- () 2005 c- () 2006 d- () 2007 e- () outro. Qual _____ 2. Quais frutos coletam? _____ 3. Pretendem coletar/trabalhar com outros frutos no futuro? Qual _____ 4. Onde são as áreas de coleta? a- () no próprio lote b- () no lote do vizinho c- () na fazenda vizinha d- () outro. Qual _____ 5. Como chega ao local de coleta (qual a distância percorrida, transporte e tempo gasto) Distância _____ Transporte _____ Tempo _____ 6. Onde colocam os frutos do Cerrado? a- () cesto b- () saco c- () carrinho d- () carroça e- () outro. Qual _____ 7. Qual a quantidade de frutos é coletada por dia? a- () 2kg b- () 4kg c- () 6kg d- () 8kg e- () outro. Qual _____ 8. Quantas horas gasta por dia na coleta? a- () 1 hora b- () 2 horas c- () 3 horas d- () 4 horas e- () outro. Qual _____ 9. Quanto tempo dura a safra? a- () 2 meses b- () 3 meses c- () 4 meses d- () o ano todo e- () outro. Qual _____ 10. Escolhem os frutos para colher? Qual o critério? a- () somente os maduros b- () somente os do chão c- () somente o de pé d- () outro. Qual _____ 11. Colhem tudo ou deixam um pouco no pé ou chão? a- () colhem tudo b- () deixam um pouco. 12. Quantos quilos colhem por árvore? a- () 2kg b- () 4kg c- () 6kg d- () 8kg e- () outro. Qual _____ 13. Descacam os frutos onde? a- () na área de coleta b- () em casa c- () na agroindústria d- () outro. Qual _____ 14. O que fazem com as cascas? a- () não aproveitam b- () lenha c- () adubo d- () alimentação animal e- () outro. Qual _____ 15. O que fazem com os caroços do pequi e/ou castanha do babaçu? a- () não aproveitam b- () lenha c- () adubo d- () alimentação animal e- () outro. Qual _____

2. BENEFICIAMENTO DOS FRUTOS DO CERRADO

1. O que fazem com os frutos? a- () farinha b- () flocos c- () bolacha d- () pão e- () doces f- () licor g- () conserva h- () outros. Qual _____ 2. Pretendem investir em outro produto no futuro? Qual _____ 3. A produção é consumida ou vendida? a- () consumida b- () vendida 4. Quanto tempo usa para produzir os alimentos com os frutos do Cerrado? a- () 1 hora b- () 2 horas c- () 3 horas d- () 4 horas e- () outro. Qual _____ 5. Qual o produto mais demorado e quanto tempo? _____ 6. Qual o produto menos demorado e quanto tempo? _____ 7. Na última safra qual foi produção? a- () 500kg b- () 1000kg c- () 2000kg d- () 3000kg e- () outro. Qual _____

3. COMERCIALIZAÇÃO

1. Onde comercializam os produtos? a- () no próprio assentamento b- () no mercado local c- () no Mercado Institucional d- () outro. Qual _____ 2. Pretendem acessar outros mercados no futuro? Qual e como? _____

3. Quanto custa o kg dos produtos?

Produto	Mercado institucional	Varejo

4. Vende no próprio assentamento? a- () sim b- () não 5. Qual o produto mais lucrativo? a- () farinha b- () flocos c- () bolacha d- () pão a- () conserva b- () licor b- () castanha de cumbaru b- () outro. Qual _____ 5. Qual dos produtos é mais aceito pelos alunos? _____

ANEXO I - Normas de submissão do Artigo 1

Revista Ra'e Ga - O Espaço Geográfico em Análise (ISSN 2177-2738)

A Revista RA'E GA - O Espaço Geográfico em Análise é um periódico científico, com publicações quadrimestrais, disponível exclusivamente em ambiente digital, sem fins lucrativos. É mantida pelo Departamento de Geografia e Programa de Pós-graduação em Geografia, ambos da Universidade Federal do Paraná, e recebe contribuição de diversos cientistas de instituições externas que compõem o conselho consultivo. O objetivo da RA'E GA é publicar trabalhos de pesquisa inéditos na forma de artigos científicos relacionados à análise do espaço geográfico, em todas as suas vertentes.

RA'E GA é um termo de composição simples e de origem tupi-guarani e kaingáng, cujos significados são "descobrir" (RA'E tupi-guarani) e "Terra" (GA kaingáng), daí o subtítulo O ESPAÇO GEOGRÁFICO EM ANÁLISE. A escolha deste nome é uma homenagem que rendemos à história e cultura dos índios tupi-guaranis e kaingáangs, duas nações indígenas que ocuparam, por muito tempo, uma extensa porção do Paraná e cuja população manteve uma harmoniosa relação com seu espaço e com seu ambiente.

Normas para envio

Para o envio de trabalhos: I - Orientação Geral.

1. O artigo deve ser submetido por meio do sistema eletrônico SER. 2. O artigo deve ser inédito. 3. O artigo não pode ter sido submetido para publicação em outra revista. 4. Os artigos poderão ser apresentados nos idiomas: português, inglês e espanhol. 5. O trabalho deverá conter, no mínimo, 50% das suas referências bibliográficas advindas de artigos científicos publicados em periódicos e pelo menos um deles deve ser de publicação da RA'E GA. Casos excepcionais poderão ser justificados. 6. Não serão publicados dois ou mais artigos de um mesmo autor (es) em um mesmo número da revista, mesmo em co-autoria. 7 O artigo deve ter entre 15 e 30 páginas digitadas, incluindo figuras, quadros e referências. 8. O arquivo do artigo submetido não pode ultrapassar 10mb (megabytes). Casos excepcionais poderão ser justificados. 9. Não serão aceitos documentos suplementares além do arquivo principal do artigo. 10. O conteúdo do artigo é de inteira responsabilidade dos autores. 11. Devem ser indicadas, se for o caso e na primeira página, as fontes de financiamento relacionadas ao trabalho. 12. Recomenda-se que o(s) autor(es) busque(m) assessoria linguística profissional (revisores e/ou tradutores certificados em língua portuguesa e inglesa) antes de submeter(em) originais que possam conter incorreções e/ou inadequações morfológicas, sintáticas, idiomáticas ou de estilo. Originais identificados com incorreções e/ou inadequações morfológicas ou sintáticas serão devolvidos antes mesmo de serem submetidos à avaliação quanto ao mérito do trabalho e à conveniência de sua publicação. 13. O artigo será submetido à apreciação do Conselho Consultivo da Revista (revisão e aprovação por pares), que acatará ou não a publicação. Cada artigo será enviado para dois revisores de reconhecida competência na temática abordada. Em caso de desacordo, o original será enviado para uma terceira avaliação. O processo de avaliação por pares é um procedimento sigiloso quanto à identidade tanto dos autores quanto dos revisores, por isso os autores deverão empregar todos os meios possíveis para evitar a identificação de autoria do artigo submetido. A decisão final sobre a publicação ou não do manuscrito é sempre dos editores, aos quais é reservado o direito de efetuar os ajustes que julgarem necessários. Na detecção de problemas de redação, o manuscrito será devolvido aos autores para as alterações devidas. O trabalho reformulado deve retornar no prazo máximo determinado na comunicação entre editor e autor. 14. Após a aprovação do trabalho, o Conselho Editorial da Revista entrará em contato com os autores, solicitando as informações completas sobre a formação, a instituição de origem, cidade, estado, país e e-mails de todos os autores. II - Conflito de interesse. No caso da identificação de conflito de interesse da parte dos revisores, o Comitê Editorial encaminhará o manuscrito a outro revisor ad hoc. III - Formatação do Texto. 1. O texto deve ser digitado utilizando-se o programa MICROSOFT WORD FOR WINDOWS. 2. A configuração da página deve ser A4 com margens de 3 cm (superior, inferior, direita e esquerda). 3. Utilizar letra Arial, corpo 12, espaçamento entre linhas de 1,5. Indicação padrão para parágrafo (tabulação) ou recuo da primeira linha de 1,25cm.

IV - Organização dos Textos. 1. Para a submissão o artigo deverá conter, na primeira página, apenas o título (português e inglês) e na segunda página deverá constar o resumo (português) e o abstract (inglês), cada um em um único parágrafo entre 5 a 10 linhas, contendo de 3 a 5 palavras-chave separadas por ponto e vírgula. Os nomes dos autores e qualquer outra possibilidade de identificação da autoria não devem fazer parte do arquivo submetido. 2. Citações devem estar de acordo com os seguintes exemplos: a) referências chamadas no texto: (SANTOS, 1995, p.90), b) referências inseridas na frase: segundo Santos (1995, p.08)., c) identificar por letras caso um mesmo autor citado tiver mais de uma publicação no mesmo ano: (SANTOS, 1995a, p.06)., d) citações textuais de menos de cinco linhas devem aparecer no decorrer do texto, na mesma letra e entre aspas, as de mais de cinco linhas devem ser digitadas com recuo na margem esquerda de 6cm, sem aspas nem itálicos e em letra Arial, tamanho 9.; 3. Referências devem estar de acordo com os seguintes exemplos: a) livro: SOBRENOME, Nome (do autor do livro por extenso). Título do livro (em negrito). Cidade da edição: Editora, ano da edição. b) capítulo de livro: SOBRENOME, Nome (do autor do capítulo por extenso). Título do capítulo. In: SOBRENOME, Nome (Ed., Org., Comp.). Título do livro (em negrito). Cidade da edição: Editora, ano. Número do capítulo, p. página inicial - página final do capítulo. c) artigos de periódicos/revistas: SOBRENOME, Nome (do autor por extenso). Título do artigo. Nome do periódico (em negrito), Cidade da publicação, número do volume, número do fascículo, p. página inicial - página final, ano. d) trabalhos acadêmicos: SOBRENOME, Nome (do autor por extenso). Título do trabalho acadêmico (em negrito). Data de publicação. Tese/Dissertação/Monografia (Doutorado/Mestrado/ em ...) - Departamento, Universidade, cidade da defesa. e) trabalhos em eventos: SOBRENOME, Nome (do autor por extenso). Título do trabalho. In: NOME DO EVENTO EM CAIXA ALTA, número do evento, ano de realização, cidade: Editora, data, página inicial-final. f) artigos de periódicos online: SOBRENOME, Nome (do autor por extenso). Título do trabalho. Local: Editora, data. Disponível em: (fonte). Acesso em: data (dia, mês, ano).

ANEXO II - Normas de submissão do Segundo Artigo

Revista *Acta Scientiarum. Human and Social Sciences* (ISSN 1807-8656)

Tem como missão, viabilizar o registro público do conhecimento e sua preservação; publicar resultados de pesquisas envolvendo ideias e novas propostas científicas; disseminar a informação e o conhecimento gerados pela comunidade científica; agilizar o processo de comunicação científica na área de Ciências Humanas e Sociais.

1. Publicada semestralmente pela Editora da Universidade Estadual de Maringá-Eduem, artigos originais de todas as áreas relevantes das Ciências Humanas e Ciências Sociais. 2. A revista publica artigos originais em todas as áreas de Ciências Humanas e Sociais. 3. Os autores se obrigam a declarar a cessão de direitos autorais e que seu manuscrito é um trabalho original, e que não está sendo submetido, em parte ou no seu todo, à análise para publicação em outro meio de divulgação científica. Esta declaração encontra-se disponível abaixo. 4. Os relatos deverão basear-se nas técnicas mais avançadas e apropriadas à pesquisa. 5. Os dados, idéias, opiniões e conceitos emitidos nos artigos, bem como a exatidão das referências, são de inteira responsabilidade do(s) autor(es). 6. Os artigos são publicados em português, inglês, espanhol e francês. Devem ser concisos e consistentes no estilo. 7. Os artigos serão avaliados pelo comitê editorial da revista e, se aprovados, serão encaminhados à avaliação dos consultores da área de conhecimento da pesquisa, de instituições de ensino e/ou pesquisa nacionais e estrangeiras, de comprovada produção científica. Após as devidas correções e possíveis sugestões, o artigo será aceito para publicação se tiver dois pareceres favoráveis, e rejeitado quando dois pareceres forem desfavoráveis. No caso de um parecer favorável e de um desfavorável, a decisão sobre a publicação ou não do artigo será do Conselho Editorial da revista. 8. Os artigos deverão ser submetidos pela internet, acessando este **Portal ACTA**. 9. Estão listadas abaixo a formatação e outras convenções: **a)** No processo de submissão deverão ser inseridos os nomes completos dos autores (no máximo dois), seus endereços institucionais e o e-mail do autor indicado para correspondência. **b)** Os artigos deverão conter: resumo, palavras-chave, abstract, key words, introdução, conclusão/considerações finais e referências. **c)** O título, com no máximo vinte palavras, em português e inglês, deverá ser preciso. Também deverá ser fornecido um título resumido com, no máximo, seis palavras. **d)** O resumo (bem como o abstract), não excedendo 200 palavras, deverá conter informações sucintas sobre o artigo. Até seis palavras-chave deverão ser acrescentadas ao final, tanto do resumo como do abstract, que não estejam citadas no título. **e)** Os artigos não deverão exceder 20 páginas digitadas, incluindo figuras, quadros e referências bibliográficas. Deverão ser escritos em espaço 1,5 linhas e ter suas páginas e linhas numeradas. O trabalho deverá ser editado no MS-Word, ou compatível, utilizando *Times New Roman* fonte 12. **f)** O trabalho deverá ser formatado em A4 e as margens inferior, superior, direita e esquerda deverão ser de 2,5 cm. **g)** O arquivo contendo o trabalho que deverá ser anexado (transferido), durante a submissão, não poderá ultrapassar o tamanho de 2MB, bem como, não poderá conter qualquer tipo de identificação de autoria, inclusive na opção propriedades do Word. **h)** Quadros, figuras e gráficos deverão ser inseridos no texto, logo após a sua citação. **i)** As figuras e os quadros deverão ter preferencialmente 7,65 cm de largura, e não deverá ultrapassar 16 cm. **j)** As figuras digitalizadas deverão ter 300 dpi de resolução e preferencialmente gravadas no formato jpg. Ilustrações em cores não serão aceitas para publicação. **k)** As citações deverão seguir os exemplos seguintes que se baseiam na ABNT. Citação no texto, usar o sobrenome e ano: Caporalini (2005) ou (CAPORALINI, 2005); para dois autores Veiga e Santos (2008) ou (VEIGA; SANTOS, 2008); três ou mais autores, utilizar o primeiro e após et al.. (GHEORGHIU et al., 2008).

MODELOS DE REFERÊNCIAS

Deverão ser organizadas em ordem alfabética, justificado, conforme os exemplos seguintes que se baseiam na ABNT. Listar todos os autores do trabalho. Os títulos dos periódicos deverão ser completos e não abreviados, sem o local de publicação.

Artigos

- GHEORGHIU, M. D.; GRUSON, P.; VARI, J. Trocas intergeracionais e construção de fronteiras nas experiências educativas das classes médias. **Educação e Sociedade**, v. 29, n. 103, p. 377-399, 2008.
- VEIGA, L. F.; SANTOS, A. S. O referendo das armas no Brasil: estratégias de campanha e comportamento do eleitor. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, n. 66, p. 59-77, 2008.
- GOMES, L.; CÁRDENAS, C. J.; ALVES, V. P.; LOPES, C. Reflexões sobre a imagem da velhice mostrada no filme “Elsa e Fred. Um amor e paixão”. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**, v. 30, n. 1, p. 25-34, 2008.

Anais

- CAPORALINI, J. B. O problema antropológico em O Nome da Rosa. In: JORNADA DE ESTUDOS ANTIGOS E MEDIEVAIS, 4., 2005, Maringá. **Anais...** Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2005. p. 200-213.

Livros

- ABRANCHES, S. H.; SANTOS, W. G.; COIMBRA, M. A. **Política social e combate à pobreza**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- ADORNO, T. W. **Educação e emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003. SPIVAK, G. Quem reivindica alteridade? In: HOLLANDA, H. B. **Tendências e impasses**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 187-205.

Tese

- SANTOS, V. S. **A mediação docente na educação para mídia**. 2007. 179f. Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2007.

ANEXO III - Normas de submissão do Terceiro Artigo

Interações, Revista Internacional do Programa de Desenvolvimento Local (ISSN 1984-042x)

A INTERAÇÕES - Revista Internacional de Desenvolvimento Local é um periódico da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) e sua periodicidade é semestral, de janeiro a junho e a outra de julho a dezembro. Esta tem como objetivos: resgatar e divulgar informações sistematizadas e de experiências construtivas em torno da ideia de Desenvolvimento Local; fornecer subsídios a pesquisadores e estudiosos que trabalham com essa temática, para a adoção de novas formas locais de comportamento social; e oferecer formas eficazes para a geração de desenvolvimento endógeno, segundo meios, regras e estratégias próprias, e respeitando a diversidade cultural e a gestão autônoma de recursos e técnicas característicos dos territórios.

Diretrizes para Autores

Art. 1º - *Interações*, Revista Internacional do Programa de Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco, destina-se à publicação de matérias que, pelo seu conteúdo, possam contribuir para a formação de pesquisadores e para o desenvolvimento científico, além de permitir a constante atualização de conhecimentos na área específica do Desenvolvimento Local. Art. 2º - A periodicidade da Revista será, inicialmente, semestral, podendo alterar-se de acordo com as necessidades e exigências do Programa; o calendário de publicação da Revista, bem como a data de fechamento de cada edição, serão, igualmente, definidos por essas necessidades. Art. 3º - A publicação dos trabalhos deverá passar pela supervisão de um Conselho de Redação composto por três professores do Programa de Desenvolvimento Local da UCDB, escolhidos pelos seus pares. Art. 4º - Ao Conselho Editorial caberá a avaliação de trabalhos para publicação. Parágrafo 1º - Os membros do Conselho Editorial serão indicados pelo corpo de professores do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Local, entre autoridades com reconhecida produção científica em âmbito nacional e internacional. Parágrafo 2º - A publicação de artigos é condicionada a parecer positivo, devidamente circunstanciado, exarado por membro do Conselho Editorial. Parágrafo 3º - O Conselho Editorial, se necessário, submeterá os artigos a consultores *ad hoc*, para apreciação e parecer, em decorrência de especificidades das áreas de conhecimento. Parágrafo 4º - O Conselho Editorial Internacional poderá propor ao Conselho de Redação a adequação dos procedimentos de apresentação dos trabalhos, segundo as especificidades de cada área. Art. 5º - A Revista publicará trabalhos da seguinte natureza:

I - Artigos inéditos, que envolvam, sob forma de estudos, abordagens teóricas ou práticas referentes à pesquisa em Desenvolvimento Local, e que apresentem contribuição relevante à temática em questão. II - Traduções de textos fundamentais, isto é, daqueles textos clássicos não disponíveis em língua portuguesa, que constituam fundamentos da área específica de Desenvolvimento Local e que, por essa razão, contribuam para dar sustentação e densidade à reflexão acadêmica, com a devida autorização do autor do texto original. III - Entrevistas inéditas sobre trabalhos relevantes e voltados para o Desenvolvimento Local. IV - Resenhas de obras inéditas e relevantes que possam manter a comunidade acadêmica informada sobre o avanço das reflexões na área do Desenvolvimento Local. Art. 6º - A entrega dos originais para a Revista deverá obedecer aos seguintes critérios: I - Os artigos deverão conter **obrigatoriamente**: a) título em português, inglês, francês e espanhol; b) nome do(s) autor(es), identificando-se em rodapé as respectivas instituições, endereços eletrônicos, dados relativos à produção do artigo, bem como possíveis auxílios institucionais; c) cada artigo deverá conter, no máximo, **três autores**, os quais, pela simples submissão do artigo, assumem a responsabilidade sobre autoria e domínio de seu conteúdo; d) resumo em português, inglês, francês e espanhol com, no máximo seis linhas ou 400 caracteres, rigorosamente corrigidos e revisados, acompanhados, respectivamente, de palavras-chave, todas em número de três, para efeito de indexação do periódico; e) texto com as devidas remissões bibliográficas no corpo do próprio texto; f) referências. II - Os trabalhos devem ser encaminhados para acdorsa@ucdb.br, dentro da seguinte formatação: a) arquivo no padrão Microsoft Word; b) autorização para publicação (Art. 7º), devidamente assinada pelo(s) autor(es), digitalizada, bem como **endereço completo para correspondência**, para o recebimento dos exemplares; c) O texto deverá ter entre 18 e 20 páginas redigidas em espaço 1,5; d) caso o artigo traga gráficos, quadros ou fotografias, o texto deverá ser reduzido em função do espaço ocupado por

aqueles; e) a fonte utilizada deve ser a *Times New Roman*, tamanho 12; f) os caracteres itálicos serão reservados exclusivamente a títulos de publicações e a palavras em idioma distinto daquele usado no texto, eliminando-se, igualmente, o recurso a caracteres sublinhados, em negrito, ou em caixa alta; todavia, os subtítulos do artigo virão em negrito; III - Todos os trabalhos devem ser elaborados em qualquer língua, com texto **rigorosamente corrigido e revisado**. IV - Eventuais ilustrações, fotos, imagens e quadros com respectivas legendas devem ser contrastadas e apresentadas separadamente, em formato TIFF, JPG, WMF ou EPS, com indicação, no texto, do lugar onde serão inseridas. Todo material fotográfico será, preferencialmente, em preto e branco. V - As referências e remissões deverão ser elaboradas de acordo com as normas de referência da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT - 6023). VI - As opiniões e conceitos emitidos pelos autores dos artigos são de sua exclusiva responsabilidade. VII - Os limites estabelecidos para os diversos trabalhos somente poderão ser excedidos em casos realmente excepcionais, por sugestão do Conselho Editorial e a critério do Conselho de Redação. Art. 7º - Os autores deverão enviar declaração de elaboração, domínio do conteúdo e autorização para publicação do artigo (disponível no *site* do periódico). Art. 8º - Não serão aceitos textos que não obedecerem, rigorosamente, os critérios estabelecidos. Os textos recusados serão devolvidos para os autores acompanhados de justificativa. Art. 9º - A simples remessa de textos implica autorização para publicação e cessão gratuita de direitos autorais. Art. 10º - Os autores que publicarem artigos na Interações só poderão publicar novamente após um período de dois anos. Art. 11º - Em um mesmo número da Revista não será permitido constar mais de um artigo do mesmo autor, mesmo que em coautoria. Art. 12º - Ao autor de trabalho aprovado e publicado será fornecido, gratuitamente, um exemplar do número correspondente da Revista. Art. 13º - Uma vez publicados os trabalhos, a Revista reserva-se todos os direitos autorais, inclusive os de tradução, permitindo, entretanto, a sua posterior reprodução como transcrição, com a devida citação da fonte. Para fins de apresentação do artigo, considerem-se os seguintes exemplos (as aspas delimitando os exemplos foram intencionalmente suprimidas): a) Remissão bibliográfica após citações: *In extenso*: O pesquisador afirma: "a sub-espécie *Callithrix argentata*, após várias tentativas de aproximação, revelou-se avessa ao contato com o ser humano" (SOARES, 1998, p. 35). Paráfrase: como afirma Soares (1998), a sub-espécie *Callithrix argentata* tem se mostrado "avessa ao contato com o ser humano"...

b) Referências:

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.
 _____. A redefinição do lugar. In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação em Geografia, 1995, Aracaju. *Anais...* Recife: Associação Nacional de Pós-Graduação em Geografia, 1996, p. 45-67.

SOJA, Edward. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOUZA, Marcelo L. Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social. In: *Revista Território* (3), p. 14-35, 1997.

WIENER, Norbert. *Cibernética e sociedade: o uso humano de seres humanos*. 9. ed. São Paulo: Cultrix, 1993.

c) Emprego de caracteres em tipo itálico: os programas de pós-graduação *stricto sensu* da universidade em questão...; a sub-espécie *Callithrix argentata* tem se mostrado... f) os caracteres itálicos serão reservados exclusivamente a títulos de publicações e a palavras em idioma distinto daquele usado no texto, eliminando-se, igualmente, o recurso a caracteres sublinhados, em negrito, ou em caixa alta; todavia, os subtítulos do artigo virão em negrito; III - Todos os trabalhos devem ser elaborados em qualquer língua, com texto **rigorosamente corrigido e revisado**. IV - Eventuais ilustrações, fotos, imagens e quadros com respectivas legendas devem ser contrastadas e apresentadas separadamente, em formato TIFF, JPG, WMF ou EPS, com indicação, no texto, do lugar onde serão inseridas. Todo material fotográfico será, preferencialmente, em preto e branco. V - As referências e remissões deverão ser elaboradas de acordo com as normas de referência da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT - 6023). VI - As opiniões e conceitos emitidos pelos autores dos artigos são de sua exclusiva responsabilidade. VII - Os limites estabelecidos para os diversos trabalhos somente poderão ser excedidos em casos realmente excepcionais, por sugestão do Conselho Editorial e a critério do Conselho de Redação.